

relatório
DEGESTÃO
ECONTAS²⁴

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024

Março de 2025

Índice

1. MENSAGEM DO PROVEDOR	5
2. GRANDES NÚMEROS 2024.....	7
3. MODELO DE GOVERNAÇÃO	9
4. DESEMPENHO FINANCEIRO	13
5. AMBIENTE EXTERNO DE ATUAÇÃO.....	17
6. AGENDA DO ANO	23
7. QUEM SOMOS	29
8. O QUE FAZEMOS	45
8.1 AÇÃO SOCIAL	45
8.2 SAÚDE.....	68
8.3 CUIDADOS CONTINUADOS	73
8.4 RESIDÊNCIA RAQUEL RIBEIRO	74
8.5 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	76
8.6 EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOCIAL.....	79
8.7 PATRIMÓNIO	80
8.8 JOGOS SANTA CASA.....	81
8.9 CULTURA.....	82
8.10 VALOR T	83
8.11 FUNDO RAINHA D. LEONOR	84
8.12 SERVIÇOS INSTRUMENTAIS	84
9. CONTAS 2024	87
ANEXO 1 - ASSOCIAÇÕES NAS QUAIS A SCML PARTICIPA.....	147

1. Mensagem do Provedor

É com particular orgulho que apresentamos o Relatório de Gestão e Contas de 2024, um ano de particular relevância para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde demos início à implementação do Plano de Reestruturação, um marco para a garantia da sustentabilidade da Instituição a médio e longo prazo. Com efeito, no dia 18 de julho, entregámos no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social o Plano de Reestruturação da Santa Casa 2025-2027, cumprindo assim o compromisso assumido por mim próprio e pelos meus colegas da Mesa. Este Plano mereceu a aprovação da Tutela em 8 de agosto de 2024.

O principal objetivo do Plano de Reestruturação consiste no reforço da gestão global e da sustentabilidade da Instituição. Nesse sentido, foram definidos quatro Programas Operacionais, desdobrados em 19 Iniciativas e 100 medidas, que concorrem para o cumprimento de 8 Metas de reestruturação que visam:

- Garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo através da implementação de estratégias para assegurar uma situação financeira estável, diversificando receitas e gerindo eficazmente as despesas. Apesar do mandato ter sido iniciado em 20 de maio de 2024, foi possível, sem apoios de natureza extraordinária e contrariamente ao que se verificou em 2023, apresentar um resultado líquido do exercício de €30,3 milhões, invertendo a trajetória de resultados líquidos negativos que a instituição vinha apresentando e incrementando o retorno à Sociedade;
- Melhorar a eficiência e o desempenho operacional, otimizando os processos internos para reduzir custos e eliminar ineficiências, aumentando a produtividade;
- Melhorar a capacidade de resposta da SCML nos diversos setores em que atua, como na Ação Social, Saúde, Jogos Sociais e Imobiliário, adequando-se cada vez mais e melhor às necessidades do mercado e da sociedade em geral;
- Melhorar a motivação e bem-estar dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho que premeie o mérito e que incentive a participação ativa de todos.

Os resultados de 2024 espelham o esforço concertado dos colaboradores e equipas da Santa Casa e são o resultado do empenho de todos na construção de um futuro sólido e positivo, garantindo que a SCML continua a cumprir, no espírito da tradição cristã, a sua missão de promover o bem-estar das pessoas, especialmente dos mais vulneráveis, sempre em prol de todos aqueles que nesta casa depositam a esperança de uma vida melhor.

Por tudo isto, é um privilégio fazer parte desta grande equipa e de tão nobre Instituição. Continuaremos em 2025 a reafirmar o nosso compromisso de trabalhar arduamente para atingir os objetivos estabelecidos. Juntos, faremos da Santa Casa uma instituição ainda mais sustentável. Sempre por Boas Causas.

Lisboa, 31 de março de 2025

Paulo Sousa

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2. Grandes Números 2024

AÇÃO SOCIAL

89 244
Utentes

31 322
Famílias Apoiadas

30
Respostas Sociais

127
Equipamentos

SAÚDE

Cuidados Hospitalares

36 821
Consultas

7 238
Utentes

1 619
Cirurgias

208
Camas

SAÚDE

Cuidados Primários

178 569
Outras Consultas

56 942
Consultas Médicas

SAÚDE

Cuidados Continuados

588
Números de Doentes Tratados

3
Equipamentos

EDUCAÇÃO

ENSINO SUPERIOR 1 ESCOLA
3 Licenciaturas

522
Alunos

CENTROS DE FORMAÇÃO 2 CENTROS
41 cursos de formação jovens/adultos

770
Formandos

JOGOS SOCIAIS

4 925
Pontos de venda

3 033
milhões de euros
Retorno
à sociedade

3 143
milhões de euros
Vendas Brutas

673
milhões de euros
Distribuição
aos Beneficiários

PATRIMÓNIO

407 milhões de euros
Valores dos Imóveis
de Rendimento

9,5 milhões de euros
Valor rendas
recebidas

717
Número contratos
de Arrendamentos

CULTURA

59 033
Número de visitantes
e participantes

835
Números
Atividades
desenvolvidas

6
Números
de Locais
Visitáveis

FINANCEIROS

30,3
milhões de euros
Resultado
líquido

813
milhões de euros
Ativo

22
milhões de euros
Resultado
Operacional

96,6%
Despesa corrente
Execução Orçamental

3. Modelo de Governação

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro (na redação em vigor), que se encontra sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social – a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta tutela abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes.

Os órgãos de Administração da SCML são a Mesa e o Provedor, contando a SCML com dois órgãos consultivos e de fiscalização: o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos e o Conselho de Auditoria.

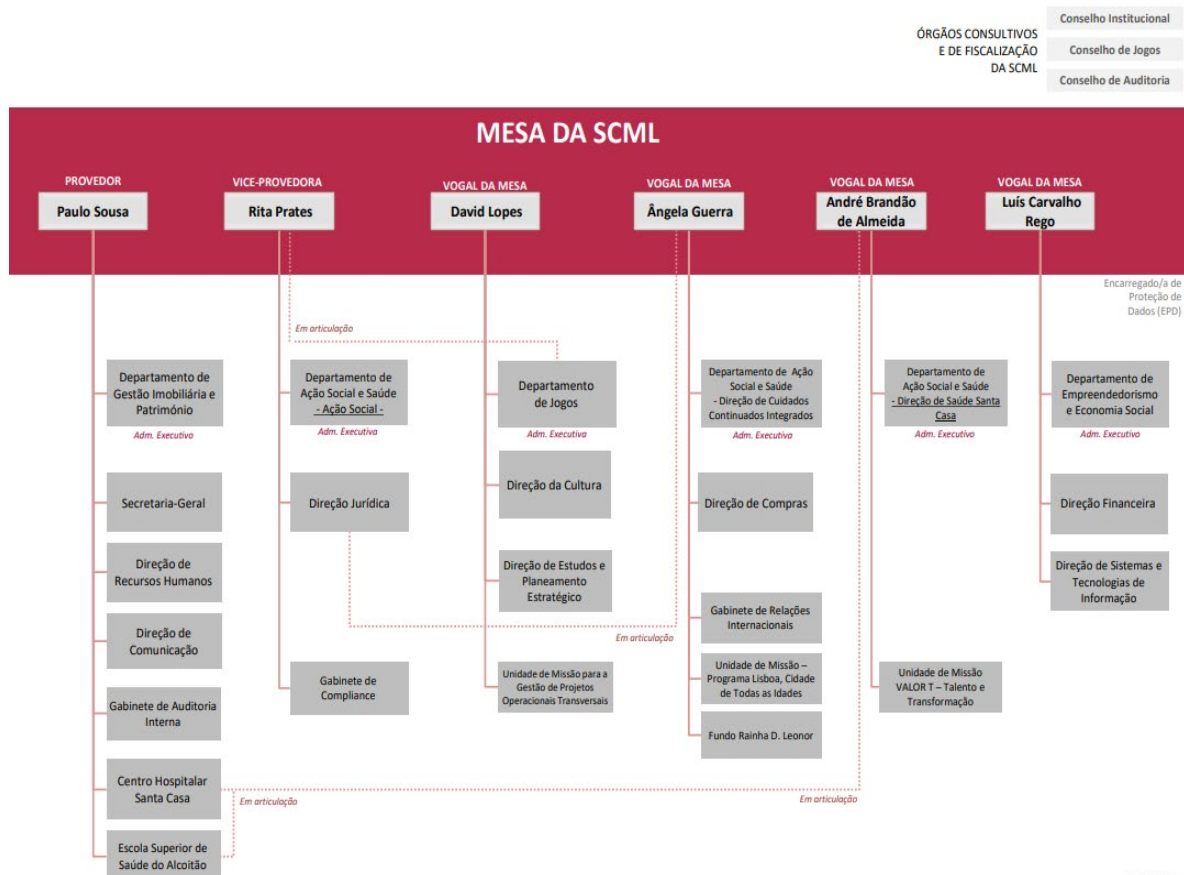
A Mesa é responsável pela elaboração dos planos de atividades, orçamentos e relatórios e contas de gerência. Sem prejuízo de outras competências estatutárias, desempenha ainda um papel estratégico, através da definição de orientações e objetivos a atingir pelos vários departamentos da SCML, bem como a elaboração dos regulamentos e das normas internas, a contratação de pessoal e autorização de aquisição de bens e serviços, além de criar, transformar ou extinguir equipamentos da instituição.

O/A provedor/a da SCML, sem prejuízo de outras competências estatutárias, é responsável por representar a instituição e presidir às reuniões de Mesa, do Conselho Institucional e do Conselho de Jogos, bem como dos conselhos diretivos do Hospital Ortopédico de Sant’Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão. Em 31 de dezembro de 2024, a Mesa era constituída pelo Provedor, Vice-Provedora e por quatro vogais, com os pelouros a seguir indicados.



Mesa a 31 de dezembro de 2024: David Lopes, Rita Prates, Paulo Sousa, Ângela Guerra, André Brandão de Almeida e Luís Carvalho Rego

Organograma da Administração da SCML (a 31 de dezembro de 2024)



Pelouros do Provedor e dos Vogais da Mesa a 31.12.2024 / Organograma Simplificado

Órgãos Estatutários

Informação a 31 de dezembro de 2024

Composição da Mesa da SCML

Paulo Sousa - Provedor

Rita Prates - Vice-Provedora

David Lopes - Vogal da Mesa

Ângela Guerra - Vogal da Mesa

André Brandão de Almeida - Vogal da Mesa

Luís Carvalho e Rego - Vogal da Mesa

A SCML tem os seguintes Órgãos consultivos e de fiscalização:

Órgãos de fiscalização – Conselho de Auditoria

Vítor Miguel Rodrigues Braz - Presidente, nomeado em representação do Ministério das Finanças

Ana Marta Carreira - Vogal, nomeada pela tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

António Maria Velez Belém - Revisor Oficial de Contas, nomeado pela tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Órgãos Consultivos – Conselho Institucional

Paulo Sousa – Provedor

Luís Farrajota - Em representação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Mário Pinto Coelho - Em representação da Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa

S.A.R. Dona Isabel de Bragança - Por designação do Provedor, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Joaquina Madeira Costa - Por designação do Provedor, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Manuel Carvalho da Silva - Por designação do Provedor, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Aguarda-se designação dos restantes elementos representantes das respetivas áreas.

Conselho de Jogos

Paulo Sousa – Provedor

Luís Farrajota - Em representação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Marcelo Mendonça de Carvalho - Em representação do Ministério da Administração Interna

Carlos Galamba - Em representação do Ministério da Saúde

Bruno Ferreira - Em representação do Ministério da Educação

Maria Fernanda Heitor - Em representação do Ministério da Cultura

Ricardo Ribeiro Gonçalves - Em representação da área governamental que tutela o desporto

Luís Coelho - Em representação do Ministério da Economia

Aguarda-se designação dos restantes elementos representantes das respetivas áreas.

4. Desempenho Financeiro

Síntese dos Principais Indicadores Financeiros (os dados não incluem o Departamento de Jogos)

Os quadros seguintes resumem a situação financeira da SCML nos últimos anos.

Quadro 1 - Evolução do Saldo Global (Corrente e Capital)

(Em Milhões de Euros)

Designação	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
DESPESA CORRENTE						
CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	67,2	67,0	66,2	64,4	66,2	62,4
Gastos com o Pessoal	147,6	152,8	153,6	151,8	162,7	161,0
Subsídios, apoios financeiros e outros gastos	41,3	35,5	32,8	34,7	33,9	30,1
Gastos e Perdas de Financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3
TOTAL DESPESA CORRENTE	256,0	255,3	252,5	251,0	262,8	253,8
RECEITA CORRENTE						
Rendimentos provenientes dos jogos sociais	180,5	186,5	195,0	191,1	214,5	198,6
Prestações de Serviço Ação Social e Saúde	21,7	22,9	27,7	29,3	36,4	33,9
Rendas de Propriedades de Investimento	7,3	7,2	7,7	8,6	9,0	9,6
ISS - Protocolos e RSI	1,0	0,6	0,3	38,0	8,8	34,1
Outras Receitas	8,2	7,5	10,6	14,9	21,8	17,5
TOTAL RECEITA CORRENTE	218,6	224,7	241,2	281,9	290,7	293,8
SALDO CORRENTE	-37,5	-30,7	-11,3	30,9	27,9	40,0
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	29,4	22,1	26,9	25,1	33,2	22,6
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	0,4	0,5	1,0	8,7	10,4	4,8
SALDO CAPITAL	-29,0	-21,6	-25,9	-16,4	-22,8	-17,9
SALDO GLOBAL	-66,5	-52,3	-37,2	14,5	5,1	22,2

O **saldo global** da SCML é positivo em 22,2 milhões de euros em 2024, sendo decomposto por um saldo corrente positivo de 40 milhões de euros e por um saldo de capital negativo em 17,9 milhões de euros.

As **despesas correntes** a 31 de dezembro de 2024 atingiram os 253,8 milhões de euros, 96,6% do valor inscrito em Orçamento. Comparativamente ao ano de 2023, podemos verificar um acréscimo de 1,1% (+2,8 milhões de euros) justificado sobretudo, pelo aumento nos gastos com o pessoal (+9,1 milhões de euros) que resulta da transferência de 3,4 milhões de euros para o fundo de pensões de forma a garantir o cumprimento do mínimo de solvência, bem como por um conjunto de medidas/processos transversais à SCML, como sendo o novo acordo de empresa e a atualização do salário mínimo, e pela diminuição dos subsídios, apoios financeiros e outros gastos (-4,6 milhões de euros).

As principais áreas da despesa corrente são a área da Ação Social (56,2%) e a Saúde (24,4%).

Quadro 2 - Evolução das Despesas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
Ação Social	141,2	141,8	135,9	139,7	143,1	142,6
Saúde	60,0	59,2	61,1	61,6	62,9	61,9
Escola Superior	3,4	3,6	3,9	4,4	4,2	4,2
Património (DGIP)	9,0	9,0	9,2	9,5	12,8	8,3
Cultura	3,7	3,4	3,4	3,4	3,0	3,5
Outros	38,8	38,4	39,0	32,3	36,8	33,2
Despesas Correntes Total	256,0	255,3	252,5	251,0	262,8	253,8

A principal rubrica da receita corrente diz respeito aos resultados dos jogos sociais (198,6 milhões de euros) representando 67,6% do total da receita corrente, tendo-se verificado um acréscimo de 4,0% face ao ano anterior (+7,5 milhões de euros).

Quadro 3 - Evolução das Receitas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
Ação Social	6,5	5,9	6,6	44,7	15,2	41,5
Saúde	18,7	20,9	25,1	26,4	33,3	30,1
Escola Superior	2,1	2,4	2,6	3,1	3,5	3,3
Património (DGIP)	8,1	7,6	9,7	9,0	18,3	10,5
Cultura	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,1
Outros	2,7	1,4	2,1	7,5	5,5	9,7
Distr. Result. DJ	180,5	186,5	195,0	191,1	214,5	198,6
Receitas Correntes Total	218,6	224,7	241,2	281,9	290,7	293,8

Em 2024, a **Despesa de Capital** (investimento) atingiu 22,6 milhões de euros o que representa um decréscimo de 2,5 milhões de euros (-10%) relativamente ao ano anterior.

Quadro 4 - Evolução da Despesa de Capital

(Em Milhões de Euros)

	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
Ação Social	5,3	2,5	1,0	1,6	2,1	2,7
Saúde	3,2	2,2	0,9	0,7	2,1	1,1
Escola Superior	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Património (DGIP)	6,0	4,0	5,6	7,0	18,2	9,1
Cultura	1,3	0,3	0,0	0,2	0,1	0,0
Outros	1,1	0,4	0,7	2,8	0,9	0,1
Investimentos Financeiros	12,5	12,8	18,5	12,7	9,6	9,6
Despesa Capital Total	29,4	22,1	26,9	25,1	33,2	22,6

Em 2024 releva-se:

- Obras no valor de 11,7 milhões de euros nomeadamente, Obras de Reabilitação em Prédios de Rendimento (7,4 milhões de euros) e em Prédios afetos à atividade (4,4 milhões de euros);
- Investimentos financeiros no montante de 9,6 milhões de euros, destacando-se 4,8 milhões de euros para a Santa Casa Global e 4,7 milhões de euros para o Hospital Cruz Vermelha.

Quadro 5 - Tipologia da Despesa (Investimento)

(Em Milhões de Euros)

Tipologia	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
Aquisições e Permutas de Património	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Informática	1,5	0,7	0,9	2,5	1,1	0,2
Obras	12,9	6,2	6,6	8,3	20,9	11,7
Investimentos Financeiros	12,5	12,8	18,5	12,7	9,6	9,6
Outros	2,6	2,5	0,9	1,8	1,6	1,1
Total	29,4	22,1	26,9	25,1	33,2	22,6

Em 2024 a **Receita de Capital** atingiu os 4,8 milhões de euros, destacando-se 2,6 milhões de euros de alienações financeiras (2,4 milhões de euros decorrente da participação do Fundo CoRe Restart).

Globalmente, a SCML registou em 2024, um **resultado líquido** positivo no valor de 30,3 milhões de euros. Este resultado é decomposto por um saldo corrente positivo de 40,0 milhões de euros, e por um saldo sem fluxo financeiro negativo no valor de 9,7 milhões de euros.

Quadro 6 - Evolução da Composição dos Resultados

(Em Milhões de Euros)

Composição dos Resultados	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Orç. 2024	Contas 2024
Despesas Correntes	256,0	255,3	252,5	251,0	262,8	253,8
Receitas Correntes	218,6	224,7	241,2	281,9	290,7	293,8
Saldo Corrente	-37,5	-30,7	-11,3	30,9	27,9	40,0
Outros Gastos (sem fluxo financeiro)	28,8	40,7	47,9	63,4	10,0	67,7
Outros Rendimentos (sem fluxo financeiro)	14,9	31,5	46,8	34,9	0,0	58,0
Saldo sem Fluxo Financeiro	-13,9	-9,2	-1,1	-28,4	-10,0	-9,7
Resultado Líquido do Exercício	-51,3	-39,8	-12,4	2,5	17,9	30,3

5. Ambiente externo de atuação

Contexto económico e financeiro

A economia global deverá crescer 3,2% em 2024, destacando-se as trajetórias divergentes entre as grandes economias, num contexto de elevada incerteza política. Os EUA deverão crescer 2,8% apesar do abrandamento da atividade económica registado no final do ano. Na Zona Euro, o arrefecimento das duas grandes economias da região (Alemanha e França) contribuiu para a fragilidade e falta de dinâmica da economia europeia que praticamente estagnou no quarto trimestre, devendo crescer apenas 0,8% em 2024. A economia chinesa deverá apresentar um crescimento de 4,8% devido à solidez do setor externo que compensou a falta de dinamismo da economia, a fraca procura interna e as dificuldades sentidas no setor imobiliário. O ano de 2024 foi ainda marcado pela permanência da incerteza em termos de conflitos e tensões geopolíticas e pela incerteza da política comercial.

Quadro 7 - Produto Interno Bruto (PIB) - Portugal

Indicador	2022	2023	2024	4ºT 2022	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024
Taxa de variação anual, %	7,0	2,6	1,9						
Taxa de variação homóloga, %				3,6	2,1	1,4	1,5	1,9	2,8
Taxa de variação em cadeia, %				0,5	0,6	0,6	0,4	0,2	1,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais Trimestrais, 30 janeiro 2025 e Contas Nacionais Trimestrais, 28 fevereiro 2025 | Nota: 2022- dados definitivos, 2023 e 2024 - dados preliminares

- No conjunto de 2024, o PIB cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,6% em 2023. A variação homóloga foi de 2,8% no 4º trimestre, mais 0,9% que a taxa do trimestre precedente. Comparando com o 3º trimestre, o PIB aumentou 1,5% no 4º trimestre, após um crescimento de 0,2% no trimestre anterior.

A procura interna em 2024 (2,5%), apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB superior ao observado em 2023 (1,7%), refletindo uma aceleração do consumo privado (de 1,9% em 2023 para 3,2% em 2024) e uma redução do investimento (2,0% em 2023 e 1,7% em 2024). Em sentido contrário, o contributo da procura externa líquida foi negativo, refletindo uma desaceleração das exportações (de 3,8% em 2023 para 3,4% em 2024) e a aceleração das importações (de 1,8% em 2023 para 4,8% em 2024). Espanha, Alemanha e França foram os principais clientes externos de Portugal em 2024, concentrando mais de metade do total das exportações nacionais. Os Estados Unidos da América mantiveram-se como principal destino fora da União Europeia, seguido do Reino Unido.

- No conjunto do ano 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,4% (4,3% em 2023). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), indicador que o Eurostat utiliza para fazer a comparação com os restantes países da Zona Euro e que difere do IPC por

incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, registou uma taxa de variação média anual de 2,7% em 2024, inferior à taxa observada em 2023 que foi de 5,3%.

Quadro 8 - Evolução anual dos preços (taxa de variação, %) – Portugal

Indicador	2022	2023	2024	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024
Índice de preços no consumidor (IPC)	7,8	4,3	2,4	1,7	2,2	2,7	2,2	2,6
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)	8,1	5,3	2,7	2,4	2,5	3,1	2,3	2,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Índice de Preços no Consumidor, dezembro 2024, 13 janeiro 2025 e Síntese Económica da Conjuntura, 20 janeiro 2025 | Nota: 2022- dados definitivos, 2023 e 2024 - dados preliminares

- A taxa de poupança das famílias subiu para 10,7% no terceiro trimestre de 2024, mais 0,6% que no trimestre anterior. Este é o valor mais elevado desde o quarto trimestre de 2021, quando a taxa de poupança das famílias atingiu 10,9%. Para esse desempenho contribuiu o aumento de 2,3% do rendimento disponível bruto, que foi superior ao crescimento de 1,6% do consumo privado.
- O peso da dívida pública no PIB, reduziu-se de 97,9% em 2023 para 95,3% em 2024 (-2,6%), o valor mais baixo desde junho de 2010. Com este resultado, Portugal permanece como o sexto país mais endividado dos 20 países que constituem a Área Euro. Este ranking continua a ser encabeçado pela Grécia, seguido de Itália, França, Espanha e Bélgica. Em 2024, a dívida pública, na ótica de Maastricht, aumentou 8,8 mil milhões de euros para 270,7 mil milhões de euros. Em dezembro de 2024, a dívida pública aumentou 1,5 mil milhões de euros em relação ao mês anterior.

Quadro 9 – Dívida Pública, em % do PIB

Indicador	2021	2022	2023	2024	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024
Área Euro ⁽¹⁾ , %	93,8	89,5	87,4	n.d.	87,4 ^(p)	87,9 ^(p)	88,2 ^(p)	88,2 ^(p)	n.d.
Portugal, %	123,9	111,2	97,9	95,3	97,9	99,4 ^(p)	100,7 ^(p)	97,5 ^(p)	95,3

Fontes: Eurostat e Banco de Portugal, 3 fevereiro 2025 | Notas: n.d. – não disponível; ^(p) - provisório

⁽¹⁾ Área Euro - 20 países (desde 2023)

- A desigualdade na distribuição de rendimentos, medida pelo Índice de Gini ⁽¹⁾, revela uma evolução negativa na redução da desigualdade em 2023, invertendo-se o movimento de convergência com a média da UE alcançado em 2022. Portugal continua a ser um dos países mais desiguais dos 27 que compõem a UE, suplantado apenas pela Letónia, Lituânia e Bulgária.

Quadro 10 - Índice de Gini ⁽¹⁾

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
UE ⁽²⁾ , %	30,8	30,6	30,3	30,4	30,2	30,0 ^(b)	30,2	29,6	29,6
Portugal, %	34,0	33,9	33,5	32,1	31,9	31,2	33,0	32,0	33,7

Fontes: Eurostat e Pordata | Nota: ^(b) - Quebra na série temporal

⁽¹⁾ Índice de Gini: Assume valores entre 0 (todos têm igual rendimento) e 100 (todo o rendimento concentrado num único agregado familiar), logo quanto maior for o valor atribuído a um país, maior o nível de desigualdade.

⁽²⁾ UE (28): 2013 – 2019; UE (27): A partir de 2020

Contexto demográfico e social

O número de nascimentos em Portugal continua a não permitir a renovação das gerações. Condicionados pelo contexto económico, os portugueses adiam os projetos de família. Em 2023, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho era superior a 30 anos, quando no início do século era 26,6 anos.

O aumento populacional no país resulta do saldo migratório – que voltou a ser positivo após o abalo provocado pela pandemia¹ e dos avanços na saúde que permitiram o aumento da esperança média de vida: em 2023, em média, os portugueses com 65 anos podiam esperar viver mais 19,75 anos quando em 1983, com a mesma idade, a esperança de vida era inferior a 15 anos.

Em 2023, perto de 24% dos habitantes de Lisboa tinham 65 ou mais anos e em freguesias como Benfica, Ajuda, Olivais, Belém e São Domingos de Benfica, o seu peso ultrapassava já os 26%. No entanto, as condições de vida de muitos idosos em Portugal permanecem aquém do desejável. De acordo com os últimos dados disponíveis, a taxa de risco de pobreza em Portugal após transferências sociais aumentou 0,4p.p. entre 2019 e 2023. Mas, para os mais velhos, a evolução foi mais negativa e em 2023 a proporção de idosos em risco de pobreza tinha ultrapassado os 20%, o que representa um aumento de 3,6p.p. face a 2019. Já em 2024, 11% das famílias portuguesas viviam em situação de carência², subindo esse valor para 14,1% entre os idosos.

Na base desta fragilidade encontra-se a inflação dos preços verificada nos últimos anos³ e o aumento de algumas despesas nesta fase da vida (como as relacionadas com a saúde, por exemplo), que se conjugam num quadro de rendimentos baixos. Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2024, o valor médio mensal da Pensão de Velhice subiu 30,6%, mas fixava-se nos 675,91€, um valor inferior ao salário mínimo nacional. No mesmo período, o valor médio mensal do Complemento Solidário para Idosos registou um aumento expressivo de 93,2%, mas o valor alcançado foi 207,77€. Com estes valores, são ainda necessárias muitas alterações para a diminuição das desigualdades em função da idade, objetivo inscrito na Agenda 2030.

¹ E em Lisboa, de 2019 a 2023, registou um aumento de 51,5%. Acresce que a maioria dos imigrantes se encontra em idade ativa e, em 2023, 40,2% dos nados-vivos em Lisboa eram filhos de mãe estrangeira.

² O que significa que não tinham capacidade económica para assegurar pelo menos cinco de treze itens de privação material e social, como o pagamento imediato de uma despesa inesperada, pagar atempadamente a renda ou a prestação da casa ou assegurar uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias.

³ Segundo a DecoProteste, o cabaz alimentar que custava 187,70€ no dia 5 de janeiro de 2022 viu o seu preço subir para 243,79€ no dia 10 de janeiro de 2024, o que representa um aumento de 29,9%.

Em termos globais, a vulnerabilidade social e económica em Portugal persiste e, segundo a Rede Europeia Anti Pobreza, no final de 2024 o número de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social em Portugal tinha subido para 2,1 milhões. Esta vulnerabilidade atinge agora também os jovens e os empregados, uma vez que ao baixo nível salarial se uniu nos últimos anos o inflacionamento dos preços da habitação que conduziu pessoas que trabalham, algumas com filhos, à situação de sem abrigo. Segundo a Pordata, em 2023, 5,2% dos residentes viviam em agregados com atrasos no pagamento de rendas ou em prestações de crédito. A evolução dos preços do parque habitacional explica esta situação. Entre o 3º trimestre de 2020 e o 3º trimestre de 2024, o valor mediano das vendas/m2 de alojamentos familiares subiu 46,4% em Portugal e 25% em Lisboa, fixando-se em 4 252€/m2 na capital. Já as rendas registaram um aumento de 30,6% em Portugal e 40,6% em Lisboa e na freguesia de Santo António o valor mediano era 19,72€/m2.

Quadro 11 - Indicadores Socioeconómicos, Portugal, 2019, 2023, 2024

	2019		2023		Variação p.p.	
	Total	>= 65 anos	Portugal	>= 65 anos	Portugal	>= 65 anos
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	16,2	17,5	16,6	21,1	0,4	3,6

	2019		2024		Variação p.p.	
	Total	>= 65 anos	Portugal	>= 65 anos	Portugal	>= 65 anos
Taxa de privação material e social	13,2	14,8	11,0	14,1	-2,2	-0,7

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2019-2024

O Serviço Nacional de Saúde voltou a registar um aumento da atividade em 2024. No entanto, continua a verificar-se uma insuficiência dos meios necessários para uma prestação de cuidados de saúde de qualidade. Em dezembro de 2024, o número de utentes inscritos em Cuidados de Saúde Primários sem médico de família atribuído era inferior ao apurado no mês homólogo, mas mantinha-se acima de 1,5 milhões. Nos Cuidados Hospitalares, o tempo de espera por uma cirurgia programada registou uma queda de 21,5% entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024. Contudo, permanece muito superior ao Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG), que prevê 180 dias após indicação cirúrgica nas situações de menor prioridade.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tinha perto de 10 mil lugares em dezembro de 2024, dos quais perto de 53% em Unidades de Longa Duração e Manutenção. Contudo, este aumento não permite ainda responder à procura que é mais elevada nesta tipologia e que se refere maioritariamente a situações de idosos acamados, sem perspetiva de recuperação, e cuja família, quando existe, não tem capacidade para acompanhar e cuidar. Ora, é este grupo que se prevê crescer mais nos próximos anos.

Quadro 12 - Indicadores de Saúde – Portugal

	Dez.2021	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Variação
Utentes inscritos sem médico de família	10,9%	14,1%	16,3%	14,5%	- 1,8p.p.
Número médio de dias até cirurgia programada	2 553,3	2.572,0	2.540,2	1.994,8	- 21,5%

Cuidados Continuados Integrados

Utentes a aguardar vaga em:	31.Dez. 2021	31.Dez. 2022	31.Dez. 2023	31.Dez.2024	Variação
Unidades de Convalescença	174	133	179	106	- 40,8%
Unidades de Média Duração e Reabilitação	369	377	534	371	- 30,5%
Unidades de Longa Duração e Manutenção	453	707	671	700	4,3%
Total RNCCI	996	1.217	1.384	1.177	- 15,0%

Fonte: SNS, Portal Transparência.

6. Agenda do Ano

Janeiro

19 de janeiro – Lançamento da nova campanha de Acolhimento Familiar, LxAcolhe, que pretende sensibilizar a sociedade para a importância do Acolhimento Familiar, angariar novas famílias e colocar Portugal a acompanhar a tendência europeia, onde esta medida é assumida há vários anos como prioritária.

Fevereiro

8 de fevereiro – Realização da 11.ª edição das bolsas de educação Jogos Santa Casa onde foram premiados os desportistas dos projetos olímpico e paralímpico por conciliarem a carreira académica com o desporto de alto rendimento.

26 de fevereiro – Apresentação na igreja de São Roque, do livro “Fundo Rainha D. Leonor – Obras nas Misericórdias”, uma compilação que reúne a história das 143 intervenções realizadas por todo o país ao abrigo do apoio do Fundo Rainha D. Leonor.

27 de fevereiro – Inauguração do novo Centro Logístico da Santa Casa, localizado em Rio de Mouro, que permitirá uma maior racionalização, organização, agilização e sustentabilidade na gestão diária dos vários materiais, assim como uma redução de custos.

Março

20 de março – Distinção atribuída ao Serviço Odontopediátrico de Lisboa (SOL) pela Direção-Geral da Saúde (DGS) na 1.ª edição da iniciativa Boas Práticas em Saúde Oral, “pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu comprometimento e dedicação em contribuir para a saúde da população”.

Abril

11 de abril – Nova pós-graduação “pioneira” na ESSA em Fisioterapia de Catástrofe, sendo a primeira Pós-Graduação da Europa em Fisioterapia em Contexto de Emergência, Catástrofe e Ação Humanitária.

18 e 20 de abril – Realização das Jornadas Internacionais CMRA 2024. Os avanços tecnológicos e organizacionais ao serviço dos resultados em reabilitação realizaram-se no Auditório do CMRA com a presença de cerca de trezentos participantes, nacionais e internacionais, incluindo médicos especialistas e internos de medicina Física de Reabilitação e de outras especialidades.

Maio

13 a 17 de maio – Participação do Projeto RADAR no VII Congresso Internacional Sobre Envelhecimento para partilhar “boas práticas”. Esta iniciativa é organizada pela Associação Nacional de Gerontologia Social, em colaboração com a APOIARTE – Casa do Artista, a Universidade *Rey Juan Carlos* e a Associação Internacional de Universidades da Terceira Idade (AIUTA).

Junho

6 de junho – Realização da 1ª edição do Mexe-te *Pah*, que junta utentes e técnicos do Centro de Capacitação D. Carlos I, da Obra Social do Pousal e do Centro Condessa de Rivas no estádio do Jamor para um dia de convívio e exercício físico.

20 de junho – Realização da 85ª edição da Volta a Portugal que contou com o apoio dos Jogos Santa Casa, que este ano além da atribuição do prémio “Melhor Português”, que promove o talento nacional, terá a novidade da entrada do PLACARD como patrocinador da Camisola da Juventude.

21 de junho – Associação da Santa Casa ao projeto europeu KORALE, que resulta de um esforço conjunto de seis territórios com o objetivo de delinear estratégias para políticas públicas de forte impacto no combate e prevenção da solidão e do isolamento social.

26 e 28 de junho – Realização de mais um Acampamento Intercasas, uma iniciativa que acontece desde 2015, que mostra muito do trabalho realizado nas Casas de Acolhimento da DIIJF e promove o sentido de pertença e de partilha entre as diferentes crianças, jovens e colaboradores que os acompanham.

27 de junho – Conquista pela Santa Casa de um prémio na 16ª edição dos Prémios *Marketeer*, tendo sido o Euromilhões o vencedor na categoria Jogos de Sorte.

Julho

2 de julho – Celebração dos 526 anos da Santa Casa que inclui a homenagem da SCML aos trabalhadores que se reformaram durante o ano corrente e aqueles que completaram 25 anos ao serviço. O Provedor aproveitou as festividades para anunciar o alargamento do acesso ao SOL a todos os filhos menores dos colaboradores.

22 de julho – Apoio do Fundo Rainha D. Leonor na ampliação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Aguiar da Beira em mais 12 camas.

Setembro

5 de setembro – Assinatura de protocolo pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através da Valor T, com a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e 21 Instituições de Ensino Superior (IES), tendo como objetivo a melhoria da empregabilidade de pessoas com deficiência.

10 de setembro – Distinção do projeto de intervenção do Palácio de São Roque com uma Menção Honrosa pelo júri do Prémio Vilalva 2024, da Fundação Calouste Gulbenkian.

16 de setembro – Reabertura, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do 4.º piso de internamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto, que estava fechado desde dezembro de 2022. Esta Unidade passa a oferecer mais 15 camas, todas contratualizadas com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), contabilizando um total de 83 camas.

20 de setembro – Realização das Jornadas de Sant’Ana 2024, que decorreram, no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e que contaram com a participação de um extenso painel de peritos na patologia patelo-femoral, provenientes de hospitais de todo o norte e centro do país.

24 de setembro – Assinatura de protocolo entre Santa Casa e ULS Santa Maria com vista a libertar 67 camas hospitalares, atendendo a que utentes com alta clínica serão transferidos dos hospitais da Unidade Local de Saúde de Santa Maria para unidades da Santa Casa.

25 de setembro – Inauguração da Residência Raquel Ribeiro, situada na antiga fábrica da Nestlé, em Monsanto. Esta nova unidade da Santa Casa irá providenciar uma resposta inovadora e transversal nas áreas da ação social e saúde, destinada ao acolhimento temporário de pessoas com mobilidade condicionada, que necessitem de cuidados de reabilitação e estabilização do estado geral de saúde, com um total de 66 camas, distribuídas por quartos individuais, duplos e triplos.

Outubro

24 de outubro - Aconteceu no *Taguspark*, em Oeiras, o segundo seminário dedicado ao Acolhimento Familiar, onde se debateram os benefícios desta medida para a saúde mental, as estratégias adotadas e o papel das instituições e a importância de toda a rede envolvida no processo.

30 de outubro – Atribuição de 19 Bolsas de Estudo pelos Jogos Santa Casa e FADU (Federação Académica do Desporto Universitário) aos estudantes-atletas que mais se destacaram por representarem Portugal em competições internacionais e nacionais e, simultaneamente, terem obtido aproveitamento escolar.

30 de outubro – Realização do 1º Seminário sobre Autonomia de Vida para Jovens, organizado pela Direção de Infância, Juventude e Família (DIJF) na Sala de Extrações da Santa Casa, como forma de celebrar os 20 anos de apoio à autonomia juvenil.

Novembro

15 de novembro – Inauguração da sede da Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica (AP), num espaço cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no seu Centro de Capacitação da Boavista, ao abrigo de um protocolo colaborativo assinado entre as duas instituições, que vai possibilitar a prestação de serviços psicoterapêuticos de saúde mental junto de crianças, adolescentes e famílias especialmente vulneráveis.

18 de novembro – Inauguração pela Santa Casa de uma nova ala no Hospital de Sant’Ana com capacidade para 41 camas destinadas a cidadãos com altas hospitalares.

18 de novembro – Celebração de protocolo de colaboração entre a Santa Casa e o Organismo de Produção Artística (OPART), entidade pública empresarial que administra o Teatro Nacional de São Carlos, a Companhia Nacional de Bailado e os Estúdios Victor Córdon, com vista à promoção e realização de atividades culturais em espaços nobres da Misericórdia de Lisboa.

20 de novembro – Participação da SCML na campanha nacional pelo acolhimento familiar lançada pelo Governo, com o objetivo de aumentar o número de famílias que acolhem crianças em situações de risco e vulnerabilidade, tendo como parceiras as entidades gestoras da medida: a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o Instituto da Segurança Social (ISS) e a Casa Pia de Lisboa.

27 de novembro – Realização da 36.ª edição da Temporada Música em São Roque, iniciativa anual da Santa Casa, cujo arranque decorreu na Igreja de São Roque.

Dezembro

3 de dezembro – Celebração de protocolo entre a Santa Casa e AHP em prol da empregabilidade de pessoas com deficiência. A colaboração entre as duas entidades já vem de 2015 e foi reforçada, no âmbito da missão da Valor T, da Misericórdia de Lisboa, e do programa *Heart*, da Associação da Hotelaria de Portugal.

4 de dezembro – Realização de hasta pública para venda de imóveis, sendo sete o total de imóveis urbanos que estiveram em proposta, divididos pelos concelhos de Oeiras, Amadora, Loures, Odemira e Seixal.

10 de dezembro – Inauguração pela Santa Casa do Centro de Alojamento Temporário do Grilo, que procura responder à necessidade emergente de providenciar alojamento temporário a pessoas que, embora auferirem rendimentos, não conseguem aceder a habitação própria.

17 de dezembro – Participação da Santa Casa na nova Aliança para a Deficiência Visual, através do Lar Branco Rodrigues e do Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos, onde vai trabalhar com outras 12 instituições em prol da participação na sociedade das pessoas cegas e com baixa visão.

18 de dezembro – Inscrição da SCML como associado coletivo do Instituto Português de Corporate Governance. Esta inscrição contribuirá para o acesso a informação privilegiada e atualizada nestas temáticas e para o desenvolvimento de procedimentos de boa governança.

20 de dezembro -Inauguração do Núcleo de Infância e Juventude (NIJ) de Cascais, consolidando, desta forma, o alargamento da atuação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na promoção dos direitos das crianças e jovens.

30 de dezembro - O Fundo Rainha D. Leonor anunciou a abertura de um novo concurso de candidaturas tendo em vista a área de Recuperação do Património. Desde a sua constituição, em 2015, já financiou 142 projetos em Misericórdias de todo o país. Esta nova vaga de candidaturas irá decorrer entre 1 de janeiro e 28 de fevereiro de 2025.

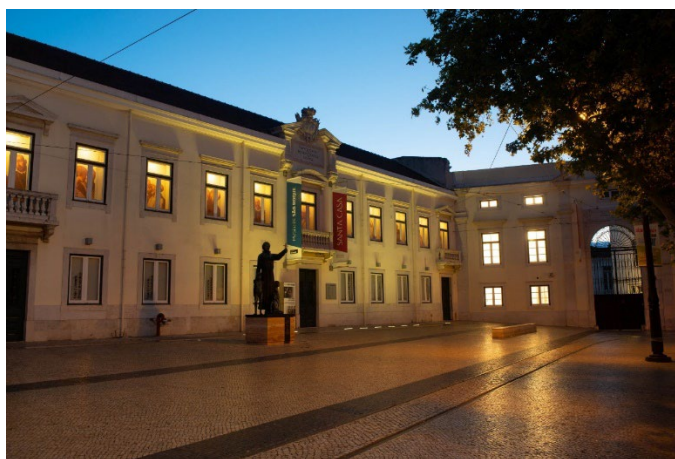
7. Quem Somos

Perfil Organizacional

Nome da organização: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “SCML”)

Atividades, marcas, produtos e serviços: Ver capítulo “O Que Fazemos”. Mais informações em: <https://www.scml.pt/>.

Localização da sede da organização: Largo Trindade Coelho – 1200-470 Lisboa



Localização das operações: Em Portugal, na região de Lisboa e noutras áreas do território nacional.

Tipo e natureza jurídica de propriedade: A SCML é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro.

É dotada de um orçamento próprio, cujas receitas são provenientes da atribuição de uma percentagem dos rendimentos das receitas dos Jogos Sociais e de outros rendimentos obtidos com a prestação de diferentes serviços (Ação Social, Saúde, Cultura, Educação e Património).

Mercados Servidos: A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa assegura, no distrito de Lisboa, um vasto trabalho nas áreas da ação social, da saúde, da educação e formação e da cultura, prestando serviços a milhares de pessoas. Através dos apoios que concede a outras entidades e iniciativas nacionais, apoia boas causas em todo o País. E ao assegurar a organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, em nome e por conta do Estado Português, desenvolve atividade também em todo o território nacional. Ainda no âmbito da organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, o Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem uma delegação na cidade do Porto.

Cadeia de fornecedores: A SCML conta com diversos fornecedores críticos respeitantes a: alimentação; manutenção; limpeza e higiene; bens de saúde; vigilância; eletricidade; água e saneamento; gás; telecomunicações; transportadoras; produção e distribuição de jogo social; software; hardware; e seguros. Estes são fornecedores de bens ou serviços, nomeadamente, empreiteiros e prestadores de serviços sociais e/ou de saúde, cuja falha de fornecimento afetam diretamente os serviços prestados pela Instituição. Na sua grande maioria trata-se de fornecedores nacionais.

Normas de comportamento: A Instituição dispõe de um conjunto de instrumentos orientadores em matéria de ética e conduta, nomeadamente:

- Código de Boas Práticas dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Código de Conduta no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado
- Política de Jogo Responsável
- Política Interna de Prevenção de Branqueamento de Capitais no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado.

Mais informações em: www.scml.pt/sobre-nos/etica-e-conduta

Grupos de Partes Interessadas da SCML⁴:

ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS: Entidades com as quais a Instituição estabelece relações em prol do bem comum, apoiando ou cooperando no desenvolvimento de projetos e iniciativas, numa perspetiva de inovação, qualificação e maximização do alcance da sua ação.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS: Atores fundamentais na gestão da cadeia de abastecimento da Instituição, fornecendo bens e prestando serviços especializados não passíveis de internalização e essenciais ao desenvolvimento da atividade.

BENEMÉRITOS: Pessoas e entidades que, através dos importantes legados, heranças e doações que deixam à Instituição em nome das suas boas causas, têm contribuído para a concretização da sua missão.

COLABORADORES: São o capital essencial, a equipa que, todos os dias, materializa a missão da Instituição.

ASSOCIAÇÕES SINDICAIS: Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais com as quais é mantida uma linha de diálogo regular.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: Os media são parceiros estratégicos na difusão de informação sobre a atividade da Instituição e de sensibilização da sociedade para problemáticas relacionadas com as suas áreas de intervenção.

COMUNIDADE VOLUNTÁRIOS: São as pessoas e entidades coletivas que estão na abrangência geográfica e de atividade da Instituição, na qual a mesma tem impacto direto e indireto ao nível social, económico e ambiental.

⁴ Consultar no Anexo 1 as principais Entidades.

Pessoas que, de forma livre e desinteressada, colocam o seu tempo e aptidões ao serviço da missão da Santa Casa, complementando a sua atividade.

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E DE SÃO ROQUE: Entidade canonicamente ereta, historicamente ligada à Santa Casa, contribuindo para a concretização das Sete Obras espirituais do seu Compromisso originário e assegurando o culto da Igreja de São Roque.

ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO ESTATUÁRIOS: Integram o modelo de governação da Instituição, sendo constituídos por representantes de entidades públicas estratégicas para a missão e a atividade da Santa Casa.

UTENTES, CLIENTES, BENEFICIÁRIOS: São as pessoas para quem a Instituição dirige a sua atividade e que utilizam nomeadamente os seus serviços de ação social e de saúde e frequentam o seu ensino, são empreendedores sociais, são os seus arrendatários e são os jogadores dos Jogos Sociais do Estado.

INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS: A colaboração com instituições académicas e científicas é estratégica na procura de avanços em áreas prioritárias da sua atuação, incluindo a formação dos profissionais.

TUTELA E ENTIDADES PÚBLICAS EXTERNAS: O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tutela a Santa Casa, e as demais entidades públicas, com as quais mantém uma relação de cumprimento de responsabilidades institucionais e legais, assim como também de cooperação mútua.

MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS: Constituem as pessoas singulares e coletivas que prestam serviços de assistência com vista à celebração do contrato de jogo entre o Departamento de Jogos e o jogador, recebendo o preço das apostas e procedendo ao pagamento de prémios de jogo.

Valor económico direto gerado e distribuído

Quadro 13 – Valor económico direto e distribuído

Milhares de euros	2020	2021	2022	2023	2024
I) Valor Económico Direto Gerado	218 572,0	224 671,1	241 196,5	281 888,5	293 817,9
Distribuição Resultados dos Jogos Sociais	180 492,5	186 456,1	195 007,6	191 089,1	198 639,0
Atividade Ação Social	6 512,4	5 943,4	6 619,5	44 740,2	41 484,6
Atividade Saúde	18 693,6	20 924,1	25 059,8	26 352,1	30 146,7
Património	8 056,9	7 572,7	9 708,7	8 999,4	10 518,3
Escola Superior	2 093,2	2 351,6	2 600,2	3 102,0	3 256,1
Cultura	30,4	39,2	83,5	74,1	98,3
Rendimentos de Aplicações Financeiras	164,5	138,4	671,7	6 810,3	8 461,6
Outras Receitas Correntes	2 528,5	1 245,5	1 445,5	721,2	1 213,3
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	256 033,9	255 347,9	252 508,4	251 015,9	253 770,9
Fornecedores	67 150,6	66 978,1	66 157,1	64 441,1	62 405,5
Gastos com Pessoal	147 619,2	152 829,8	153 580,8	151 838,3	160 954,4
Subsídios a utentes, bolsas, prémios e apoios financeiros	40 695,8	34 897,8	31 991,7	33 823,0	29 489,2
Outras Despesas Correntes	568,3	642,2	778,8	913,4	921,8
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	-37 461,9	-30 676,8	-11 311,9	30 872,6	40 047,0

Prevenção da corrupção

Em matéria de prevenção da corrupção, durante o ano de 2024 o Gabinete de Compliance constituiu um sistema documentado que, incluindo os instrumentos que constituem o programa de cumprimento normativo (PCN) previsto no RGPC, garante a articulação dos dois regimes jurídicos em causa face à realidade organizacional da Misericórdia de Lisboa, conferindo-lhes, desta forma, a necessária coerência na sua efetiva implementação.

Todos estes instrumentos dão corpo à implementação dos dois regimes legais na SCML e são dinâmicos, o que significa que estarão sempre em atualização face a novas realidades da organização Santa Casa e, ou a novas orientações de natureza regulamentar emanadas pela autoridade competente nesta matéria, o MENAC.

Cuidar do ambiente

Quadro 14 – Indicadores Ambientais

Indicadores Ambientais	2022	2023	2024	Variação %
Energia consumida (GJ)	95 352,9	104 573,8	101 441,0	-3%
Energia de fontes não renováveis	43 139,3	47 907,2	49 109,6	3%
Energia adquirida	52 213,6	56 666,6	52 331,5	-8%
Captação de água (ML)	291,4	296,0	282,1	-5%
Água subterrânea	0,3	0,3	0,3	0%
Água adquirida a terceiros	291,1	295,6	281,7	-5%
Resíduos Perigosos Produzidos (T)	163,0	137,7	135	-2%
Hospitalares	147,3	123,5	117,7	-5%
Outras tipologias	15,3	14,2	17,3	22%
Resíduos Não Perigosos Produzidos (T)	1 111,0	1 257,9	1 160,6	-8%
Papel/cartão	48,7	48,5	45,7	-6%
Plástico/metall	48,7	54,2	95,5	76%
Vidro	3,5	1,5	0,8	-47%
Orgânicos	28,8	136,6	130,4	-5%
Indiferenciados	431,7	381,2	490,3	29%
Outras tipologias	577,6	635,9	397,8	-37%
Emissões de CO2 e GEE	2 676,3	3 026,9	2 978,4	-2%
Consumo de combustíveis nas instalações	1 931,1	1 788,0	2 296,8	28%
Consumo de combustíveis na frota	739,3	1 238,9	681,5	-45%

Relativamente ao cuidado com o ambiente, destacam-se as reduções da energia e da água adquiridas (8% e 5% respetivamente) e a redução em 45% do consumo de combustíveis na frota.

Dimensão da organização



Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores

Quadro 15 – Total de colaboradores por género

	2023		2024		Variação 24/23
Homens	1 381	23%	1 348	23%	-2%
Mulheres	4 642	77%	4 613	77%	-1%
Total	6 023	100%	5 961	100%	-1%

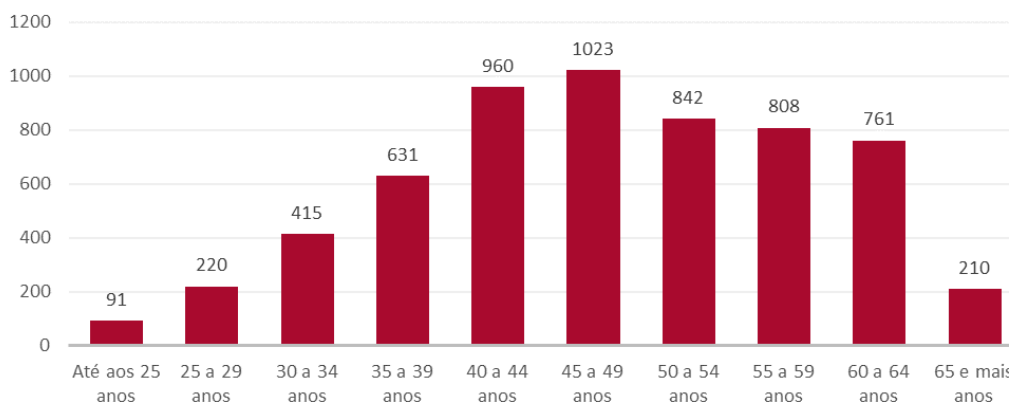
Conforme resulta do quadro acima, o número de homens que trabalha na SCML representa apenas 23% do total de 5 961 trabalhadores ativos a 31 de dezembro de 2024.

Efetivamente, observa-se que esta é uma realidade que não tem sofrido grandes alterações ao longo dos anos, verificando-se uma preponderância constante de trabalhadores do sexo feminino na estrutura de Recursos Humanos.

Demografia Laboral

A pirâmide etária da SCML destaca um dos maiores desafios para a DIRH, em particular, na área de recrutamento, no âmbito da projeção e planeamento da atividade dos Departamentos e Serviços da organização, porquanto avizinha-se uma potencial necessidade de recrutamento nos próximos 5 anos, nomeadamente, por aposentações e reformas, que tem vindo continuamente a aumentar (a título de exemplo, no final de 2023 tínhamos, aproximadamente, 985 trabalhadores nessas circunstâncias e terminámos o ano de 2024 com 971). Este ritmo mantém-se constante a cada quinquénio.

Gráfico 1 - Distribuição por Escalão Etário



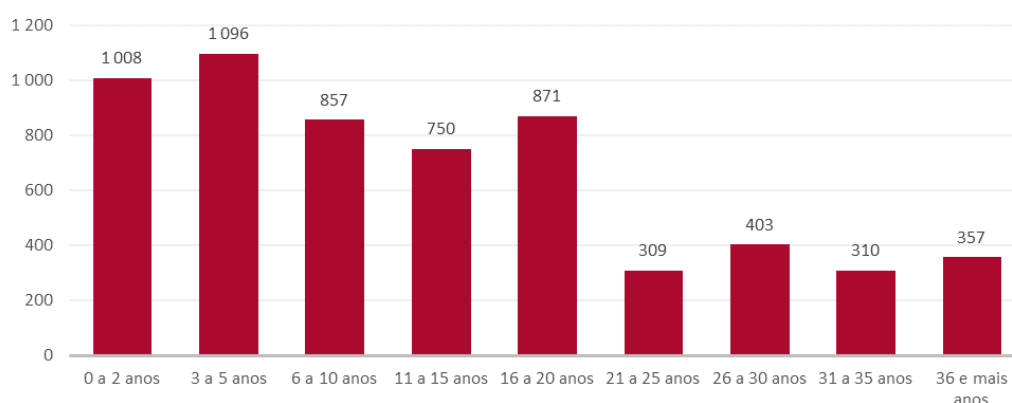
Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

No que respeita à antiguidade dos trabalhadores, conclui-se que:

- A média da SCML é de 13,5 anos;
- 50% dos trabalhadores concentram-se entre os 0 e os 10 anos de antiguidade;

- 17% tem uma antiguidade igual ou inferior a 2 anos.

Gráfico 2 - Distribuição por Antiguidade na SCML



Absentismo

Quadro 16 – Absentismo

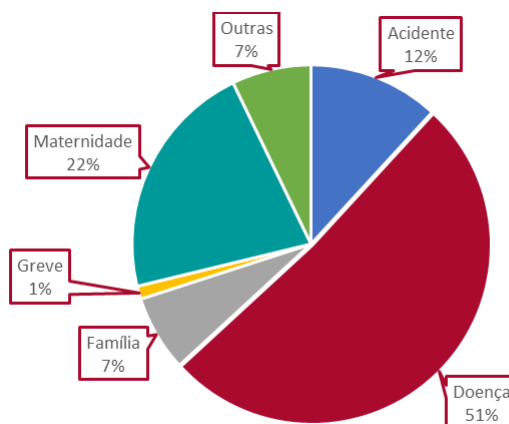
	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de absentismo	9,4	8,1	8,7	7,8	7,5

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

A taxa média de absentismo da SCML em 2024 foi de 7,5%, o que corresponde a uma diminuição de 0,3 p.p. face ao ano de 2023. Esta diminuição, verifica-se essencialmente com a redução das ausências por doença e maternidade relativamente ao período homólogo.

Os principais motivos que estão na origem desta taxa de absentismo encontram-se representados no gráfico seguinte.

Gráfico 3 - Motivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Quadro 17 – Greve

N.º de ausências por motivo de greve	2020	2021	2022	2023	2024	Variação 24/23
Nº de ausências	222	910	1166	2 098	1 410	-689

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

É de salientar que o número de ausências por motivo de greve diminuiu em 2024. Em comparação com o ano transato, o número de ausências por motivo de greve diminuiu 33% (689).

Quadro 18 – Acidentes de Trabalho

	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
EPI's/EPC's entregues	6	2	103	2	6	5	113	2	25	11	2	5	282
Acidentes de trabalho registados	59	44	40	29	38	35	44	28	35	41	43	26	462
Auditorias às condições de trabalho	1	4	0	5	0	7	14	2	1	7	15	11	67
Trabalhadores abrangidos pelas auditorias	25	77	0	62	0	191	215	134	101	192	538	316	1 851

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Em 2024 registaram-se 462 acidentes de trabalho, menos 58 do que em 2023.

A Segurança e Saúde no Trabalho, ao longo de 2024, desenvolveu o seu trabalho em cumprimento da legislação, e dando resposta às várias problemáticas apresentadas, entre as quais a atribuição do subsídio de risco por penosidade e insalubridade, respostas à Autoridade para as Condições do Trabalho, elaboração do Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Natureza dos vínculos

Quadro 19 – Vínculo Contratual (*)

Vínculo Contratual	2023		2024		Variação 2024/2023	
Contrato de trabalho em funções públicas (Quadro Residual SCML)	330	6,0%	251	4,2%	-79	-23,9%
Quadro Individual de Trabalho	5 656	92,0%	5 681	94,5%	25	0,4%
Comissão de serviço e cedência de interesse público (Externos)	37	1,0%	29	0,5%	-8	-21,6%
Subtotal	6 023	99,0%	5 961	99,2%	-62	-1,0%
Prestadores de serviços	56	1,0%	48	0,8%	-8	-14,3%
Total	6 079	100,0%	6 009	100,0%	-70	-1,2%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH e Relatórios de Gestão & Contas 2023 e 2024

*Nota: Foram contabilizados os trabalhadores afetos ao DJ

Em termos globais, face ao ano de 2023, registou-se uma diminuição de 70 trabalhadores na SCML.

Conforme se observa no quadro acima, a 31 de dezembro de 2024, a SCML contava com 6.009 colaboradores ao seu serviço, dos quais: 94,5% estão vinculados por contrato regulado pelo Código do Trabalho, 4,2% têm contrato de trabalho em funções públicas, 0,8% estão em regime de prestação de serviços (7 dos quais são

ajudantes familiares e 32 são amas/*baby-sitters*) e os restantes 0,5% são os denominados “trabalhadores externos” (Comissões de Serviço e Cedências de Interesse Público).

Podemos ainda constatar uma tendência de redução no número de prestadores de serviços nos últimos anos.

Distribuição e evolução por Serviços

Quadro 20 - Distribuição e Evolução por Serviços (*)

	2023		2024		Variação 2024/2023	
ADM/GAB/SI	591	9,8%	573	9,6%	-18	-3,0%
CHSCML - CMRA	521	8,7%	489	8,2%	-32	-6,1%
CHSCML - HOSA	304	5,0%	297	5,0%	-7	-2,3%
DASS-AS	3 264	54,2%	3 229	54,2%	-28	-0,9%
DASS-AS-ISS [1]	71	1,2%	62	1,0%	-9	-12,7%
DASS-DISSC	345	5,7%	336	5,6%	-9	-2,6%
DASS-RRR	0	0,0%	45	0,8%	45	100,0%
DASS-DICCI - Dir	13	0,2%	20	0,3%	7	53,8%
DASS-DICCI - S. ROQUE	49	0,8%	47	0,8%	-2	-4,1%
DASS-DICCI - MJNP	90	1,5%	99	1,7%	9	10,0%
DASS-DICCI - R. D. LEONOR	95	1,6%	89	1,5%	-6	-6,3%
DEES	26	0,4%	24	0,4%	-2	-7,7%
DGIP	161	2,7%	149	2,5%	-12	-7,5%
DIC	66	1,1%	64	1,1%	-2	-3,0%
DJ	309	5,1%	309	5,2%	0	0,0%
ESSA	55	0,9%	57	1,0%	2	3,6%
UM_GPOTSCML	21	0,3%	24	0,4%	3	14,3%
UM_LCTI	23	0,4%	30	0,5%	7	30,4%
UM_VALORT	19	0,3%	18	0,3%	-1	-5,3%
	6 023	100,0%	5 961	100%	-62	-1,0%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

(1) Mantem-se o número de trabalhadores alocados em 2019 em regime de cedência temporária à gestão do CRPCCB, previsto no artigo 3º do Decreto-Lei 240/2015, de 14 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 68/2016 de 3 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 143/2017, de 29 de novembro.

*Nota: Foram contabilizados os trabalhadores afetos ao DJ

Da análise deste quadro, verifica-se que o maior aumento de trabalhadores ocorreu no Departamento de Ação Social e Saúde, com a Abertura da Residência Raquel Ribeiro e a continuidade do protocolo com o ISS. A Direção de Cuidados Continuados e Integrados, apresenta também um aumento decorrente da reorganização das UCCI's resultante da integração de serviços ou de mobilidades internas.

Verificou-se ainda um acréscimo de trabalhadores na UCCI MJNP, decorrente da reabertura do último piso com 15 camas, o que levou ao aumento de Recursos Humanos, nomeadamente Auxiliares de Ação Médica, Enfermeiros e Fisioterapeutas. Em 2024, iniciou no HOSA um projeto com a abertura das camas da Retaguarda. No último trimestre do ano de 2024, ocorreu o primeiro programa de pré-reforma na SCML, que abrangeu cerca de 33 trabalhadores.

Num exercício de agrupamento em macro carreiras, de modo a evidenciar o rácio de dirigentes na estrutura, resulta o quadro seguinte:

Quadro 21 – Macro Carreiras

Agrupamento macro	2023		2024		Variação 2024/2023	
Dirigente	506	8%	484	8%	-22	-4%
Técnico superior	2 381	40%	2 372	40%	-9	0%
Técnico profissional	690	11%	671	11%	-19	-3%
Auxiliar	2 446	41%	2 434	41%	-12	0%
	6 023	100%	5 961	100%	-62	-1%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

O número de Dirigentes registou uma diminuição de 4%, resultante do processo de Reestruturação Interna que iniciou em setembro de 2024 e irá terminar no 1.º semestre de 2025.

Remunerações complementares

Conforme resulta do quadro seguinte, nos dois últimos anos, as remunerações complementares registaram, no total, um acréscimo de 5,4%, com maior incidência no crescimento do complemento de penosidade, nas horas de prevenção, nas horas extra e trabalho dia feriado e nas remunerações de subsídio de turno. Por outro lado, em 2024, registou-se um decréscimo de 9,5% nas despesas de representação decorrente do processo de reestruturação na SCML e verificou-se um decréscimo de 2,6% na isenção horário de trabalho.

Quadro 22 – Principais Remunerações Complementares

Principais remunerações complementares	2023	2024	Variação 2024/2023	
Subsídio de Turno	2 911 012 €	3 161 264 €	250 252 €	8,6%
Despesas de Representação	1 528 040 €	1 383 617 €	- 144 423 €	-9,5%
Isenção Horário Trabalho	1 278 333 €	1 245 544 €	- 32 789 €	-2,6%
Horas extra e trabalho dia feriado	1 024 431 €	1 198 065 €	173 634 €	16,9%
Regime Horário Acrescido	875 437 €	942 655 €	67 218 €	7,7%
Remunerações sorteios/eventos DJ	697 810 €	730 482 €	32 671 €	4,7%
Complemento de Função	616 271 €	645 228 €	28 957 €	4,7%
Horas de Prevenção	225 463 €	268 716 €	43 253 €	19,2%
Complemento de Penosidade	175 366 €	256 626 €	81 260 €	46,3%
Total	9 332 164 €	9 832 197 €	500 034 €	5,4%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Teletrabalho

Foi deliberada pela Mesa da SCML a implementação de um modelo híbrido, voluntário e experimental de Teletrabalho, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2022.

No final de 2024, encontravam-se em Teletrabalho e em modelo híbrido de Teletrabalho 683 trabalhadores:

Quadro 23 –Teletrabalho

Regimes de Teletrabalho	Nº de Trabalhadores
Regime de Teletrabalho	109
Regime Híbrido de Trabalho Mensal	117
Regime Híbrido de Trabalho Semanal	457
Total	683

Exercem funções em regime de teletrabalho 1,8% dos trabalhadores da SCML, ao abrigo do consagrado no artigo 166º-A do Código do Trabalho.

No que respeita ao modelo híbrido de Teletrabalho, este regime aplica-se apenas a 574 trabalhadores, o que representa 9,6% relativamente ao total de trabalhadores da SCML.

79,6% dos trabalhadores em regime híbrido de teletrabalho, estão em regime semanal, tendo por base a repartição de 3/5 dos dias da semana em regime de trabalho presencial e de 2/5 em regime de teletrabalho.

Apoio ao Trabalhador

A Unidade de Apoio ao Trabalhador (UAT), em cumprimento do quadro legal e alinhado com o Plano Nacional de Saúde Ocupacional, desenvolve um trabalho multidisciplinar e holístico, com o propósito de assegurar a segurança e saúde dos trabalhadores.

Medicina do Trabalho

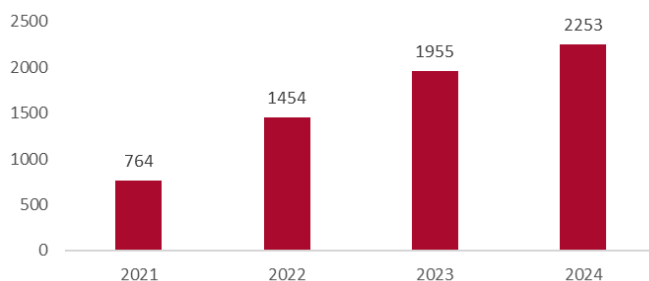
Quadro 24 – Consultas de Medicina do Trabalho

	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Exames Periódicos	2	11	79	106	120	100	159	111	91	137	126	68	1110
Exames Ocasionais	20	22	137	135	109	78	121	103	109	104	79	126	1143

Fonte: *Workmed*

Até 31 de dezembro, foram realizadas 2 253 consultas de medicina no trabalho, donde se retira que 50,7% das consultas efetuadas foram ocasionais, solicitadas após doença, após acidente, a pedido do serviço e/ou a pedido do trabalhador.

Gráfico 4 - Consultas de Medicina do Trabalho



Fonte: Workmed

Limitações para o trabalho

No que concerne à limitação para o trabalho, da consulta de medicina do trabalho resultaram: a emissão de 492 aptidões condicionadas e 40 inaptidões temporárias (7,5% do total de limitações).

Do total de 2 253 consultas de medicina do trabalho realizadas em 2024, resultaram 23,6% de fichas de aptidão com alteração da aptidão para o trabalho.

Ressalva-se que, ao longo do ano, são emitidas várias fichas ao mesmo trabalhador que podem ter a mesma limitação ou outra.

Quadro 25 – Limitações ao Trabalho

	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Aptos condicionados	7	5	60	58	52	39	53	42	40	56	46	34	492
Inaptos	3	2	5	6	1	4	5	4	2	1	5	2	40
TOTAL	10	7	65	64	53	43	58	46	42	57	51	36	532

Fonte: Núcleo de Saúde Ocupacional

Enfermagem do Trabalho

Em 2024 foram realizadas 1 784 consultas de enfermagem, 358 ações de vacinação e mantiveram-se as atividades de primeiros socorros no Complexo de São Roque, que este ano ascenderam a 192.

No total foram realizadas 2 334 consultas de enfermagem, das quais 76,4% são de coadjuvação ao médico do trabalho.

Quadro 26 – Atendimentos de Enfermagem

	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consulta de enfermagem	44	35	120	176	183	145	221	193	147	214	157	149	1784
Primeiros Socorros e outros tratamentos	34	15	14	33	26	2	3	4	7	11	23	20	192
Vacinação	43	88	21	16	10	7	15	7	8	12	52	79	358

Programa (Re)Integrar

Durante o ano de 2024, o (re)integrar continuou o seu trabalho de acompanhamento dos trabalhadores com alterações no desempenho ocupacional em contexto de trabalho. Foram desenvolvidos e implementados os Procedimentos DIRH para Trabalhadores Identificados para Novo Enquadramento Profissional (TINEP's), no sentido de potenciar a reintegração profissional dos trabalhadores que beneficiam de mudança de funções ou de local de trabalho.

A 31 de Dezembro, dos 609 trabalhadores acompanhados em avaliação, 34,6% têm função adaptada, 31,5% estão adaptados à função e 22,5% estão em processo de avaliação por escassez de recursos.

É ainda de referir que resultou da avaliação efetuada que 5,4% têm parecer para reintegração profissional, sendo que destes, 57,6% são auxiliares (assistentes operacionais e NQ1-NQ3).

Quadro 27 – Programa (Re)Integrar

(re)integrar	Nº de Trabalhadores
Adaptado à função	192
Em avaliação	137
Função adaptada	211
Monitorização	36
Reintegração Profissional	33
Total Geral	609

Fonte: Informação consolidada de Base de dados (Excel) da UAT

Terapia Ocupacional e Produtos de Apoio

Ao longo de 2024 foram atribuídos 9 produtos de apoio.

Psicologia Laboral

A intervenção da psicologia em saúde ocupacional, visa a promoção da saúde psicológica e física dos trabalhadores, a deteção e intervenção precoce ao nível do risco psicossocial e da doença mental, e ainda intervir na perturbação e na doença, através de uma panóplia de ferramentas e em conjugação com a equipa interdisciplinar.

Em 2024, foram realizadas 2 508 consultas de psicologia, das quais foram detetados sinais e sintomas de depressão, ansiedade, comportamentos de adição e *burnout*.

Apoio Social

Quadro 28 – Número de Atendimento

	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos	92	85	97	123	91	81	102	95	137	169	75	102	1249

Esta área tem tido uma crescente procura, com casos de grande complexidade, tendo lista de espera na maior parte dos períodos em análise.

Quadro 29 – Benefícios

Benefícios	2020		2021		2022		2023		2024		Var. 2024/2023	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Subs. não Reembolsáveis	65	24 248 €	50	15 075 €	19	6 615 €	1	250 €	0	0 €	-1	-250,00 €
Subs. Reembolsáveis	322	342 432 €	283	232 760 €	260	203 789 €	203	168 389,69 €	64	79 173 €	-139	-89 216,62 €
Total	394	367 446 €	333	247 834 €	279	210 404 €	204	168 640 €	64	79 173 €	-140	-89 466,62 €
Valor médio		932,6 €		744,2 €		754,1 €		826,7 €		1 237,1 €		

Quadro 30 – Benefícios Sociais

Benefícios	2020		2021		2022		2023		2024		Var. 2024/2023	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Subs. não Reembolsáveis	65	24 247,84 €	50	15 074,73 €	19	6 614,69 €	1	250,00 €	0	- €	-1	-250 €
Subs. Reembolsáveis	322	342 431,64 €	283	232 759,63 €	260	203 789,30 €	203	168 389,69 €	64	79 173,00 €	-139	-89 217 €
Subs. de Compl. Medicamentos	112	6 707,77 €	173	9 418,94 €	174	9 527,10 €	197	7 817,02 €	206	6 318 €	9	-1 499 €
Subs. de Proteção Infantil	3 752	512 001,19 €	4 388	476 330,75 €	5 120	436 939,31 €	4 089	402 416,79 €	3 692	328 661 €	-397	-73 756 €
Subs. Freq. Ensino Básico	273	13 081,16 €	401	9 836,42 €	214	9 266,53 €	272	8 496,94 €	85	2 924 €	-187	-5 573 €
Subs. de Formação Complementar	1	24,94 €	0	- €	1	62,35 €	0	- €	0	- €	0	0 €
Complemento de Pensão Mínima	354	82 366,19 €	473	103 042,02 €	582	109 258,64 €	602	136 234,94 €	630	157 512 €	28	21 277 €
Sub. Freq. Atividades Férias	7	766,82 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	0 €
Total	4 886	981 627,55 €	5 768	846 462,49 €	6 370	775 457,92 €	5 364	723 605,38 €	4 677	574 588,33 €	-687	-149 017
Valor médio		200,91 €		146,75 €		121,74 €		134,90 €		122,85 €		216,9 €

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e Direção de Recursos Humanos – Núcleo de Apoio Social

O Apoio Social tem sofrido um aumento exponencial de pedidos de apoio/atendimento, em linha com o aumento do número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

A diminuição da atribuição do subsídio de proteção infantil pode ser explicada pela abrangência da “creche feliz” e pela crescente resposta da rede pública no âmbito do pré-escolar.

Em contrapartida aumentou o apoio aos reformados (complemento de pensão), uma vez que apresentaram rendimentos provenientes das pensões abaixo do ordenado mínimo nacional.

Formação Profissional

A atividade formativa registou um forte aumento em 2024, com um novo máximo 123 568 horas de formação (+ 50%), e de 21 659 participantes (+ 133 %).

Este acréscimo deveu-se principalmente à forte dinamização da plataforma formativa (UNU), que atingiu as 55 037 horas de formação em e-learning (+ 120 %), o que representa 44,5% do total de horas de formação. No e-learning, é importante destacar os três cursos obrigatórios de Ética + Política de tratamento e proteção de dados pessoais + Segurança e Saúde no Trabalho, que, no seu conjunto, foram frequentados por 9 323 participantes, representando 37 006 horas de formação.

Quadro 31 – Tipologia de Formação

Formação	2022				2023				2024			
	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos
Interna	9 122	724	68 062	387 574 €	8 779	470	70 656	266 815 €	20 994	538	109 869	214 850,0 €
Externa Nacional	532	215	13 648	111 620 €	450	212	10 024	105 844 €	579	254	12 163	76 798,0 €
Externa Estrangeiro	46	30	984	36 734 €	57	30	1 337	28 343 €	50	35	1 090	3 600,0 €
Externa Total	578	245	14 632	148 354 €	507	242	11 361	134 187 €	629	289	13 253	80 398,0 €
Autoformação-Estatuto Trabalhador Estudante	42	42	427		20	20	294		36	36	536	0,0 €
Total	9 742	1 011	83 141	535 928 €	9 306	732	82 312	401 002 €	21 659	863	123 658	295 248 €

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e dados disponibilizados pelos Serviços

Estágios Profissionais

Quadro 32 - Estágios Profissionais

Estágios Profissionais	2020	2021	2022	2023	2024	variação 2024/2023
Estagiários/Bolseiros	19	34	36	33	20	-13

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Em 2024 tiveram início 20 estágios profissionais, cofinanciados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., no âmbito da Medida Estágios Emprego.

Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Quadro 33 – Diversidade na remuneração por género e Grupo Profissional

Grupo Profissional	Mulheres	Remuneração média(€) Mulheres	Homens	Remuneração média(€) Homens	Total HM	Remuneração média(€) HM
01-Dirigente	165	3 628,56 €	137	3 567,31 €	302	3 600,77 €
02-Director Estabelecimento	87	2 668,32 €	12	2 676,61 €	99	2 669,32 €
03-Chefia Directa	60	1 788,89 €	23	2 179,67 €	83	1 897,18 €
04-Técnico Superior	1317	1 866,62 €	406	2 114,00 €	1723	1 924,91 €
05.01- Enfermeiros	288	1 915,99 €	85	1 962,99 €	373	1 926,70 €
05-Técnico	245	1 986,48 €	31	2 216,65 €	276	2 012,33 €
06-Técnico Profissional	542	1 034,19 €	129	1 526,52 €	671	1 128,84 €
07-Administrativo	347	1 327,74 €	122	1 255,70 €	469	1 309,00 €
08-Operários	16	1 018,38 €	163	1 100,90 €	179	1 093,52 €
09-Auxiliares	1546	974,02 €	240	1 007,28 €	1786	978,49 €
Total Geral	4613	1 512,77 €	1348	1 807,22 €	5961	1 579,36 €

A remuneração média das mulheres é superior à registada nos homens nos grupos profissionais de dirigente e administrativo.

8. O Que Fazemos

8.1 Ação Social

A Ação Social é a essência da Misericórdia de Lisboa. Diariamente, contribui para o bem-estar das pessoas, nas diferentes fases da sua vida, prevenindo situações de desigualdade e carência socioeconómica, vulnerabilidade e exclusão social. Atua em 7 grandes áreas: Infância e juventude; População +65; Apoio à família; População em risco; Atendimento social; Apoio à deficiência e Acompanhamento terapêutico.

Caracterização da Atividade por Áreas e Respostas Sociais

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS



CRECHE, CRECHE FAMILIAR E JARDIM DE INFÂNCIA

As respostas de proximidade de 1.ª e 2.ª infância - Creche, Creche Familiar e Jardim-de-Infância - asseguram a promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, em parceria com as famílias e comunidade. Para além do papel pedagógico e educativo, constituem-se também como suporte às famílias mais vulneráveis, no reforço da parentalidade e conciliação da vida familiar com a vida profissional/laboral.

Quadro 34 – Infância e Juventude

AÇÃO SOCIAL - Crianças e Jovens	2022	2023	2024	Variação %
Crianças em Creche e Creche Familiar	2 293	2 617	2 789	7%
Crianças em Jardim-de-Infância	533	440	330	-25%
Crianças e Jovens em Atividades Socioeducativas	387	367	429	17%

Em 2024 estiveram em funcionamento 26 Creches, 3 Creche Familiar e 5 Jardim de Infância. Frequentaram as **creches e creches familiares 2 789 crianças**, o que representa um acréscimo de 7% face a 2023. Este acréscimo deveu-se a um aumento da rotatividade que resulta da aplicação da medida de gratuidade. Na resposta de jardim de infância a SCML alargou e ajustou a capacidade da resposta com a abertura de salas em territórios com elevada procura, indo ao encontro das necessidades identificadas.

BABYSITTING

O *Babysitting* Social é uma resposta atípica de apoio à família, que presta serviços de acompanhamento e de cuidados individuais a crianças dos 3 meses aos 12 anos, apoiando famílias que não possuem rede social de suporte e que apresentem horários formativos ou laborais atípicos. Funciona sete dias por semana/24 horas por dia.

Ao longo do ano o Babysitting Social deu resposta a 43 crianças, mais três que em 2023, correspondendo a 29 agregados familiares.

ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E CULTURAL

A **Animação Socioeducativa e Cultural**, distribuída por **7 equipamentos**, é uma resposta direcionada a pré-adolescentes e jovens. Procurando colmatar as necessidades e interesses dos jovens, das famílias e da própria comunidade, a natureza comunitária em que esta resposta se enquadra favorece a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos jovens, numa perspetiva de complementaridade com o sistema educativo formal (escola) e não formal (família e comunidade), capacitando para o exercício de uma cidadania ativa e empreendedora, prevenindo a exposição a fatores e comportamentos de risco.

A Animação Socioeducativa tem feito uma forte aposta em atividades apelativas para os jovens, com efeitos ao nível do aumento do número de beneficiários que em 2024 corresponderam a **429 utentes**, representando um acréscimo de 17% face a 2023. Das principais áreas de intervenção destacam-se o apoio ao estudo e as atividades desportivas, que decorrem de parcerias com clubes desportivos.

APOIAR EM AGOSTO

O Programa Apoiar em Agosto insere-se no âmbito da proteção à infância e à família, com o objetivo de apoiar crianças em situação de risco/vulnerabilidade, bem como famílias inseridas no mercado de trabalho ou em percurso formativo e que não possuem rede social de suporte no período de encerramento dos estabelecimentos de infância.

O Programa Apoiar em Agosto foi objeto de reorganização, numa ótica de maior eficiência na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, com redução do número de polos de seis para quatro tendo-se mantido praticamente o número de crianças num total de **245**.



CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Residências Autônomas

As **5 Residências Autônomas** (RA) são uma resposta de alojamento que funcionam em apartamento e têm por objetivo viabilizar projetos pessoais de autonomia. Estão direcionadas a jovens adultos, na faixa etária entre os 18 e os 25 anos, com comprometimento cognitivo ligeiro, funcionalmente competentes para viver em apartamento e que, mediante apoio, têm capacidade para viver de forma autônoma. Em 2024, esta resposta integrou **15 jovens** diferentes.

No final de 2024, todos os jovens integrados nesta resposta tinham adquirido rotinas diárias semelhantes às da sua referência etária, estando a maioria integrados em experiências profissionais, 3 dos quais já com atividade profissional regular e apenas 1 encontrava-se desempregado.

Centro de Capacitação D. Carlos I – Residência Autônoma, Consultas Psiquiatria e Equipa Móvel

O Centro de Capacitação D. Carlos I integra uma Residência Autônoma para jovens com Deficiência Intelectual, em fase de transição para a vida adulta, Consulta de Pedopsiquiatria e Equipa Móvel com resposta multidimensional (deficiência física e intelectual, saúde mental da infância e adolescência), estas últimas para todas as Unidades da DIIJF.

A Residência Autônoma distingue-se das demais pelo facto de garantir um acompanhamento em permanência por uma equipa especializada na área da multideficiência. Beneficiaram desta resposta **9 jovens** ao longo do ano. Quanto à equipa móvel destaca-se o aumento do número de crianças/jovens sinalizadas (+84%) e da respetiva capacidade de resposta em termos do número de crianças/jovens avaliados (35) e acompanhados (69).

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

A intervenção da SCML no âmbito da promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens em perigo é transversal a vários serviços, nos diferentes níveis de intervenção, sendo realizada através das Equipas do Atendimento Social, Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar, rede de equipamentos de Acolhimento Residencial, Equipas de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar e respostas de Autonomia. Em matéria de Assessoria Técnica do Tribunal, as atribuições são cumpridas por equipas a funcionar em Lisboa e noutros 6 concelhos da NUT III, quer no âmbito da Promoção e Proteção quer no âmbito Tutelar Cível.

Quadro 35 – Crianças e Jovens em Situação de Perigo

AÇÃO SOCIAL - Crianças/Jovens em risco	2022	2023	2024	Variação %
Crianças e Jovens em Casas de Acolhimento	400	357	322	-10%
Jovens em Apartamentos de Autonomização e Residências Autónomas*	114	114	116	2%
Crianças Integradas em Acolhimento Familiar	99	105	102	-3%
Crianças Integradas em pré-adoção no ano	87	79	84	6%
Famílias Acompanhadas pelas Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar	859	817	746	-9%
Jovens Acompanhados pela Equipa de Integração Comunitária (Jovens com Medida de Apoio para Autonomia de Vida)	161	176	199	13%
Crianças/Jovens acompanhadas pelas equipas de Assessoria ao Tribunal - Promoção e Proteção **	3 610	4 022	5 212	30%
Crianças /Jovens abrangidos pela intervenção das equipas de Assessoria ao Tribunal - Tutela Cível ***	3 233	3 628	1 840	-

(*) O Indicador integra as respostas: Apart. de Autonomia, Casa Autonomia e Supervisão Intensiva, Apart. Pré-autonomia Migrantes e Resid. Autónomas.

(**) O indicador integra, a partir de 2022, a atividade de assessoria na Promoção e Proteção dos NIJ da Amadora, Mafra, Oeiras e V. F. Xira, em 2023 NIJ Sintra e em 2024 NIJ Loures e Cascais.

(***) O indicador integra, a partir de 2022, a atividade de assessoria na Promoção e Proteção dos NIJ da Amadora, Mafra, Oeiras e V. F. Xira, em 2023 NIJ Sintra e em 2024 NIJ Loures e Cascais. 2024 - Ajustamento dos critérios de apuramento, sem comparabilidade com anos anteriores.

Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil

Foram integradas em famílias adotantes e em período de **pré-adoção 84** crianças, mais 6% do que no ano anterior, encontrando-se no final do ano **77** crianças em **situação de adotabilidade**, mais 5% face a 2024.

O Acolhimento Familiar continua a ser a resposta privilegiada para uma progressiva desinstitucionalização (sobretudo das crianças mais novas) em detrimento de medidas de acolhimento residencial. No final do ano estavam integradas em **Acolhimento Familiar 102** crianças, das quais 33 foram colocadas em 2024.

Gestão de Vagas

A SCML assume a gestão de vagas do Sistema de Acolhimento de Emergência do Distrito de Lisboa, efetuando as diligências necessárias para a admissão de crianças/jovens, em toda a Rede de Acolhimento Residencial Distrital, incluindo a rede de respostas de acolhimento de administração direta.

Foi registado um aumento no número total de pedidos de admissão e no nº total de admissões concretizadas (+22% em ambos os indicadores), o que se explica pela sinalização para acolhimento de emergência de 163 jovens estrangeiros não acompanhados. O número de admissões efetivas na SCML, bem como, o nº total de admissões programadas diminuíram em relação ao ano 2023.

Do total de **admissões, 360** correspondem a admissões em situação de emergência e 55 a programadas. De referir que grande parte destas admissões programadas são realizadas em Acolhimento Familiar.

Casas de Acolhimento

O acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promotor da sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Em 2024 passaram pelas **17 Casas de Acolhimento 322 crianças e jovens**, das quais 92 apresentavam necessidades de medidas complementares de apoio. Do total de saídas (113), 12 integraram famílias de Acolhimento familiar e 61 ocorreram para meio natural de vida.

Centro de Capacitação

O Centro de Capacitação de Alvalade dá resposta a necessidades de intervenção não apenas de crianças com medida de acolhimento, mas também a necessidades de famílias em meio natural de vida, assumindo uma perspetiva abrangente de ação, quer no âmbito da prevenção e da intervenção no perigo, quer numa intervenção face a problemáticas específicas. Para além de uma resposta de acolhimento residencial integra uma Equipa de Capacitação e Promoção do Relacionamento Familiar, que desenvolve a sua atividade no âmbito da capacitação familiar e promoção da parentalidade e na execução de medidas de Acolhimento Familiar e Cíveis.

Durante ano o Centro de Capacitação acompanhou **42 crianças**, registando um crescimento de +8% face a 2023. Em 2024 foi iniciado o processo de reconfiguração da Casa de Acolhimento da Boavista no Centro de Capacitação da Boavista que pretende contemplar 5 eixos de intervenção: um Apartamento de Pré-autonomia; um Apartamento de Autonomia; uma Equipa de Capacitação para Famílias e Jovens; um Centro de Recursos Terapêutico e a concretização de Parcerias Institucionais.

Resposta de Autonomia

As respostas de autonomia, direcionadas a jovens, são desenvolvidas em espaços habitacionais com acompanhamento de equipas especializadas e destinam-se a preparar os jovens para a vida ativa.

Os **Apartamentos de Autonomização**, são uma resposta social para jovens na faixa etária entre os 15 e os 25 anos, provenientes de Casas de Acolhimento ou com Medida de Promoção e Proteção de Apoio para Autonomia de Vida, visando a promoção de competências pessoais no âmbito da autonomia de jovens. Em 2024 abriu mais um apartamento de autonomização, alargando a capacidade desta resposta.

O **Apartamento de Pré-Autonomia para Migrantes (APAM)**, com capacidade para acolher 6 jovens, abriu em 2021. Tem como objetivo o apoio à autonomização de Jovens Estrangeiros Não Acompanhados, e requerentes de asilo e/ou refugiados, que chegam a Portugal ao abrigo do Programa de Recolocação Voluntária de Menores Não Acompanhados.

A **Equipa de Integração Comunitária (EIC)** acompanha e apoia a transição para vida adulta de jovens entre os 16 e os 25 anos, em risco ou perigo, com Medida de Apoio para a Autonomia de Vida (na comunidade), assegurando a execução dos atos materiais.

Os **17 Apartamentos de Autonomização** e o Apartamento de Pré-Autonomia para Migrantes (APAM) deram resposta a **81 jovens**. A Equipa de Integração Comunitária (EIC) acompanhou **199 jovens** diferentes.

Casa de Autonomia e Supervisão Intensiva (CASI)

A CASI destina-se a jovens que terminaram medidas de internamento (Centros Educativos, Lares Especializados, Comunidades Terapêuticas), relativamente aos quais estão contraindicadas as respostas tradicionais de acolhimento residencial, atendendo a que ainda revelam acentuadas dificuldades de integração social. O CASI garante um acompanhamento 24/24 horas numa resposta social tripartida (Supervisão Intensiva, Casa de Autonomia e Equipa Móvel), numa lógica de continuidade do apoio social após permanência em Apartamento de Autonomia. Beneficiaram desta resposta **11** jovens diferentes

Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar (EICF)

As EICF são uma resposta de intervenção em contexto familiar e de âmbito específico que visa, por um lado, desenvolver uma intervenção reparadora e preventiva da degenerescência de situações de risco e desproteção de crianças/jovens e por outro garantir a execução dos atos materiais das medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, através da capacitação e reforço de competências.

Ao longo do ano foram acompanhadas pelas equipas **746** famílias e **1 531** crianças/jovens, registando-se um crescimento do número de crianças e jovens sinalizadas (+7%) e de famílias admitidas (+7%) face ao ano anterior.

Atendimento - Menores em Risco

As Equipas do Atendimento Social asseguram, na primeira linha, o diagnóstico e acompanhamento de situações que configuram risco ou perigo, com ou sem Processo de Promoção e Proteção (PPP) instaurado. Acompanham

também a execução das medidas de promoção e proteção em meio natural de vida na vertente de ação social, integrando os respetivos acordos de PPP. As equipas procuram, dentro das suas competências, desenvolver um trabalho no sentido de mitigar as situações de risco e/ou perigo para as crianças e jovens dos agregados familiares em acompanhamento, procurando atuar no domínio da prevenção. No entanto, o aumento da complexidade das situações de risco/perigo acompanhadas neste contexto acentuou a necessidade dos serviços se articularem no sentido de garantir uma intervenção mais adequada e especializada, promovendo a passagem destes processos para as Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar (EICF), especializadas nesta matéria.

Ao nível do atendimento Social foram acompanhadas **665** famílias e **1 054** crianças/jovens, verificando-se uma redução considerável do número de crianças e jovens sinalizados/referenciados, que traduz o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste domínio quer pelas equipas do Atendimento Social e dos Estabelecimentos de Infância e Juventude, com a tónica na prevenção, quer pelas Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar.

Assessoria ao Tribunal

O Núcleo de Assessoria e Apoio Técnico ao Tribunal – Promoção e Proteção presta assessoria técnica nos processos judiciais de Promoção e Proteção que decorrem nos Juízos de Família e Menores de Lisboa. É assegurado ainda o acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção aplicadas, sempre que designada pelo Tribunal, o apoio às crianças/jovens intervenientes em processos judiciais de promoção e proteção, a elaboração de relatórios/informações sociais e a intervenção em audiência/debate judicial, assim como participação nas diligências instrutórias, quando o Juiz assim o determina.

O número de processos com acompanhamento pela equipa foi de 1 424 (+4%), abrangendo **2 001** crianças. Constata-se também um aumento de 1% no número de processos judiciais entrados.

A **Assessoria ao Tribunal - Tutelar Cível em Lisboa** é assegurada pela Unidade de Supervisão e Qualificação de Assessoria ao Tribunal (USQAT). A USQAT assegura também a qualificação e supervisão, em matéria tutelar cível, das equipas de assessoria técnica ao Tribunal que integram os Núcleos de Infância e Juventude da SCML que assumem essas responsabilidades noutros concelhos incluídos na NUT III da área metropolitana de Lisboa. Em 2024, verificou-se um aumento muito significativo da atividade, com um número de 957 solicitações recebidas, que representaram +20 pedidos de acompanhamento de crianças em audição judicial, +38 solicitações de audição técnica especializada, +22 pedidos de informação e +20 solicitações de acompanhamento do regime estabelecido pelo Tribunal.

Ainda no âmbito das assessorias e decorrente da implementação do Protocolo de Cooperação com o ISS, I.P., foram criados os **Núcleos de Infância e Juventude** (NIJ) que asseguram, entre outras atribuições, a assessoria

aos Juízos de Família e Menores, através de equipas multidisciplinares, quer em matéria de **Promoção e Proteção** de crianças e jovens em perigo, quer em matéria **Tutelar Cível**, nos respetivos territórios.

Em 2024 foram criados o NIJ de Loures e o NIJ de Cascais, encontrando-se em atividade **7 Núcleos de Infância e Juventude**. No global da atividade, no que concerne à assessoria em matéria tutelar cível, foram abrangidas pela intervenção **1 104 crianças/jovens** diferentes, e no contexto da promoção e proteção foram acompanhados 2 316 processos (+59%) abrangendo **3 211 crianças/jovens** diferentes.

PESSOAS MAIS VELHAS



O apoio às pessoas mais velhas desenvolve-se sobretudo nas respostas de apoio domiciliário, centros de dia e estruturas residenciais.

Quadro 36 – Pessoas +65

AÇÃO SOCIAL - Pessoas mais Velhas	2022	2023	2024	Variação %
Utentes em Centros de Dia	1 245	1 347	1 412	5%
Utentes com Apoio Domiciliário	2 640	2 501	2 370	-5%
Utentes acompanhados pelas Equipas de Apoio a Idosos	2 870	3 112	3 198	3%
Utentes em Estruturas Residenciais para Idosos	495	513	520	1%
Utentes em Estrutura Residencial Temporária pós -hospitalar (ERT de Sant'Ana)	NA	5	70	-
Beneficiários com Teleassistência	697	650	554	-15%
Processos Acompanhados em ERPI privadas	1 067	1 215	1 276	5%

CENTRO DE DIA

O centro de dia é uma resposta aberta à comunidade onde se prestam serviços e desenvolvem atividades de carater sociocultural e terapêutico, tendo em vista a promoção da autonomia, a prevenção da dependência e a permanência da pessoa no seu meio natural de vida. Em 2024 deu-se continuidade à estratégia de transição para Centros Intergeracionais, conforme preconizado para os Espaços Interage e foram encerrados dois equipamentos tendo os utentes sido transferidos para outros centros.

Frequentaram os **18 equipamentos** ao longo do ano **1 412 utentes** diferentes.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) consiste na prestação de cuidados individualizados no domicílio a pessoas que, temporária ou permanentemente, se encontrem numa situação de incapacidade física e/ou psíquica que impossibilite a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária. Tem como principais objetivos combater o isolamento, prevenir o agravamento da dependência, evitar ou retardar a institucionalização e contribuir para uma melhor qualidade de vida na comunidade. Mantém-se a tendência para a redução do número de beneficiários de apoio domiciliário, registando-se em 2024 menos 131 utentes diferentes face ao ano anterior, tendo sido abrangidos **2 370** utentes.

EQUIPAS DE APOIO A IDOSOS

As Equipas de Apoio a Idosos (EAI) são equipas interdisciplinares de âmbito misto, integradas na Ação Social de Proximidade, constituídas por três técnicos, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional e um Auxiliar de Geriatria e Apoio à Comunidade. Estas equipas têm como objetivo avaliar e responder, de forma célere e atempada às situações urgentes de risco/perigo de cidadãos com mais de 65 anos, isolados, em situação de vulnerabilidade. As **oito equipas**, atualmente em funcionamento, cobrem todo o território da cidade de Lisboa em estreita articulação com as equipas responsáveis pelo atendimento social, tendo respondido a **3 198** utentes diferentes.

ESTRUTURAS RESIDENCIAIS TEMPORÁRIAS, PERMANENTES E ASSISTIDAS PARA IDOSOS

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) consiste numa resposta social, desenvolvida em equipamento de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, destinada a apoiar pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade social e graus de autonomia, que não tenham condições para assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária (AVD's). O modelo de intervenção adotado é o Centrado na Pessoa, procurando ancorar uma relação de cuidado humanizada. No que respeita à atividade da ERPI permanente, bem como dos lugares temporários, não se verificaram oscilações significativas face ao período homólogo. Continua a haver uma procura significativa quanto aos lugares temporários, em especial para o descanso do cuidador. Relativamente à ERPI permanente, apesar de ser dada prioridade à permanência dos utentes em contexto domiciliário, a procura por esta resposta mantém-se muito elevada. Nas **8 estruturas residenciais permanentes foram** integrados ao longo do ano **445** utentes diferentes.

As **ERPI Assistidas** são destinadas a pessoas com 65 e mais anos, autónomas nas suas decisões, sendo assegurado pela SCML todo o apoio necessário nas atividades da vida diária dos utentes, bem como na integração destes na comunidade. É uma resposta com uma filosofia de gestão colaborativa. Esta resposta

social é assegurada em apartamentos e/ou moradias com quartos individuais ou duplos e espaços de utilização comum, tendo beneficiado desta resposta **75 utentes** em 2024.

ESTRUTURA RESIDENCIAL TEMPORÁRIA

A **Residência temporária pós-hospitalar de Sant'Ana**, que decorre do Protocolo de Cooperação entre a SCML, o Instituto da Segurança Social, I.P., a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I.P., tem protocoladas 27 vagas destinadas a pessoas adultas que tendo Alta Clínica permanecem nos hospitais por motivos sociais. Usufruíram desta resposta **70 pessoas**.

Quadro 37 – Residência Temporária de Sant'Ana

Indicadores de Atividade	2023	2024	Variação %
Nº de Equipamentos*	1	1	0%
Capacidade	27	27	0%
Nº Utentes Diferentes	5	70	-
Nº Utentes Admitidos	5	65	-

*Novo equipamento. Sem comparabilidade com anos anteriores, abriu em dezembro 2023

PROGRAMA PILAR

O Programa PILAR tem como principal objetivo garantir o acompanhamento dos residentes integrados em ERPI (privadas ou IPSS), cuja intervenção é da competência da SCML, assegurando que lhes são conferidos cuidados de qualidade e disponibilizados todos os serviços necessários.

O PILAR acompanhou **1 276** pessoas, mais 5% face a 2023, em 119 ERPI distribuídas geograficamente, na sua maioria sitas no distrito de Lisboa, realizando visitas regulares de acompanhamento, tanto pela equipa técnica como pela equipa auxiliar, que efetuaram mais de 1 500 visitas ao longo do ano.

TELEASSISTÊNCIA

O Serviço de Teleassistência (disponível 365 dias por ano, 24 horas por dia) é um serviço de proximidade, complementar a outras respostas sociais da SCML, cujos destinatários são os utentes de Centro de Dia, de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e ainda pessoas sinalizadas pela Unidade de Promoção do Voluntariado (UPV). Visa promover a segurança e a autonomia das pessoas em situação de isolamento, dependência e/ou incapacidade, contribuindo para a diminuição da solidão e para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar. É ainda um serviço que se constitui como uma resposta imediata em situações de emergência, com encaminhamento para os serviços competentes. Durante o ano de 2024, foram atendidas 8 170 chamadas telefónicas e beneficiaram do serviço **554** utentes.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO/VULNERABILIDADE

Quadro 38 – Públicos Vulneráveis

AÇÃO SOCIAL - Públicos Vulneráveis	2022	2023	2024	Variação %
Utentes Atendidos no Atendimento de Emergência	3 701	3 893	3 585	-8%
Utentes em Alojamento de Emergência e Temporário****	493	481	551	15%
Utentes em Acolhimento de Emergência e Temporário de Mulheres vítimas de Violência Doméstica	75	36	38	6%
Utentes nas casas de Transição	26	27	28	4%
Utentes do refeitório Social	918	1 271	1 323	4%
Requerentes de Proteção Internacional acompanhados	1 212	783	817	4%

Nota: (****) O indicador integra o alojamento noturno, incluindo alojamento para mulheres com filhos

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

A Unidade de Emergência (UE) garante o atendimento e acompanhamento de pessoas e/ou famílias, nacionais ou estrangeiras, em situação de sem-teto ou domicílio instável, em risco social grave, garantindo-lhes as condições básicas de subsistência, para além da definição de planos de intervenção que visam o desenvolvimento de competências com vista à sua reintegração social.

No Atendimento de Emergência, foram atendidos **3 585 utentes diferentes**, verificando-se uma descida de 8% face ao ano transato.

Esta equipa apoia também os requerentes de Proteção Internacional, que se encontram em fase de recurso e os recolocados que aguardam decisão de não admissibilidade do pedido de autorização de residência por parte da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA). No ano, a equipa interveio junto de **817** requerentes e beneficiários de proteção internacional, correspondendo a um aumento de 34 pessoas acompanhadas, face a 2023.

O NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) de Lisboa, é uma parceria interinstitucional, que envolve entidades públicas e privadas com intervenção direta ou indireta com a população em situação de sem-abrigo. Nesta área, salienta-se o contributo da SCML no âmbito da participação no Grupo de Intervenção e Monitorização da Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem Abrigo, colaborando na avaliação da anterior ENIPSSA e na definição de eixos e objetivos estratégicos da nova ENIPSSA 2025/2030, que resultou na publicação da Resolução de Conselho de Ministros 208/ 2024, de 30 de dezembro.

Em 2024, destaca-se também a monitorização dos utentes sem teto em acompanhamento pela SCML, e que no ano 2023 foram alojados, dos quais cerca de 94% não retornaram à condição de sem teto. Os resultados alcançados, apesar da volatilidade e complexidade que caracteriza o público-alvo, refletem a adesão aos planos de intervenção delineados nas suas diferentes vertentes: saúde, ação social, emprego, formação, entre outras, em alinhamento com o preconizado e definido na Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo.

CENTRO DE ALOJAMENTO NOTURNO, LUGARES DE EMERGÊNCIA E LUGARES TEMPORÁRIOS

Os **3 Centros de Acolhimento Temporário e de Emergência** asseguram alojamento a pessoas adultas em situação de sem-abrigo ou domicílio instável, proporcionando ainda o acesso a cuidados de higiene diária e alimentação, salvaguardando as necessidades básicas de subsistência. A intervenção centra-se no treino e aquisição de competências sociais com vista à inclusão social.

Num dos centros é também assegurada resposta a mulheres com filhos em situação de vulnerabilidade social, salvaguardando necessidades básicas ao nível do alojamento e alimentação, proporcionando simultaneamente um ambiente securizante e apoio na reorganização da vida familiar.

Foi proporcionado alojamento temporário e de emergência a **551 pessoas diferentes**, o que corresponde a um aumento de 15%.

Destaca-se ainda a inauguração do **Centro de Alojamento Temporário do Grilo** no final de 2024, resposta inovadora na intervenção junto das pessoas em situação de sem-teto pela primeira vez, com o objetivo de promover a reinserção em sociedade da forma mais célere possível, tratando-se de pessoas que não conseguem encontrar uma solução habitacional apesar de auferirem rendimentos.

Centro de Apoio Social dos Anjos (CASA)

REFEITÓRIO

A SCML procura responder às necessidades básicas da população mais carenciada de Lisboa, em particular, à população sem-abrigo. No Centro Social dos Anjos são disponibilizadas refeições quentes (almoços e jantares) nos 365 dias do ano, bem como o acesso a cuidados de higiene e de saúde.

Em 2024 foram fornecidas **130 016 refeições no refeitório**, representando uma média de 355 refeições/dia, -5% face ao ano anterior. Já no que diz respeito ao número de utentes diferentes, registou-se um acréscimo de 52 utentes, +4% do que em 2023. As taxas de variação justificam-se, sobretudo, pelo apoio aos requerentes de asilo e de proteção internacional, essencialmente até ao primeiro semestre de 2024, onde foram garantidas diariamente dezenas de refeições por solicitação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Apesar do acréscimo de utentes diferentes que frequentaram o refeitório social em 2024, regista-se um decréscimo no número total de refeições, isto porque, as pessoas encaminhadas pela AIMA usufruíram deste benefício por períodos de curta duração.

Dos **1 323 utentes** diferentes do refeitório, 350 dizem respeito a requerentes de asilo e de proteção internacional.

O CASA disponibiliza também um serviço de consultas de psiquiatria aberto a todos os utentes do refeitório e outros que sejam devidamente encaminhamentos pelos serviços de atendimento social de emergência. Em 2024 foram realizadas 464 consultas de psiquiatria para um total de 144 utentes diferentes.

Atelier Ocupacional

Os ateliers ocupacionais funcionam em **2 equipamentos** da SCML e destinam-se a públicos em situação de exclusão social grave, em particular pessoas com percurso de sem-abrigo, com o objetivo de recuperar rotinas e hábitos de trabalho que lhes permitam autonomizar-se, através da participação em atividades orientadas para o desenvolvimento de competências relacionais e ocupacionais.

Os **Ateliers Ocupacionais** apoiaram **120** pessoas com percurso de sem abrigo, em situação de exclusão social grave, menos 50 do que no ano de 2023. Este desvio, justifica-se pelo facto de ter iniciado no 2º trimestre de 2024, um processo de requalificação de um dos ateliers, exigindo um reajustamento dos espaços e dos horários face aos constrangimentos inerentes a um processo de obra.

APOIO A EX-RECLUSOS

Casa de Transição

A Casa de Transição é uma resposta residencial, constituída por **2 espaços habitacionais**, de apoio à população do sexo masculino que não possui enquadramento habitacional, nem rede de suporte familiar, provenientes de Estabelecimentos Prisionais ou com percurso de institucionalização. Visa a reinserção e integração social, pela otimização do potencial de autonomia, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais.

Integraram a Casa **24 utentes**, mais 20% face a 2023, dos quais 10 conseguiram autonomizar-se de forma sustentada, alcançando a reintegração plena na sociedade.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Acolhimento de emergência e temporário

A SCML proporciona acolhimento temporário e/ou de emergência a mulheres vítimas de violência doméstica (com ou sem filhos) que se encontrem numa situação de vitimização e de risco. Para além do acolhimento, presta apoio jurídico e promove quer a proteção física e psicológica das vítimas, quer a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais necessárias à reorganização do seu quotidiano.

No ano de 2024, foram apoiadas em acolhimento de emergência e temporário **38 mulheres**, tendo-se verificado um aumento significativo de sinalizações de grande complexidade com reflexo na morosidade dos projetos de autonomização, bem como, uma maior necessidade no apoio e proteção às vítimas.

PESSOAS COM NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A SCML promove a qualidade de vida e a integração na comunidade de pessoas com necessidade de acompanhamento terapêutico, em particular a pessoas em carência social, quando desinseridas do seu meio sociofamiliar e em situação de insuficiência económica, prestando informação/formação pertinente, encaminhamento e apoio adequados e acolhimento residencial.

CENTRO DE DIA, APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE ACOMPANHAMENTO E VIGILÂNCIA TERAPÊUTICA (CAVT); APARTAMENTOS TERAPÊUTICOS E ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Quadro 39 – Acompanhamento Terapêutico

AÇÃO SOCIAL - Pessoas em Acompanhamento Terapêutico	2022	2023	2024	Variação %
Utentes em Apartamentos terapeuticamente assistidos	114	107	114	7%
Utentes em Acolhimento Residencial	68	60	59	-2%
Utentes de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário	140	152	141	-7%

As respostas de **Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Centro de Acompanhamento e Vigilância Terapêutica**, integram um conjunto de atividades com vista à satisfação das necessidades básicas dos utentes e a sua adesão terapêutica, sendo garantido o fornecimento de medicação e a vigilância na prevenção e tratamento de patologias várias, em articulação com os serviços clínicos e sociais, bem como o apoio no domicílio em situações de doença, deficiência ou outro impedimento. No Centro de Dia e Apoio Domiciliário foram acompanhados **141** utentes em 2024.

Os Apartamentos Terapeuticamente Assistidos (ATA) são uma resposta social integrada destinada ao acolhimento, atendimento, acompanhamento e prestação de cuidados a pessoas carenciadas, com necessidades de acompanhamento terapêutico, que se encontrem isoladas e/ou em situação social, familiar e económica precária, visando a adesão terapêutica e a sua integração social e profissional, tendo sido acompanhados **114** utentes em 2024.

O Acolhimento Residencial destina-se a pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico e que se encontrem em situação social, económica e familiar precária e em situação de dependência total ou parcial. Esta resposta tem como principal objetivo satisfazer as necessidades básicas dos utentes e, em 2024, estiveram integrados **59** utentes no acolhimento residencial.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A SCML, baseando-se nos princípios da cidadania plena, procura proteger e promover os direitos das pessoas com deficiência, assegurando o respeito pela sua dignidade, personalidade e participação no processo individual. São assegurados o acolhimento residencial, a prestação de cuidados de saúde, psicossociais e de reabilitação a pessoas com Dificuldade Intelectual e do Desenvolvimento (DID)/Multideficiência e a pessoas com cegueira/baixa visão.

Quadro 40 – Pessoas com Deficiência

AÇÃO SOCIAL - Pessoas com Deficiência	2022	2023	2024	Variação %
Utentes em Lares Residenciais	67	65	59	-9%
Utentes em Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI)	68	64	62	-3%
Pessoas com Cegueira ou Baixa Visão em Reabilitação	66	71	79	11%
Utentes que receberam Produtos de Apoio por empréstimo	934	1 120	1 008	-10%
Utentes em CACI - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	91	55	58	5%
Utentes em Reabilitação - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian ****	1 584	954	1 168	22%
Utentes em Intervenção Precoce - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian ****	360	314	333	6%

Nota: (*) O indicador foi alterado em 2023, passando a contabilizar apenas os utentes diferentes admitidos na resposta.

ADULTOS COM DEFICIÊNCIA

Lar Residencial – Dificuldade Intelectual do Desenvolvimento/Multideficiência

Os **2 Lares Residenciais** destinam-se ao acolhimento de média/longa duração de Pessoas com Dificuldade Intelectual do Desenvolvimento (DID)/Multideficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar, com vista à garantia e promoção dos seus direitos. Em 2024, acolheram **59 utentes diferentes**.

A estratégia de intervenção procura reforçar a autoestima, a autonomia pessoal e social, privilegiando a interação com a família e a comunidade com vista à promoção do bem-estar e qualidade de vida ajustados às necessidades dos residentes.

Lar Residencial e Reabilitação de Pessoas com Cegueira ou Baixa Visão

No âmbito da intervenção de pessoas com cegueira ou baixa visão, a SCML integra **2 respostas sociais** de âmbito nacional e PALOP: o Lar Residencial Branco Rodrigues (LBR) e o Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos (CRNSA).

Em 2024 foram acolhidos 19 utentes em regime residencial. No CRNSA, foram abrangidos, nas diferentes respostas, **79 utentes diferentes**, evidenciando-se a maximização dos recursos humanos, técnicos e materiais

do Centro, para dar resposta ao crescente número de solicitações e a uma maior dinâmica relativamente à duração do programa de reabilitação para alguns utentes.

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é uma resposta social, destinada a indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, que visa a valorização pessoal e a integração social de pessoas com dificuldade intelectual e do desenvolvimento/multideficiência.

Ao longo de 2024 frequentaram o equipamento **62 utentes** diferentes, não se registando variações significativas face ao ano transato.

Centro de Reabilitação e Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Reabilitação e Intervenção Precoce

O Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) tem como missão habilitar e reabilitar a pessoa com Paralisia Cerebral e/ou outras situações neuromotoras, em contexto de equipa multidisciplinar fomentando a sua participação ativa, a dos seus familiares e/ou cuidadores nos diferentes contextos da comunidade, promovendo uma intervenção junto desta população nas áreas da Saúde, Social e Educação.

Durante o ano de 2024 foram acompanhados em Reabilitação **1 168** utentes diferentes, no CACI **58** adultos e na Intervenção Precoce **333** crianças.

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Reabilitação de Pessoas com Cegueira – Estimulação Sensorial na 1.ª Infância

O Programa de Estimulação Sensorial na 1.ª Infância (PESPI) é um programa destinado a crianças dos 0 aos 6 anos com cegueira ou baixa visão, desenvolvido em sala específica no CRNSA adaptada à promoção da estimulação sensorial, onde são promovidas, devidamente adaptadas à idade, as necessidades e potencialidades de cada criança, a aprendizagem e a aquisição de faculdades cruciais ao desenvolvimento individual. Neste programa são também desenvolvidas e incrementadas as competências parentais, interpessoais e sociais.

Em 2024 foram admitidas 6 crianças no Programa de Estimulação na 1ª Infância – Núcleo de Intervenção Precoce (NIP), num total de **26 crianças**. No ano salienta-se a apresentação da proposta para alargar a intervenção na deficiência visual dos 7 aos 15 anos, considerando a importância e imprescindibilidade de um trabalho integrado, transversal às diferentes idades.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIAS

Quadro 41 – Família e Comunidade

AÇÃO SOCIAL - Família e Comunidade	2022	2023	2024	Variação %
Utentes atendidos - Atendimento Social	18 223	17 198	16 472	-4%
Rendimento Social de Inserção - Processos Ativos	8 926	8 729	8 448	-3%
Pessoas abrangidas pelo Apoio Comunitário a Ind. e Família em Sit. de Exclusão Social	1 048	887	640	-28%
Pessoas envolvidas pelos Projetos de Desenvolvimento Comunitário	706	875	826	-6%
Pessoas abrangidos PDQ/PESSOAS 2030	8 005	8 732	8 492	-3%
Cuidadores abrangidos pela Rede de Cuidadores Informais	-	-	549	-
Formandos nos Centros de Formação Profissional	651	751	770	3%

ATENDIMENTO SOCIAL

Esta resposta é assegurada pelas Equipas multidisciplinares que, mobilizando a rede de serviços e recursos locais, apoiam diferentes tipologias de famílias, independentemente da situação pessoal e/ou familiar, nível económico, cultural e educativo, situação de saúde ou religião. Assenta em pressupostos de corresponsabilização dos técnicos e cidadãos na elaboração, contratualização e execução de um plano de inserção social que conduza à autonomização e à capacitação familiar/individual. Constitui-se como uma resposta de primeira linha à população de Lisboa.

No global, foram realizados 67 160 atendimentos a **16 472** utentes diferentes, mantendo-se a tendência de decréscimo na atividade, com redução de 5 285 atendimentos, face ao ano de 2023. Em sentido contrário desta tendência esteve o **aumento da procura nas freguesias** do Beato e Penha de França.

Destaca-se em 2024 o papel das equipas do atendimento social na operacionalização do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), em termos de aconselhamento, informação, diagnóstico e planeamento das ações.

No domínio das ações para promoção da empregabilidade, estabeleceram-se novas parcerias formais com as juntas de freguesia de Arroios e Santa Maria Maior e com uma grande empresa de retalho. Em 2024 deu-se continuidade ao projeto de capacitação/formação para a **empregabilidade** através da realização de ações promovidas pelas equipas do Atendimento Social, do CAF e do CEFC, em articulação com várias entidades, entre elas a Rede Emprega, tendo abrangido **583** pessoas, superando a meta proposta de abranger até 450 pessoas.

RSI

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação do subsistema de solidariedade e num programa de inserção cujo objetivo é assegurar aos cidadãos, que se encontrem em situação de carência económica grave, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas, bem como a

promoção de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária. No âmbito das funções assumidas pela SCML através do protocolo celebrado com o Instituto de Segurança Social, o acompanhamento desta medida na cidade de Lisboa insere-se na atividade do Atendimento Social das UDIP. Este enquadramento implica, por um lado a gestão (negociação, contratualização, monitorização e avaliação) dos programas de inserção dos beneficiários e, por outro, a coordenação de **Núcleos Locais de Inserção (NLI)**, no caso de Lisboa, um total de **8 NLI**. Em 2024, no final do ano encontravam-se ativos **8 448 processos RSI**, abrangendo **20 138 pessoas**.

Estes números representam uma redução face a anos anteriores que poderão ser resultado do deferimento de outras prestações sociais. Outro dos motivos que pode justificar a diminuição dos processos, está relacionado com as alterações na organização familiar, em resultado da agregação de núcleos familiares como estratégia de minimização de custos, sendo exemplo disso os cidadãos que reintegram o agregado dos progenitores, por incapacidade de manter a sua habitação, entre outros motivos.

APOIO COMUNITÁRIO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

O Serviço de Apoio Comunitário a Indivíduos e Famílias em Situação de Exclusão Social traduz-se no apoio, de carácter temporário, ao nível da satisfação de necessidades básicas das famílias ou indivíduos em situação de carência ou vulnerabilidade social, decorrentes de circunstâncias como desemprego, baixo rendimento, problemas de saúde, condições habitacionais que impossibilitem ou dificultem a confeção das refeições no domicílio e desajustamento psicossocial. São asseguradas refeições, serviço de balneário e de lavandaria. Foram apoiados **640 utentes** diferentes.

Centro de Apoio Familiar – CAF

O Centro de Apoio Familiar da SCML (CAF) é um equipamento social polivalente que disponibiliza um conjunto de serviços e atividades diversificadas, que de forma integrada, constituem uma resposta nas áreas do desenvolvimento pessoal, social e familiar, com vista à prevenção de problemas sociais. Este equipamento disponibilizou os seus serviços a **1 456 utentes** diferentes.

Espaços de Inclusão Digital

Os **5 Espaços de Inclusão Digital** dão resposta sobretudo aos utentes dos equipamentos em que se inserem, mas também à comunidade em geral e têm como objetivo contribuir para o aumento da literacia digital, mediante o contacto e desenvolvimento de competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esta resposta constituiu-se ainda como suporte aos cidadãos no acesso aos serviços públicos e outros, tais como, na procura de emprego. O número de utilizadores foi de **389**, mais 54% face ao período homólogo.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A atividade de desenvolvimento comunitário é assegurada na SCML por **4 Centros Comunitários** e por uma Equipa de Intervenção Comunitária. As dinâmicas de desenvolvimento comunitário procuram contribuir para a construção de comunidades mais inclusivas e impulsionar o seu potencial de desenvolvimento, promovendo respostas sociais, serviços e projetos sustentáveis e ativando a ação coletiva em territórios onde, para além da fragilidade social e económica, existem outras carências próprias do território.

Em 2024, esta resposta envolveu **826 pessoas** diferentes.

PROGRAMA DEMOGRAFIA, QUALIFICAÇÕES E INCLUSÃO (PDQI)

O PDQI sucedeu ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), a partir de dezembro de 2023, mantendo os seus pressupostos e visa diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis. O PDQI integra os programas operacionais que constituem o Programa Portugal 2030 aprovados pela Comissão Europeia, tendo como Entidade Coordenadora a Cruz Vermelha Portuguesa e a SCML como Entidade Mediadora, para a implementação da operação na cidade de Lisboa.

O PDQI contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias, através de mudanças nos comportamentos e hábitos alimentares e de consumo e da prevenção de situações de dependência e promoção da autonomia, utilizando os momentos de entregas dos géneros alimentares como estratégia de trabalho de capacitação das famílias. O Programa Alimentar tem sido uma ajuda de assistência não financeira preponderante, contribuindo para atenuar a forma mais preocupante de pobreza.

O número **total de destinatários** abrangidos em 2024 foi de **8 492**, com efetiva entrega de géneros alimentares, correspondente a **2 902 agregados familiares diferentes**. Além da entrega dos bens alimentares, foram ainda realizadas 234 sessões num total de 1 375 participações nas áreas de nutrição e gestão de orçamento familiar.

REDE DE CUIDADORES INFORMAIS

A Rede de Cuidadores integra Cuidadores Informais com ou sem estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro e Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro). No que respeita ao Cuidador Sem Estatuto do Cuidador Informal (qualquer pessoa que assume os cuidados a outrem, mas que não requereu enquadramento legal da sua situação/não requereu estatuto), a SCML assegura serviços, bens e/ou aconselhamento a quem destes necessite. Relativamente ao Cuidador Com Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro e Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro), a SCML assegura as atribuições decorrentes da Lei em matéria de execução do Estatuto.

No decorrer do ano de 2024, foram acompanhados **549 utentes** que se constituem enquanto **cuidadores informais**, destes 225 com estatuto atribuído pelo ISS (41%).

OUTROS SERVIÇOS

Gestão de Produtos de Apoio

O Núcleo de Gestão de Produtos de Apoio (NGPA) é um serviço que tem como objetivos centralizar a gestão dos produtos de apoio (PA) disponíveis no âmbito do Departamento de Ação Social e Saúde, sendo responsável pelo financiamento, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o ISS/ Centro Distrital de Lisboa e empréstimo de produtos de apoio (a utentes, colaboradores e equipamentos da SCML). O NGPA promove ainda ações de formação, informação e divulgação.

Em 2024 foi assegurado o empréstimo de **2 416 produtos de apoio** (-11% do que no ano anterior) a **1 008 utentes**. Foram ainda emprestados um total de 264 PA a colaboradores, parceiros da rede social e estabelecimentos de administração direta da SCML.

No que diz respeito ao financiamento, foram financiados 617 produtos de apoio a 135 utentes diferentes no âmbito do protocolo de cooperação celebrado com o ISS I.P., constituindo um acréscimo face ao ano anterior. No âmbito do financiamento, a partir do segundo trimestre e devido à morosidade dos concursos públicos internacionais para aquisição, foi alterado o modelo de aquisição de PA, atribuindo a SCML o valor ao requerente/representante para que este proceda diretamente à aquisição. Apesar dessa agilização no processo de aquisição, a verba atribuída pelo ISS, IP para o concelho de Lisboa em 2024 não foi suficiente para o financiamento de 140 dos 179 pedidos entrados nesse ano.

OUTRAS ÁREAS/ATIVIDADES

Unidade de Animação Socioeducativa

A Unidade de **Animação Socioeducativa** (UASE) tem como principais objetivos promover a otimização de oportunidades culturais, sociais, pedagógicas, lúdicas e cívicas da SCML. Destina-se não só aos utentes, mas também aos colaboradores da SCML e ao público em geral. Em 2024, foram organizadas **180 atividades**, abrangendo **2 064 pessoas** da Ação Social.

À UASE compete também a gestão e acompanhamento do Plano Anual de Férias (PAF) da SCML. Em 2024 para assegurar as atividades de férias e otimizar o orçamento foi reduzido o número de atividades com implicações no número de utentes diferentes abrangidos, menos 14%.

Destaca-se o aumento do número de aulas disponibilizadas na Academia Santa Casa e a continuidade dos projetos “Marcha da Santa Casa”, “Viver a Cidade”, e no final do ano foi também realizado o projeto “Natal no Largo”, como resposta a uma necessidade identificada pelos serviços e com o objetivo de consciencializar a

comunidade para o trabalho desenvolvido nos equipamentos. Na operacionalização do projeto estiveram envolvidos vários serviços da SCML, 92 colaboradores, 7 voluntários e 150 utentes.

A Equipa de Intervenção Cognitiva expandiu a sua atuação nos equipamentos sociais, iniciando sessões de grande grupo a par do acompanhamento individual para casos de comprometimento cognitivo grave, abrangendo **280 utentes**.

O Espaço São Julião da Ericeira (ESJE) é um equipamento que proporciona condições para a realização de diferentes tipologias de férias, quer a utilizadores da SCML, quer a utilizadores externos, sendo também utilizado para a realização de eventos diversos. O nº total de utilizadores em 2024 foi de **2 183 pessoas**.

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

Valores Globais

No global, em 2024 foram apoiados **6 922 utentes** diferentes (menos 997 utentes que em 2023) com recurso a 48 776 processamentos de subsídios no valor total de **22,62 milhões de euros** (menos 1,13 milhões de euros de que em 2023), representando, em termos homólogos, uma diminuição de todas as variáveis.

Processamentos por Área de Intervenção

As áreas de intervenção em que se verifica maior execução foram Instituições/Cuidadores (65% do montante total), Habitação (16% do montante total) e Enquadramento Legal/Protocolos (12% do montante total).

No conjunto das finalidades que integram a área de intervenção Instituições/Cuidadores, foram apoiados menos 131 utentes, devido principalmente à redução de utentes apoiados na finalidade ERPI (- 122 utentes), que se refletiu na redução de cerca de 271 mil euros, aproximadamente, da verba processada nesta finalidade, apesar das atualizações anuais das mensalidades das ERPI.

Na área de intervenção Habitação houve menos 611 utentes apoiados e foram gastos menos 1,24 milhões €, devido, maioritariamente à redução de apoios com as finalidades, Quartos/Pensões e Renda de Casa, pela grande dificuldade de encontrar alojamento (quartos /pensões e casas para arrendar) na cidade de Lisboa a preços adequados face aos rendimentos que auferem os utentes.

Destaca-se também o aumento do montante processado nas duas finalidades Acolhimento Familiar e Medidas em Meio Natural de Vida, ambas influenciadas pela atualização do Indexante para Apoios Sociais (IAS). Por fim, salienta-se que o aumento na finalidade Despesas com atos de saúde, próteses ou ortóteses, deveu-se à alteração da forma de financiamento de Produtos de Apoio configurados no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, passando este a ser assegurado através da atribuição de prestação pecuniária ao

requerente/representante legal, ao invés de ser efetuado através de procedimento aquisitivo (de acordo com a Deliberação de Mesa n.º 803/2024, de 28 de março).

PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

As prestações em espécie englobam: Cartão de Saúde - permite o acesso dos utentes a consultas médicas e de enfermagem através das Unidades Locais de Saúde da SCML e, em situações excecionais, o acesso a medicamentos comparticipados pelo SNS, sem custos, desde que a dispensa seja efetuada pelo preço de referência mais baixo dos medicamentos comparticipados; Serviços Fúnebres - a SCML tem também como missão, garantir as condições de dignidade na morte das pessoas mais vulneráveis, de acordo com os valores espirituais de cada pessoa.

O número de **utentes com cartões de saúde** válidos foi de **23 456** (+5% em relação ao ano anterior) sendo que 21% destes utentes têm acesso a medicamentos. Foram realizados **373 serviços fúnebres**, mais 4% relativamente a 2023, aumentando assim também o valor gasto com este apoio.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (PDS) – REDE SOCIAL DE LISBOA

No âmbito da Rede Social de Lisboa, o Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx) constituiu-se, em 11 de dezembro de 2006, sendo coordenado por uma Comissão Tripartida, compromisso assumido através de Protocolo de Colaboração, assinado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e pelo Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa, ISS IP. (CDist Lisboa, ISS. IP.). É constituído por um conjunto diversificado de entidades públicas, sem fins lucrativos e privadas, que formalmente a ele aderiram, contando 565 parceiros, no final de 2024.

Ao nível da atividade, deu-se continuidade ao processo iniciado no último trimestre de 2023, foi concluída a proposta de novo Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Em relação às Comissões Sociais de Freguesia (CSF), das 21 CSF constituídas em 2024, 19 estiveram ativas e houve 62 grupos de trabalho em funcionamento, nos quais a SCML é participante ativo. No que diz respeito à elaboração de informações e pareceres técnicos, relativos a candidaturas a financiamentos públicos, o Núcleo Executivo elaborou no total 25. Foram emitidos 22 pareceres técnicos relativos às candidaturas apresentadas, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito da medida C03-i01/2022 - Qualificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, relativas a: 3 de Habitação Colaborativa e Comunitária; 13 candidaturas a creches e 6 a Serviço de Apoio Domiciliário. Foram ainda elaboradas 3 informações técnicas relativas a 2 serviços de apoio domiciliário e 1 centro de dia.

UNIDADE DE PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO



A Unidade de Promoção do Voluntariado (UPV) tem como missão promover e desenvolver o Voluntariado na SCML nas áreas da ação social, saúde, educação e cultura, contribuindo para potenciar o desempenho dos serviços e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas apoiadas pela Instituição. Em 2024, encontravam-se em atividade **688** voluntários que doaram **27 633** horas de voluntariado.

No Voluntariado os resultados do ano de 2024 revelam um crescimento da atividade, em especial no 2º semestre, na sequência da implementação de um novo modelo de gestão que possibilitou uma maior simplificação dos processos de recrutamento e seleção, com sessões de esclarecimento mais frequentes e menor carga horária, permitindo encaminhamentos para os serviços de forma mais célere. O número de serviços com voluntários cresceu 11%, assim como o número de voluntários em alguns serviços, em especial nos Centros de Dia e na Direção da Cultura. Também os encaminhamentos para atividades pontuais cresceram significativamente, +32%.

As alterações ao nível do Regulamento, que passou a permitir o voluntariado pontual e o voluntariado a pessoas com idade superior a 17 anos, possibilitaram a criação de projetos específicos dirigidos a públicos mais novos, destacando-se a realização do “Projeto Mais de Ti”. Esta iniciativa foi destinada a jovens dos 17 e aos 25 anos de idade e constou da pintura de alguns espaços de 5 equipamentos sociais e de saúde. Inscreveram-se 248 jovens, participaram 127 indivíduos, num total de 164 participações.

UNIDADE DE MISSÃO LISBOA CIDADE TODAS AS IDADES (UMLCTI)

O principal projeto da UMLCTI foi a inauguração, em julho de 2024, do Centro Local de Informação e Coordenação (CLIC-LX). Este decorre do arranque da 3ª fase do Programa inicial que assumiu, em 2024, uma nova imagem e designação - “Lisboa, Cidade Com Vida Para Todas as Idades”, conforme acordo assinado a 7 de dezembro de 2023. Com base numa governação Integrada, resulta do compromisso assumido pelos seguintes parceiros: Câmara Municipal de Lisboa (CML), Instituto de Segurança Social

(ISS), Unidades Locais de Saúde (ULS), Polícia de Segurança Pública (PSP), Nova *Medical School* da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, Rede Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Este Centro integrou a Unidade de Missão Lisboa Cidade de Todas as Idades, onde está integrado o Projeto RADAR, que integra a linha de contactos telefónicos a pessoas integradas na plataforma do projeto RADAR, e a equipa de *backoffice* que recebe as chamadas do Informativo RADAR provenientes do *Call Center* e procede à análise das situações vulneráveis identificadas enquadrando-as nas respostas da comunidade adequadas às necessidades destas pessoas.

Desde julho foram dinamizadas **25 Sessões** CLIC-Lx com o objetivo de sensibilizar, informar, capacitar, apoiar e acompanhar a comunidade, promovendo um envelhecimento ativo e integrado, as quais contaram com **1 182 presenças**.

8.2 Saúde

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza cuidados de saúde primários, em ambulatório e ao domicílio, bem como diversas especialidades médicas e cirúrgicas.

No ano de 2024, destaca-se a assinatura de um protocolo/acordo de cooperação que possibilitou a atribuição de médico de família a 5 700 utentes da área de influência da ULS Santa Maria, garantindo a continuidade da colaboração com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Este acordo também permitiu renegociar o valor anual por utente inscrito, resultando num acréscimo de receita de 173 451€, fortalecendo assim a sustentabilidade e resiliência financeira da SCML.



CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

As **4 Unidades de Saúde Santa Casa** e os **2 Polos de Cuidados de Saúde no Domicílio** atuam em ambulatório e no domicílio, privilegiando uma abordagem multidisciplinar centrada na pessoa/família, durante todo o ciclo de vida.

Na Unidade de Saúde Santa Casa Oriental - Dr. José Domingos Barreiro, está disponível uma oferta diversificada de especialidades médicas e de enfermagem, bem como, mediante referenciação do médico assistente da SCML, o acesso a outras respostas de saúde, numa perspetiva de continuidade de cuidados e ao abrigo de protocolos e acordos de cooperação. Durante o ano de 2024, realizaram-se **47 635 consultas médicas em ambulatório** e **9 307 consultas médicas no domicílio**, realizadas nos Polos de Cuidados de Saúde no Domicílio e na Unidade Saúde Santa Casa de Telheiras, perfazendo um total de **56 942 consultas médicas**.

Quadro 42 – Cuidados de Saúde Primários

SAÚDE	2022	2023	2024	Varição %
Unidades de Saúde Locais e Móveis				
Consultas Médicas (Ambulatório)	58 132	49 380	47 635	-4%
Consultas Médicas (Domicílio)	6 077	9 035	9 307	3%
Consultas de Saúde Oral	49 571	54 256	50 455	-7%
Consultas de Saúde Mental	27 798	28 559	29 360	3%
Consultas de Enfermagem (Ambulatório)	75 830	61 167	53 323	-13%
Consultas de Enfermagem (Domicílio)	32 485	32 043	32 575	2%
Consultas de Outros Profissionais - Nutrição, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional	10 487	12 745	12 856	1%
Pessoas com Deficiência				
Utentes residentes na Obra Social do Pousal	98	99	100	1%

SAÚDE MENTAL

A SCML disponibiliza apoio psicológico e psicoterapêutico a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade psicológica, através de intervenção multidisciplinar, atuando em regime ambulatório, no domicílio e na comunidade.

No ano 2024, foram efetuadas **29 360 consultas de saúde mental**, representando um crescimento de 3% em relação ao ano anterior. Destaca-se, ainda, a Unidade W+, especializada em Saúde Mental, onde se realizaram **14 866 consultas**.

OBRA SOCIAL DO POUSAL

A OSP disponibiliza serviços especializados em regime residencial a **100 pessoas** com perturbações do neuro desenvolvimento com deficiência intelectual associada.

SAÚDE ORAL EM LISBOA



A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza, para crianças e jovens, residentes na cidade de Lisboa, o primeiro serviço odontopediátrico gratuito, reforçando o seu papel de complementaridade do Serviço Nacional de Saúde.

Durante o ano de 2024, foram realizadas **35 213 consultas** de saúde oral no SOL.

Para além do SOL, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza consultas de saúde de saúde oral para adultos nas Unidades Saúde Santa Casa Oriental e da Liberdade. Durante o ano de 2024 foram realizadas **15 242 consultas**.

Foi realizado um total de **50 455 consultas de saúde oral**.

HOSPITAIS E CLÍNICA

Centro Hospitalar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (CHSCML)

Em 2024, destaca-se o projeto de constituição do Centro Hospitalar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (CHSCML). A nova estrutura orgânica contempla um Conselho Diretivo Único para as duas Unidades Hospitalares e conduziu à reestruturação de todos os serviços existentes considerando as especificidades inerentes a cada um. Promoveu-se a concentração e transversalidade das funções de todas as áreas de assessoria técnica, apoio clínico e serviços partilhados de apoio à gestão e logística. Incluiu, ainda, a reorganização clínica com o reforço de subespecialidades.

Hospital Ortopédico de Sant'Ana



Localizado na Parede, na Avenida Marginal, o Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) é, há décadas, uma referência nacional e internacional na área da Ortopedia e Traumatologia. Em 2024, destaca-se a abertura de dois serviços no antigo edifício do HOSA (I e IV) para a criação de uma unidade de retaguarda destinada ao acolhimento de doentes que, por motivos sociais, permanecem internadas após a alta clínica, mediante celebração de protocolos com Entidades Hospitalares do SNS. Em novembro, foi inaugurada a primeira residência desta unidade de retaguarda com uma capacidade de 17 camas.

Apresentam-se, no quadro infra, os principais indicadores de produtividade:

Quadro 43 - Cuidados de Saúde Hospitalares HOSA

SAÚDE	2022	2023	2024	Variação %
Hospital Ortopédico de Sant'Ana				
Lotação Praticada	60	60	64	7%
Total de doentes admitidos	1 880	1 964	1 751	-11%
Total de doentes de internamento saídos	1 875	1 975	1 725	-13%
Dias de internamento	12 801	12 562	12 975	3%
Taxa Média de ocupação do hospital	60,2%	57,4%	55,4%	-3%
Cirurgias	1 836	1 877	1 659	-12%
Taxa de utilização do Bloco Operatório	63,8%	60,5%	73,6%	22%
Consultas Externas	29 157	29 621	26 113	-12%
Número de Atos de Enfermagem	322 181	1 567 413	1 678 867	7%
Número de Tratamentos de Medicina Física Reabilitação	845	829	546	-34%
Número Tratamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	104 931	106 496	110 112	3%
Número de Exames de Radiologia Convencional e Imagiologia	20 917	21 477	21 931	2%

Em 2024, foram admitidos **1 751** utentes no Hospital Ortopédico de Sant'Ana, realizadas **26 113** consultas externas e **1 659** cirurgias.

Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão



O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) é reconhecido, nacional e internacionalmente, pelos cuidados especializados que disponibiliza no âmbito da medicina física e de reabilitação, em regime de internamento e ambulatório.

Destaca-se a revisão das condições subjacentes ao acordo celebrado entre o SNS e o CMRA, com a atualização dos valores de referência que se encontravam desajustados para as condições de elevada especialização proporcionadas pelo CMRA. A Adenda ao acordo alinha os novos valores com os demais Centros de Reabilitação Especializados, aumentando em 4,1 milhões o valor anual de financiamento.

Apresentam-se, no quadro infra, os principais indicadores de produtividade:

Quadro 44 - Cuidados de Saúde Hospitalares CMRA

SAÚDE	2022	2023	2024	Variação %
Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão				
Lotação Praticada	144	144	144	0%
Total de utentes tratados em ambulatório	4 285	4462	4647	4%
Total de utentes tratados em internamento	788	794	840	6%
Dias de Internamento	43 463	44 608	43 584	-2%
Taxa de Ocupação	83%	85%	83%	-2%
Consultas Externas	9 956	11 080	10 708	-3%
Atos Terapêuticos em internamento	166 579	182 531	178 608	-2%
Atos Terapêuticos em ambulatório	49 988	52 687	56 832	8%

Em 2024, foram tratados **840** doentes em internamento e **4 647** em ambulatório.

8.3 Cuidados Continuados

Em 2024, a oferta de **Cuidados Continuados Integrados** na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, viu a sua dotação global reforçada em mais 15 camas, com a contratualização com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados para a Unidade Maria José Nogueira Pinto. Ao longo do ano, nas **3 Unidades** foram cuidados **588 utentes**, correspondendo a **71 233 dias de internamente** e tendo-se registado uma taxa de ocupação da capacidade instalada em cerca de 94%.



Com o objetivo de harmonização da organização e funcionamento das UCCI e de melhoria contínua da atividade, foram aprovados e implementados cinco procedimentos nas seguintes áreas: Comissão Científica e Pedagógica; Plano de Contingência de Saúde Sazonal; Tratamento de Reclamações; Cobrança de dívidas e Estágios Curriculares.

Apresenta-se a evolução dos principais indicadores de produtividade:

Quadro 45- Cuidados Continuados Integrados

SAÚDE	2022	2023	2024	Variação %
Direção de Cuidados Continuados Integrados				(**)
UCCI Maria José Nogueira Pinto				
UCCI São Roque				
UCCI Rainha Dona Leonor				
Número de Doentes Tratados	700	568	588	4%
Privados	36	46	53	15%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	77	-	-	-
Convalescença	156	137	136	-1%
Média Duração e Reabilitação	275	243	243	0%
Longa Duração e Manutenção	156	142	156	10%
Número de Dias de Tratamento	61 285	69 980	71 223	2%
Privados	4 764	6 264	6 224	-1%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	1 901	-	-	-
Convalescença	7 441	7 840	7 750	-1%
Média Duração e Reabilitação	24 745	27 232	28 009	3%
Longa Duração e Manutenção	22 434	28 644	29 240	2%
Taxa de Ocupação Global	88,4	94,8	93,9	-1%
Privados	68,7	80,7	77,3	-4%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	56,9	-	-	-
Convalescença	88,6	93,4	92,1	-1%
Média Duração e Reabilitação	91,6	95,7	95,0	-1%
Longa Duração e Manutenção	95,0	98,1	97,8	0%
Dias de Agudização	1 775	1 016	1 076	6%
Admissões	577	381	401	5%
Altas	399	322	336	4%
Óbitos	116	62	48	-23%

Notas: (*) Término do protocolo com o IPO a 30 de novembro de 2022;

(**) A variação entre número de doentes tratados e o número de dias de internamento, em 2023, é de sinal contrário em resultado da variação positiva da demora média. A UCCIRDL iniciou a sua atividade em setembro de 2021, embora só em novembro de 2022 tenha aberto a totalidade da capacidade instalada.

8.4 Residência Raquel Ribeiro

A 25 setembro de 2024 foi inaugurada a Residência Raquel Ribeiro, destinada ao acolhimento temporário de pessoas com mobilidade condicionada, que necessitem de cuidados de reabilitação e estabilização do estado geral de saúde, concentrando no mesmo espaço diversas valências: Descanso do Cuidador; Acolhimento Residencial de Curta Duração e Convalescença; Altas Sociais e Reabilitação. Com uma capacidade para 66 camas, até ao final do ano, esta residência deu resposta a altas sociais mediante protocolo com a Unidade Local de Saúde Santa Maria para 26 camas e a utentes referenciados pela Ação Social. A abertura desta resposta decorreu de forma gradual, tendo chegado ao final do ano com uma taxa de ocupação de **46,6%**, acompanhando, em média, cerca de **31 utentes por dia**.



Apresentam-se de seguida os indicadores de produção:

Quadro 46 - Residência Raquel Ribeiro

DASS - R. Raquel Ribeiro	2024
Capacidade Deliberada	66
Apoio Integrado Protocolado (contingência hospitalar ULSSM)	26
Apoio Integrado Social	6
Residência Assistida (privados)	34
Capacidade Real *	29
Apoio Integrado Protocolado (contingência hospitalar ULSSM)	26
Apoio Integrado Social	3
Residência Assistida (privados)	0
Número de Utentes Admitidos	50
Número de Diferentes - VAA	50
Número de Utentes Saídos	28
Número médio diário de utentes	30,7
Taxa de Ocupação	46,6%
Número de dias de ocupação (23 Set. a 31 Dez)	99
Tempo tempo total de dias apoio integrado protocolado	2 746
Tempo tempo total de dias apoio integrado social	297
Total dias de ocupação	3 043
Número de dias dos utentes saídos	972
Tempo médio de Estadia Utentes Saídos (em dias)	34,71
Rácio colaborador por utente	0,98

* Estes indicadores só serão reportados em 2024, no pressuposto que em 2025 a Residência estará a funcionar a 100%

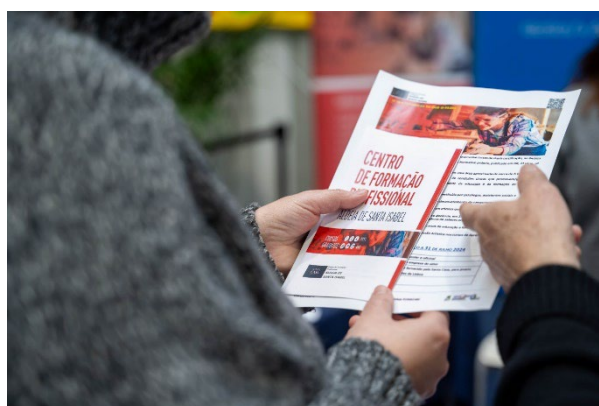
8.5 Educação e Formação

Na área da Educação e Formação, a SCML dispõe de **2 estruturas** no domínio da Ação Social, o Centro de Formação Profissional da Aldeia de Santa Isabel (ASI), em Albarraque e o Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC), em Lisboa.

A Aldeia de Santa Isabel (ASI) é um espaço polivalente, com diversos equipamentos de Ação social, dos quais se destaca o Centro de Formação Profissional (CFP). A atividade formativa do CFP está regulamentada no Despacho Normativo número 15/2017, de 2 de outubro, que estabelece o modelo de educação, formação e ação social intergeracional a desenvolver no que concerne a respostas sociais, educativas e formativas, centradas no formando e na sua família, de forma a sustentar o seu desenvolvimento e facilitar a sua inserção social e profissional. A qualidade da formação desenvolvida no âmbito dos cursos de Aprendizagem tem sido reconhecida pelo IEFP e, desde 2022, o CFP da ASI integra a Bolsa Nacional de Entidades Formadoras Externas. As ofertas socioeducativas e formativas, organizadas e promovidas pelo CFP, destinam-se a jovens em risco de exclusão social e com dificuldades de integração no mercado de trabalho e proporcionando o acesso à qualificação através da frequência de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF).

O Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC) integra dois equipamentos e proporciona o desenvolvimento de competências e qualificações a jovens (no Pólo Jovens) e adultos (no Pólo Adultos), priorizando igualmente os grupos mais vulneráveis e desprotegidos. As modalidades formativas vão desde o nível da Alfabetização até ao Nível Secundário, abrangendo vários formandos que podem transitar entre ofertas formativas, permitindo uma capacitação de competências que lhes viabilize a integração no mercado de trabalho.

Em 2024 destaca-se, por parte do CEFC, o desenvolvimento de respostas formativas dirigidas a migrantes e refugiados, ampliando a resposta formativa e a diversidade de públicos (tendo o centro sido frequentado por formandos de 43 nacionalidades diferentes), bem como ações de formação específica para cuidadores informais.



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS

No âmbito da Educação e Formação de Jovens, os dois centros de formação promovem Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF). No final de cada curso concluído com aproveitamento é concedido ao formando um certificado de 2.º ciclo, 3.º ciclo ou ensino secundário e um certificado profissional conferindo, respetivamente, os níveis 1, 2 ou 4 do QNQ.

Na **ASI**, ao longo do ano funcionaram **31 turmas**, correspondendo a 17 cursos diferentes, salientando-se a criação de um novo curso em resposta às necessidades das empresas, e um acréscimo do número de novos formandos (+28%), traduzindo o aumento da procura, em parte, em resultado do investimento na captação de formandos. No total frequentaram os cursos da ASI **336 formandos diferentes**.

No CEFC- Pólo Jovens, em 2024, decorreram **6 cursos** de Educação e Formação nas áreas de Cozinha, Pasteleiro/Padeiro, Operador de Informática, Técnico de Informática e Técnico de Cozinha/Pastelaria, e, funcionaram **10 turmas/ações**, sendo 4 de nível básico e 6 de nível secundário. No total frequentaram os CEF de jovens **79 formandos diferentes** e no ano foram certificados 34. Transitaram para 2025 cinco turmas. Refere-se ainda que 14 jovens transitaram de turmas para aumento dos seus níveis de qualificação, reflexo do sucesso da atividade desenvolvida na promoção da valorização de percursos de aprendizagem para os jovens.

No global, frequentaram os Cursos de **Educação e Formação de Jovens 415 formandos** diferentes, distribuídos por 41 turmas.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

O CEFC - Pólo de Adultos desenvolve um conjunto diversificado de percursos formativos dirigidos a adultos, em diversas modalidades formativas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações como meio efetivo de promoção da empregabilidade, através da certificação escolar e profissional de adultos, bem como a promoção das suas competências pessoais, sociais.

No que diz respeito à colocação profissional dos/as formandos/as, verificou-se um aumento na taxa de empregabilidade global para 68%, atingindo o valor de 100% nas duas áreas de formação que concorrem diretamente para necessidades específicas de recrutamento na SCML.

Nos Cursos de **Educação e Formação de Adultos**, funcionaram ao longo do ano **18 cursos** e frequentaram as diversas ofertas formativas **355 pessoas** diferentes.

Relativamente ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), registou-se um total de 35 pessoas abrangidas e a Certificação de 10 candidatos, com a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico e a obtenção da Medida Acelerador Qualifica.

ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

Focada no objetivo de promover as condições necessárias para ser líder nas suas áreas de saber, a ESSAlcoitão integrou o Consórcio PEDAGOGIA XXI que apresentou uma candidatura no âmbito da submedida Inovação e Modernização Pedagógica no Ensino Superior - Criação de Centros de Excelência de Inovação Pedagógica, do Programa PRR - Impulso Mais Digital.



Este consórcio, composto por 25 instituições do Ensino Superior, visa, entre outros objetivos, a criação de um Centro de Excelência de Inovação Pedagógica. Esta unidade especializada promove a modernização e inovação no ensino superior, tendo como principal objetivo a capacitação contínua dos docentes, focando-se no desenvolvimento de competências pedagógicas e digitais. Utiliza metodologias ativas de ensino para garantir a melhoria da qualidade da educação e o sucesso dos estudantes.

No âmbito da sua atividade corrente apresentou os seguintes resultados:

Quadro 47 - Ensino Superior

EDUCAÇÃO	2022	2023	2024	Varição %
Escola Superior de Alcoitão				
Alunos	493	495	522	5%
Cursos de Licenciatura	3	3	3	0%
Cursos de Mestrado	3	2	3	50%
Alunos de pós-graduações	56	34	78	129%
Cursos de pós-graduações	2	2	3	50%

Em 2024, frequentaram a Escola Superior de Saúde do Alcoitão, nas suas áreas de atividade formativa: Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala, **600** alunos entre licenciaturas, mestrados e pós-graduações, o que representa um **aumento de 13%** face ao ano de 2023.

8.6 Empreendedorismo e Economia Social

A área do Empreendedorismo e Economia Social teve por principal objetivo apoiar a criação de projetos de empreendedorismo com impacto social e/ou ambiental, dinamizando o trabalho em rede com vista a um desenvolvimento social abrangente. Assegurou o funcionamento do Hub de inovação social e ambiental, uma plataforma para o impacto que oferece serviços a startups, projetos e organizações públicas e privadas em 4 eixos de atuação: Capacitação, Incubação, Investimento e Avaliação de Impacto.



No quadro infra apresenta-se a evolução das suas principais atividades:

Quadro 48 - Empreendedorismo e Economia Social

Empreendedorismo e Economia Social	2022	2023	2024	Variação %
CASA IMPACTO				
Número de programas de aceleração	2	3	4	33%
Número de formações e bootcamps	95	130	157	21%
Número de startups incubadas	60	74	76	3%
Número de residentes	200	220	220	0%
Número de projetos de empreendedorismo ativos (ano n) que foram apoiados no ano (n-2)	8	18	24	33%
RISE FOR IMPACT				
Número de projetos apoiados	10	10	10	0%
Apoio a projectos				
Valor atribuído a projetos	478 993,2	495 295,0	330 915,1	-33%

8.7 Património

A aposta na valorização e rentabilização do património, tem como objetivo diversificar as fontes de rendimento da instituição e proporcionar condições dignas quer aos nossos utentes quer aos nossos trabalhadores.

Em 2024, destaca-se o projeto de construção de um edifício novo e a reabilitação de outro edifício na rua Sousa Martins 24 a 28 e na Praça José Fontana 36 a 39, em Lisboa. Esta intervenção contempla a construção de 32 frações habitacionais de tipologias t1 a t3 e duas frações não habitacionais (lojas comerciais) no piso térreo. Encontrando-se em fase de conclusão, destina-se ao mercado de arrendamento, promovendo o aumento da receita e contribuindo para o Plano de Reestruturação, no âmbito do Programa de garantia de receita.



Quadro 49 – Património

Património	2022	2023	2024	Varição %
Número de imóveis propriedade da SCML	670	673	664	-1%
Imóveis urbanos	517	517	509	-2%
Prédios	273	274	267	-3%
Frações urbanas para rendimento	153	151	150	-1%
Frações urbanas para atividade	60	60	60	0%
Terrenos urbanos	31	32	32	0%
Imóveis rústicos	153	156	155	-1%
Número de imóveis arrendados pela SCML	45	44	31	-30%
Valor rendas pagas pela SCML (€)	1 324 994,43 €	1 695 163,78 €	2 001 223,70 €	18%
Número de contratos arrendamento	713	692	717	4%
Valor rendas recebidas pela SCML (€)	7 840 217,00 €	8 495 437,99 €	9 539 267,51 €	12%
Número de Pedidos de conservação/manutenção	7 159	6 678	5 981	-10%
Número de Pedidos de conservação/manutenção respondidos	6 493	5 925	3 345	-44%
Número de Prédios com obras concluídas	8	4	3	-25%
Número de Prédios com obras em curso	8	15	14	-7%
Número de Heranças/legados/doações recebidas	10	4	5	25%
Valor (€) Heranças/legados/doações recebidas	1 514 955,65 €	363 152,09 €	368 893,84 €	2%

Em 2024, a SCML era proprietária de **664** imóveis, manteve **717** contratos de arrendamento ativos, concluiu obras em 3 prédios e chegou ao final do ano com 14 obras em curso.

8.8 Jogos Santa Casa

Fruto da relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o Departamento de Jogos explora os jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade para o território nacional e procede à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei.



Zelando diariamente pela Missão que nos foi confiada, garantimos o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para o entretenimento dos apostadores e criando valor, que devolvemos à sociedade através do financiamento de despesas de natureza social. Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos nossos resultados a um vasto conjunto de beneficiários (com atuações em áreas tão fundamentais como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, asseguramos o retorno à sociedade do dinheiro que é investido nos nossos jogos.

Quadro 50 – Departamento de Jogos

Departamento de Jogos	Números-Chave
Vendas Brutas	3.143 milhões de euros
Boas Causas	688 milhões de euros
Boas Causas por dia	2 milhões de euros
Retorno à Sociedade	96,5%
Prémios Atribuídos	1.945 milhões de euros
Prémios Atribuídos por dia	5 milhões de euros
N.º de prémios pagos	227 milhões
Novos milionários (Prémios >= 1M€)	79
Pontos de Venda	4.925
Apostas registadas	1.474 milhões
Valor médio por registo de apostas	2,62 euros
Eficiência de exploração (Gastos/Vendas Brutas)	4,0%
Downloads App JSC e App Placard	406 mil
N.º utilizadores registados (Site e App JSC)	520 mil
Colaboradores	295

A atividade desenvolvida em 2024 traduziu-se no alcance do segundo melhor volume de vendas de sempre, o que permitiu gerar montantes de retorno social de enorme impacto, ultrapassando os 3 mil milhões de euros.

Os beneficiários viram os resultados que lhe são destinados crescerem mais de 17 milhões de euros, tendo os resultados distribuídos atingido o valor de 673 milhões de euros.

A nossas marcas estiveram mais uma vez ao lado das causas que apoiamos. No âmbito do Programa Impulso e Bolsas FADU, atribuímos bolsas de educação a 67 atletas olímpicos e paralímpicos e estudantes universitários. Patrocinámos seleções e eventos desportivos, destacando-se o apoio ao desporto feminino. Reforçamos a nossa proximidade da sociedade em eventos emblemáticos e revestidos de valores de partilha e solidariedade. O alargamento da rede de mediadores em curso levou a que em 2024 tenhamos já contado com 4.925 pontos de venda, onde são assegurados mais de 17 mil postos de trabalho diretos. Esta presença constitui um enorme estímulo para as economias locais e coesão social, tendo as remunerações pagas aos mediadores dos jogos sociais do Estado ascendido a 248 milhões de euros.

Por sua vez, as vendas através dos canais digitais registaram igualmente um aumento em 2024, tendo atingido os 132 milhões de euros (+5,2%).

Em 2023 destaca-se como principal marco da atividade dos JSC, a modernização dos pontos de venda, com a substituição dos terminais de jogo por novos equipamentos com tecnologia que prepara a rede de mediadores dos jogos sociais do Estado para o futuro do que se pretende implementar como experiência de jogo.

8.9 Cultura

Com o objetivo de reforçar a oferta cultural como instrumento de capacitação social, assegurando uma fruição cultural de elevada satisfação, foram desenvolvidas um conjunto de **835 atividades** e fruíram das mesmas **59 033** visitantes e participantes, em diversos espaços da SCML, designadamente Arquivo Histórico, Igreja e Museu de São Roque, Casa Ásia: Coleção Francisco Capelo, Biblioteca e Temporada Música em São Roque. Refira-se a realização da Exposição Atelier de Pedro Cabrita Reis patente no Polo da Mitra da SCML de abril a julho de 2024.



Apresenta-se a evolução dos principais indicadores da atividade cultural:

Quadro 51 – Cultura

CULTURA	2022	2023	2024	Variação %
Museu de São Roque e Igreja de São Roque				
Visitantes individuais (bilhete Museu) (1)	36 983	38 496	20 910	-46%
Atividades Desenvolvidas	555	511	395	-23%
Participantes	9 136	8 960	7 154	-20%
Arquivo Histórico, Biblioteca e outros edifícios com valor patrimonial				
Atividades Desenvolvidas	315	400	376	-6%
Participantes	6 715	12 406	10 693	-14%
Total visitantes e participantes	52 834	59 862	38 757	-35%
Total atividades desenvolvidas	870	911	771	-15%

(1) Inclui o número de Visitantes às exposições temporárias (2022: 14.488; 2023: 14.442)

Destaques	2024
Casa Ásia - Coleção Francisco Capelo (2)	
Visitantes individuais	2 031
Atividades Desenvolvidas	64
Participantes	444
Exposição <i>Atelier</i> de Pedro Cabrita Reis no Polo da Mitra da SCML	
Visitantes	17 801

(2) Abertura em abril de 2024.

(3) Decorreu de abril a julho de 2024.

(4) Esta informação não está incluída no quadro acima.

8.10 Valor T



A Valor T, Agência da SCML para a empregabilidade de pessoas com deficiência, desenvolveu como principal projeto, ao longo do ano, a criação da Rede “Valor T IES”, no âmbito do protocolo celebrado em setembro com a Direção-Geral do Ensino Superior e 21 Instituições de Ensino Superior de todo o País. Esta Rede tem como objetivo contribuir para a empregabilidade dos diplomados do ensino superior com deficiência, potenciando os recursos científicos, técnicos e humanos existentes e criando pontes entre os diferentes agentes que podem fazer a mudança. Foram definidos, com as 21 Instituições de Ensino Superior, os Planos de Ação para 2025, totalizando mais de 170 ações.

Em 2024, a **taxa de cobertura territorial** da Valor T, relativamente ao contacto com candidatos, atingiu **100%** e ao nível do contacto com entidades empregadoras atingiu **94,4%**. Foram **avaliados**, do ponto de vista biopsicossocial, funcional e de competências, **90,4%** dos candidatos registados na Valor T e elaborados os respetivos Planos Pessoais para o Emprego. Foram criadas **44 novas parcerias** com entidades empregadoras.

8.11 Fundo Rainha D. Leonor

O Fundo Rainha D. Leonor (FRDL) foi criado para apoiar obras nas Misericórdias de todo o País. Nasce de um Acordo de Parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Misericórdias Portuguesas tendo por principal intuito, apoiar prioritariamente as Misericórdias Portuguesas com desequilíbrios financeiros na finalização da construção e/ou adaptação de equipamentos sociais, comprovadamente necessários para a cobertura da resposta aos cidadãos de todo o País. O Fundo apoia também a recuperação do Património Histórico das Misericórdias.

Em 2024, destaca-se o acompanhamento das obras realizadas com o apoio do FRDL e a publicação das duas edições do livro sobre as **142 obras** apoiadas pelo FRDL, **114 projetos** na área social e **28** na recuperação do **património cultural**.



8.12 Serviços Instrumentais

O ano de 2024 foi o primeiro ano de funcionamento do Centro Logístico. Esta serviço foi criado com o objetivo de centralizar todos os bens de armazenamento necessários ao funcionamento dos diversos departamentos e serviços da instituição, nomeadamente produtos de apoio, material diverso de consumo clínico, materiais de comunicação e marketing, publicações do Centro Editorial, produtos e mobiliário diverso, materiais de construção, entre muitos outros. Este investimento permitiu obter ganhos operacionais, nomeadamente na qualidade do serviço prestado ao cliente interno, fazer um controlo das mercadorias armazenadas com maior rigor, bem como, registar as entradas e saídas de armazém.

O apoio na análise e tomada de decisão nas áreas dos estudos, planeamento, avaliação financeira e gestão de projetos e monitorização e controlo é assegurado pela Direção de Estudos e Planeamento Estratégico. Em 2024, destacam-se os trabalhos de conceção e elaboração do Plano de Reestruturação, bem como o respetivo acompanhamento e divulgação dos resultados. Realçam-se ainda os trabalhos desenvolvidos na construção de modelos ótimos de exploração para as respostas de creche, residências para idosos e cuidados continuados.

A atividade da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação teve o seu principal enfoque na modernização de processos de negócio, disponibilizando aos clientes internos aplicações que visam facilitar e aumentar a eficiência e eficácia dos processos que suportam, tendo em consideração a otimização da usabilidade e experiência do utilizador. Garantiu o acompanhamento da implementação de novas soluções para o Departamento de Jogos através de desenvolvimentos aplicativos e preparação de infraestrutura para acomodação das referidas soluções. Disponibilizou indicadores de gestão em Power BI, introduziu novas soluções técnicas que aumentaram consideravelmente a rapidez dos processos impactados, bem como ações de racionalização na gestão do parque de impressoras da SCML, resultando na redução de 17,74% dos custos mensais associados.

O Gabinete de Compliance estruturou um sistema que garante a articulação entre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDII), criando, por um lado, a documentação interna que lhes dá a necessária coerência no quadro da realidade organizacional da SCML, e, por outro, promoveu as ações essenciais à implementação de todo o sistema, respeitantes, designadamente, ao plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, ao código de ética e conduta, ao programa de formação e ao canal de denúncias internas.

Tendo por objetivo assegurar a melhoria dos serviços pela Gestão de Risco e Auditoria Interna, o Gabinete de Auditoria Interna realizou 5 auditorias previstas em plano, bem como duas ações de auditoria extraplano determinadas pela Mesa. É relevante mencionar que, no decurso de 2024, o GAI, dedicou-se também à análise e apresentação de recomendações sobre as melhores práticas de *Governance* e *Compliance*, com especial ênfase nos procedimentos relacionados com conflitos de interesse e com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção.

A assessoria jurídica à Administração e o apoio técnico-jurídico aos departamentos e serviços da SCML é assegurado pela Direção Jurídica. São ainda da sua responsabilidade a elaboração de pareceres e estudos de natureza jurídica, a participação na preparação e redação de projetos de regulamentos e demais atos normativos ou legislativos, bem como, a instrução de processos disciplinares e de inquérito e a emissão de pronúncia sobre todas as aquisições de serviços jurídicos externos. Outra das suas grandes atribuições

passa pela coordenação e condução do contencioso da Instituição, cuja complexidade e diversidade de áreas de intervenção se acentuou significativamente.

Assim sendo, em 2024, manteve-se estável, face ao ano anterior, o valor das coimas e custas aplicadas no âmbito de processos de contraordenação do jogo ilegal, destacando-se o desfecho favorável dos diversos diferendos em curso.

Em 2024, focando-se no objetivo de promover as boas práticas e o adequado planeamento das aquisições de bens e serviços e empreitadas, a Direção de Compras promoveu uma formação “COMPRAS PÚBLICAS NA SCML: Enquadramento e boas práticas”. Esta deu a conhecer a organização da função de compras na SCML e as principais obrigações no âmbito das compras públicas, identificando os aspetos essenciais da contratação pública e os mecanismos de atuação na fase de formação dos contratos públicos. Abrangeu cerca de 130 colaboradores, contribuindo para uma melhor consciencialização organizacional que se traduziu numa mais célere tramitação dos procedimentos aquisitivos.

A SG assegurou o apoio aos órgãos de administração e aos departamentos e serviços da SCML, nomeadamente no funcionamento das reuniões da Mesa da SCML e nos procedimentos de divulgação das respetivas deliberações, bem como procedeu à verificação dos documentos legalmente exigidos na assinatura de contratos e protocolos, bem como a publicitação no Portal BASE.

No domínio da orgânica, a SG procedeu à elaboração de regulamentos, modelos, estudos, análises e pareceres. Na gestão dos contratos sob sua responsabilidade, promoveu-se boas práticas de governação visando uma contenção de gastos.

A SG assegurou o atendimento geral, bem como as relações públicas da SCML e o necessário apoio á realização de eventos institucionais. No âmbito do Plano de Reestruturação da SCML, a SG contribuiu e ficou responsável por diversas medidas e iniciativas constantes nos Programas Operacionais.

9. Contas 2024

Demonstrações Financeiras: Departamentos de Ação Social e Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.

Balanço

(euros)			
	Nota	31 de Dezembro 2024	31 de dezembro 2023
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	219 575 901	216 193 090
Propriedades de investimento	8	407 293 298	421 964 258
Ativos intangíveis	9	229 815	323 973
Ativos biológicos	10	3 940 453	3 812 548
Outros créditos a receber	11	179 600	241 400
Outros ativos financeiros - empréstimos	12	4 896 651	590 995
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	13	3 934 923	7 599 136
Participações financeiras - títulos	14	9 357 981	12 359 557
		649 408 623	663 084 958
Corrente			
Inventários	15	703 586	928 162
Clientes	16	2 555 768	5 918 398
Estado e outros entes públicos	17	2 106 751	698 336
Outros créditos a receber	11	51 356 893	41 259 031
Diferimentos	18	1 534 577	1 538 741
Ativos Detidos para Venda	19	36 087 713	-
Caixa e depósitos bancários	5	69 457 457	53 784 212
		163 802 744	104 126 880
Total do ativo		813 211 368	767 211 838
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Fundo social	20	75 815 000	75 815 000
Resultados transitados	21	571 355 801	568 904 694
Ajustamento em ativos financeiros	22	1 346 439	1 536 785
Outras variações no capital próprio	23	14 327 410	12 397 856
		662 844 650	658 654 336
Resultado líquido do período		30 343 351	2 451 106
Total do capital próprio		693 188 001	661 105 442
Passivo			
Não corrente			
Provisões	24	50 177 367	42 857 652
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	9 019 235	5 291 365
Financiamento obtido	27	5 177 784	5 574 391
		64 374 386	53 723 409
Corrente			
Fornecedores	26	9 299 116	9 447 914
Adiantamentos de clientes	16	533 520	533 520
Estado e outros entes públicos	17	5 943 134	5 883 227
Financiamento obtido	27	689 996	293 389
Outras dívidas a pagar	28	38 240 890	35 436 423
Diferimentos	18	942 324	788 515
		55 648 981	52 382 987
Total do passivo		120 023 367	106 106 396
Total do capital próprio e do passivo		813 211 368	767 211 838

Contabilista Certificado 35356

A Mesa da SCML

(Fernando Antunes)

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa, Provedor)

(Rita Calado Araújo Prates da Silveira, Vice - Provedora)

(David José Ferreira Azevedo Lopes, Vogal)

(Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Vogal)

(Abílio André Brandão de Almeida Teixeira, Vogal)

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, Vogal)

Demonstração dos resultados por naturezas

		(euros)	
	Nota	2024	2023
Vendas e serviços prestados	29	57 047 844	39 664 729
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	30	2 251 220	2 134 718
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(3 358 615)	(3 726 369)
Fornecimentos e serviços externos	32	(58 999 578)	(60 586 849)
Gastos com o pessoal	33, 25	(157 771 010)	(151 157 384)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	15	(73 607)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	16	(943 604)	(5 111 252)
Provisões (aumentos/ reduções)	24	(7 360 440)	(17 619 275)
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	12	(1 263 588)	(66 379)
Aumentos/ reduções de justo valor	8, 10	12 637 809	12 145 274
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	13	(6 481 309)	(8 433 299)
Rendimentos dos Jogos Sociais	34	198 639 003	191 089 124
Outros rendimentos	35	25 864 087	40 558 094
Subsídios atribuídos e outros gastos	36	(28 726 517)	(34 034 359)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31 461 694	4 856 773
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 9	(9 252 335)	(9 198 973)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 209 359	(4 342 200)
Juros e rendimentos similares obtidos	37	8 461 571	6 810 309
Juros e gastos similares suportados	37	(327 578)	(17 002)
Resultado líquido do período		30 343 351	2 451 106

Contabilista Certificado 35356

A Mesa da SCML

(Fernando Antunes)

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa, Provedor)

(Rita Calado Araújo Prates da Silveira, Vice - Provedora)

(David José Ferreira Azevedo Lopes, Vogal)

(Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Vogal)

(Abílio André Brandão de Almeida Teixeira, Vogal)

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, Vogal)

Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo Social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2023	75 815 000	581 338 196	14 429 073	(12 433 502)	659 148 768
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(494 432)	-	(494 432)
Aplicação de Resultados	-	(12 433 502)	-	12 433 502	-
	-	(12 433 502)	(494 432)	12 433 502	(494 432)
Resultado líquido do período	-	-	-	2 451 106	2 451 106
Resultado integral	75 815 000	568 904 694	13 934 641	2 451 106	661 105 442
1 de janeiro de 2024	75 815 000	568 904 694	13 934 641	2 451 106	661 105 442
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	1 739 208	-	1 739 208
Aplicação de Resultados	-	2 451 106	-	(2 451 106)	-
	-	2 451 106	1 739 208	(2 451 106)	1 739 208
Resultado líquido do período	-	-	-	30 343 351	30 343 351
Resultado integral	75 815 000	571 355 801	15 673 849	30 343 351	693 188 001
31 de dezembro de 2024	75 815 000	571 355 801	15 673 849	30 343 351	693 188 001

Contabilista Certificado 35356

A Mesa da SCML

(Fernando Antunes)

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa, Provedor)

(Rita Calado Araújo Prates da Silveira, Vice - Provedora)

(David José Ferreira Azevedo Lopes, Vogal)

(Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Vogal)

(Abílio André Brandão de Almeida Teixeira, Vogal)

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, Vogal)

Demonstração dos fluxos de caixa

	(euros)	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes/ utentes	49 024 112	26 365 220
Recebimentos de inquilinos	9 634 698	8 372 041
Jogos sociais	193 394 755	192 414 168
Estado	417 002	1 459 161
Financiamento externo	2 932 010	3 003 726
Doações	101 691	246 160
Outros recebimentos	25 435 523	41 381 604
Pagamentos a fornecedores	(57 421 568)	(66 908 760)
Pagamentos ao pessoal	(99 801 543)	(92 414 802)
Pagamentos ao Estado	(57 020 921)	(56 479 636)
Pagamentos de Subsídios e Apoios Financeiros	(29 520 728)	(32 295 010)
Outros pagamentos	(15 558 558)	(4 726 333)
Caixa gerada pelas operações	21 616 474	20 417 539
Recebimentos/ pagamentos Departamento Jogos	4 161 752	(1 532 253)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	25 778 226	18 885 286
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(14 041 421)	(11 129 614)
Investimentos financeiros	(7 309 913)	(12 662 721)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2 806 731	2 382 891
Outros ativos	166 441	461 870
Juros e rendimentos similares	8 478 312	6 373 987
Dividendos	47 907	25 651
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(9 851 943)	(14 547 936)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	5 867 780
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(253 039)	(16 388)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(253 039)	5 851 392
Variação de caixa e seus equivalentes	15 673 245	10 188 743
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	53 784 212	43 595 469
Caixa e seus equivalentes no fim do período	69 457 457	53 784 212

Contabilista Certificado 35356

A Mesa da SCML

(Fernando Antunes)

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa, Provedor)

(Rita Calado Araújo Prates da Silveira, Vice - Provedora)

(David José Ferreira Azevedo Lopes, Vogal)

(Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Vogal)

(Abílio André Brandão de Almeida Teixeira, Vogal)

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, Vogal)

Anexo

1.Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “Santa Casa” ou “SCML”) é uma instituição secular sem fins lucrativos com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, com sede no Largo Trindade Coelho, freguesia da Misericórdia, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, Portugal, com o NIF 500 745 471.

Ao longo dos seus mais de cinco séculos de existência, a Santa Casa tem desempenhado um papel crítico e fundamental no combate à pobreza e exclusão, prosseguindo obras de misericórdia, em conformidade com o seu compromisso orgânico.

O art.º 4.º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de ação social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular atuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e realização de atividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços, e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

Dando cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de dezembro, através deste documento são apresentadas as contas do exercício de 2024 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Ação Social e Saúde, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.

Resumo das atribuições e competências:

Departamento de Ação Social e Saúde

O Departamento de Ação Social e Saúde (DASS), tem como objetivo gerir, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de ação social, de cuidados continuados integrados e de saúde de proximidade, promovendo a autonomia e a inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Infância e juventude;
- b) População idosa;
- c) Família e parentalidade;
- d) Desenvolvimento comunitário;
- e) Pessoas com deficiência;
- f) Cuidados continuados integrados
- g) Grupos sociais desfavorecidos.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

O Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES) tem por objetivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social, como seja apoiar a criação de microempresas através de programas de cooperação com outras entidades, dinamizar a formação de agentes de desenvolvimento no âmbito da economia social, entre outros.

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

O Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP) tem como objetivo gerir o património imobiliário da SCML com vista à sua preservação, reabilitação, rentabilização e valorização, gerando receitas a reverter para as causas apoiadas e para a atividade desenvolvida pela SCML. Algumas das competências do DGIP a destacar correspondem à definição de políticas de construção e conservação do património da SCML e de outros imóveis, ao planeamento, desenvolvimento e gestão de projetos e obras, à elaboração de propostas sobre aquisição de bens móveis e imóveis, alienação de bens e direitos da Santa Casa, ou mesmo aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações.

Direção da Cultura

A Direção da Cultura (DIC) tem por objetivo evidenciar o património cultural da SCML como instrumento ao serviço do desenvolvimento humano e da coesão social, favorecendo a diversificação e promovendo o acesso generalizado às formas de expressão cultural da SCML.

Centro Hospitalar Santa Casa - Hospital Ortopédico de Sant'Ana

O Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) tem como principal missão contribuir de forma eficiente para a promoção da saúde da população, respondendo às suas necessidades através da prestação de um conjunto diversificado de cuidados médicos que se caracterizam pelo elevado nível de qualidade, pela facilidade no acesso e pela resposta em tempo útil.

Centro Hospitalar Santa Casa - Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

O Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) tem como atividade principal a Prestação de Serviços na Área de Reabilitação de adultos e crianças. Apostando na qualidade assistencial, na formação contínua e na investigação científica aplicada, o CMRA apresenta-se como uma instituição de prestígio, que tem mantido ao longo dos anos um elevado nível de qualidade na resposta às necessidades do seu público-alvo, orientado para um investimento cada vez mais forte na neuro-reabilitação.

O CMRA é considerado um dos melhores hospitais em reabilitação, estando vocacionado para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência de predomínio físico ou multideficiência congénita e adquirida, de qualquer idade, provenientes de todo o País.

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA) é um estabelecimento de Ensino Superior Particular, pioneiro em Portugal na formação de Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Terapeutas da Fala, sendo desde a sua constituição a Escola de referência nesta área. A ESSA tem como principais atividades o ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para a melhoria do nível de saúde da população.

A SCML promove, através da ESSA, a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino público e privado, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a promoção do intercâmbio científico e o desenvolvimento de atividades relevantes para o ensino e investigação, no âmbito científico ministrado ou noutros considerados de interesse.

Unidades de Missão

As Unidades de Missão que tem como objetivo implementar novos serviços são: Unidade de Missão - Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades; Unidade de Missão para a Gestão de Projetos Operacionais Transversais e Unidade de Missão VALOR T – Talento e Transformação.

Serviços Instrumentais

Os serviços instrumentais necessários à prossecução das atribuições da Santa Casa correspondem à Secretaria-Geral, à Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, à Direção Jurídica, à Direção de Recursos Humanos, à Direção Financeira, à Direção de Comunicação e Marcas, à Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, ao Gabinete de Auditoria Interna, ao Gabinete de Relações Internacionais, ao Gabinete de Compliance e à Direção de Compras.

Os órgãos de administração da Santa Casa, definidos através do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, são a Mesa e o Provedor.

Constituem ainda órgãos consultivos e de fiscalização, o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos, o Conselho de Auditoria e o Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 20 de março de 2025. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa, bem como a sua posição, performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando as propriedades de investimento, os ativos biológicos e os ativos e passivos financeiros referidos especificamente neste anexo como mensurados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Santa Casa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior. Não obstante, entendeu-se conveniente alterar o critério de reconhecimento dos investimentos financeiros, de forma a segregar na demonstração de resultados os ganhos/perdas decorrentes da aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial à valorização das participações financeiras reconhecidas de acordo com este critério e os ganhos/perdas relativos a outros investimentos financeiros. Simultaneamente, ajustou-se ao nível do balanço, o reconhecimento destas duas classes de investimentos financeiros, de acordo com o modelo de balanço que constitui o Anexo 1 da Portaria n.º 220/2015, de 20 de julho. Deste modo, os saldos envolvidos relativos aos comparativos de 2023 foram reexpressos em conformidade, sem qualquer efeito ao nível do resultado líquido, como se evidencia no quadro seguinte:

(euros)			
Balanço a 31.12.2023	Aprovado	Reexpressão movimentos	Reexpressos
Ativo Não corrente			
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8 190 132	(590 995)	7 599 137
Participações financeiras - outros métodos	12 359 557	(12 359 557)	-
Outros ativos financeiros - Empréstimos	-	590 995	590 995
Participações financeiras - Títulos	-	12 359 557	12 359 557
	20 549 689	-	20 549 689

Demonstração de Resultados de 2023	Aprovado	Reexpressão movimentos	Reexpressos
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	(8 274 464)	8 208 085	(66 379)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	(225 214)	(8 208 085)	(8 433 299)

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Estas demonstrações financeiras não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que de seguida se descrevem.

4.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Santa Casa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SCML e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações

bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2024	2023	2022
USD	1,0389	1,1050	1,0666
CAD	1,49480	1,4642	1,4440
BRL	6,42530	5,3618	5,6386
MZN	65,73000	69,8700	67,4500

Fonte: <https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” determinado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

A Santa Casa apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros, exceto quando se trate de aquisição de obras de arte que são reconhecidas como ativo fixo tangível, independentemente do valor de aquisição. A SCML procede à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros, exceto nas obras de arte, que pela sua natureza não estão sujeitas a depreciação.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Quanto às obras de arte os encargos de conservação apenas serão reconhecidos como ativo fixo tangível se a obra de arte já se encontrar reconhecida no ativo da SCML.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, por contrapartida de provisões, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 4 a 75 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 1 a 8 anos
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	Entre 1 a 15 anos
Obras de arte	Não Aplicável
Outras ativos tangíveis	Entre 1 a 20 anos

A vida útil atribuída a benfeitorias em propriedades alheias à Santa Casa, englobada no mapa acima na rubrica Edifícios e Outras Construções, corresponde à duração do contrato de arrendamento ou protocolo de cedência vigentes.

As vidas úteis dos ativos tangíveis são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (Nota 4.5).

Os ganhos ou perdas na alienação (desreconhecimento) dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de obtenção de rendas e estão reconhecidas pelo modelo do justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base na NCRF11 – Propriedades de investimento, atento o descrito abaixo relativamente às frações devolutas.

Para as propriedades urbanas com rendimento foi utilizado o método de rendimento para determinar o justo valor desses ativos. Assim, procedeu-se ao somatório das rendas anuais efetivamente praticadas sobre as quais foi calculada uma perpetuidade com base na taxa média de rendimento de 3,25%.

Para as frações devolutas, procedeu-se a um desconto de 15% sobre a avaliação efetuada em 2024 por avaliadores imobiliários certificados, por se considerar o mesmo como razoável, numa perspetiva conservadora, em caso de decisão de venda imediata de alguma das propriedades em causa.

Nas propriedades rústicas, o justo valor foi calculado pelo método do rendimento com a valorização autónoma dos ativos biológicos, quando aplicável.

Os ganhos ou perdas provenientes da retirada ou alienação de propriedades de investimento são determinados como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos em resultados.

4.4. Ativos Intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os principais ativos intangíveis correspondem aos programas de computador (software) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e à atividade.

A Santa Casa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Vida útil	
Programas de computador	Entre 1 a 4 anos

A Santa Casa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Santa Casa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Santa Casa regista o respetivo ajustamento no saldo de balanço, reconhecendo a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o “goodwill”, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.6. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- i. que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii. cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii. que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do

juro acumulado.

Para os investimentos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Santa Casa classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e investimentos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício.

A Santa Casa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SCML reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

São igualmente reconhecidos nesta rubrica e transferidos para Ativos detidos para venda, os investimentos financeiros relativamente aos quais haja uma intenção expressa de os alinear no exercício seguinte, sendo reconhecida a respetiva imparidade, caso já seja conhecido o valor expectável de venda.

4.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Santa Casa correspondem ao património silvícola da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, explorado diretamente e cujas unidades de produção de cortiça, de olival, pinheiro-bravo, carvalho e eucalipto, se destinam à venda a grossistas de cortiça e madeira.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita/apanha.

Na determinação do justo valor dos montados de Sobre (produção de cortiça) foi utilizado o método do valor fundiário, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção. Ao valor fundiário dos montados foi adicionado o valor da cortiça criada, com base no rendimento obtido, taxa de capitalização e número de anos remanescentes para a extração.

As alterações ao justo valor são reconhecidas da demonstração dos resultados na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”.

A Santa Casa classifica os ativos biológicos de produção (sobreiros, azinheiras, pinheiro-bravo, carvalho, oliveira e eucalipto) como não correntes, exceto se estiverem classificados como detidos para venda.

4.8. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de

efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.9. Inventários

Os inventários compreendem:

- i. Artigos comercializáveis de “*merchandising*” para venda ao público (canecas, blocos, cadernos, colares, malas, etc.), essencialmente no Museu de S. Roque e Museu Casa Ásia;
- ii. Material de consumo clínico, produtos farmacêuticos, produtos de limpeza e higiene, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais (lares, creches e outros) do Departamento de Ação Social e Saúde, do Hospital de Sant’Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;
- iii. Artigos relacionados com a prestação dos serviços hospitalares e de reabilitação, ações de internamento, consultas e atos terapêuticos, tais como medicação para administrar a doentes, próteses ortopédicas, materiais clínicos, entre outros.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O método de custeio dos inventários é o do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, os bens que possuam um prazo de validade ou que, de acordo com as estimativas de venda, não sejam consumidos ou comercializados antes de atingirem esse prazo.

4.10. Clientes/Utentes e Outros Créditos a Receber

As rubricas de clientes/utentes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicáveis.

As perdas de imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente clientes/utentes e alunos, são constituídas tendo em conta critérios de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada exercício.

As perdas por imparidade dos Clientes/utentes e dos outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que os valores a receber de terceiros se encontram em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.11. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada.

4.12. Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i. que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii. cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado;
- iii. que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.13. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao custo, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.14. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida, e orfandade, tendo sido constituído um fundo de pensões para o efeito (doravante designado de “Fundo de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição. Assegura, ainda, o pagamento de complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde a alguns colaboradores cujo rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida.

A Santa Casa assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de reformas, desde a data do direito à reforma até ao momento da passagem efetiva à reforma, dos colaboradores. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do colaborador até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 23, o Fundo de Pensões foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

➤ **Fundo de Pensões da Santa Casa**

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis à Santa Casa):

- Decreto-Lei n.º 247/80 – compreende o pessoal que ficou abrangido desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do art.º 2º), pessoal que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (art.º 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a SCML um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs 1 e 2 do art.º 6º);
- Decreto-Lei n.º 94/2000 – os colaboradores da Santa Casa que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no art.º 1º do referido diploma. As responsabilidades a cargo da Santa Casa são as seguintes:
 - ✓ Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - ✓ Quotização à CGA (10% do salário).

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo fundo de pensões correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade – em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa pagará uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da SCML será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, deduzido do valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no capital próprio.

➤ **Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde**

De acordo com o regulamento de pessoal, todos colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida, são beneficiários de complemento de pensão.

São atribuídas comparticipações de encargos com saúde aos colaboradores referidos no parágrafo anterior e aos colaboradores no ativo com doença crónica grave e/ou incapacitante.

Foi reconhecida à data de transição uma provisão, com base no número de colaboradores em causa, respetivas idades e montante pago em anos anteriores.

➤ **Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

4.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem:

- i. uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii. para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação;
- iii. o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinado considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores e colaboradores em processos em que a SCML consta como réu. A Santa Casa reconhece esta provisão quando se estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamentos.

Provisão para conservação e manutenção de jazigos

A Santa Casa tem uma responsabilidade perpétua quanto à manutenção e conservação de jazigos, no âmbito de processos de herança de beneméritos da SCML. A Santa Casa regista uma provisão por conta dos custos a suportar tendo por base o custo médio de conservação por jazigo e em função do número total de jazigos sob a sua responsabilidade.

4.16. Subsídios e apoios do Governo

A Santa Casa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.

4.17. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas às quais a Santa Casa recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.18. Regime do acréscimo (gastos e rendimentos)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

4.19. Rédito

O Rédito da Santa Casa é determinado pela venda de produtos e prestação de serviços no âmbito das atividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

- i) Receitas da comercialização de artigos de “*merchandising*” Santa Casa e Museu de S. Roque. O Rédito é reconhecido no momento de venda dos artigos ao cliente final, em conformidade com os critérios de reconhecimento de Rédito por venda de bens contemplados na NCRF 20 – Rédito;
- ii) Prestação de serviços de ação social a utentes/clientes prestados em equipamentos sociais, com as seguintes respostas, (o Rédito é reconhecido mensalmente em função dos serviços prestados):
 - a) Creche;
 - b) Creche familiar;
 - c) Jardim-de-infância;
 - d) Centro de dia;
 - e) Estrutura Residencial (para pessoas idosas, pessoas com incapacidade/deficiência e pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico);
 - f) Serviço de apoio domiciliário;
 - g) Apartamentos Terapeuticamente Assistidos;
 - h) Centro de atividades ocupacionais;
 - i) Centro de reabilitação para pessoas com cegueira/baixa visão.
 - j) Outras atividades que possam vir a ser definidas pela Mesa da Santa Casa.
- iii) Prestação de serviços de saúde a utentes/clientes, prestados por unidades de saúde de proximidade e por unidades de cuidados continuados integrados;
- iv) Venda de material terapêutico efetuada aos utentes, sendo o rédito reconhecido após a entrega do material ao utente, ou seja, com a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade;
- v) Prestação de serviços de saúde, cujo rédito é reconhecido no ato médico quando se trata de serviços prestados pelo HOSA. Quando prestados pelo CMRA, é reconhecido quando é provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e a fase de acabamento do serviço prestado à data do balanço possa ser estimada com fiabilidade. Os serviços prestados são os seguintes:
 - a) Internamentos: os serviços prestados pelo HOSA e pelo CMRA compreendem os atos cirúrgicos e os períodos de internamento associados. No caso da faturação por GDH (grupos de diagnóstico homogéneo) a faturação é especializada mensalmente e só é faturada após a codificação dos processos clínicos;
 - b) Consultas externas: serviços de consulta externa nas várias áreas de especialidade tais como, Ortopedia/Traumatologia, Anestesiologia, Cirurgia plástica reconstrutiva e estética, Clínica geral, Fisiatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Reumatologia, prestadas a utentes do SNS e outros subsistemas de saúde. Contempla ainda consultas de medicina física e reabilitação especializada, consultadorias e intervenção em reabilitação;

- c) Meios complementares de diagnóstico: exames complementares de diagnóstico nas áreas da radiologia, imagiologia e análises, ginásios e laboratórios;
- d) Atos terapêuticos: serviços de saúde nas vertentes da medicina física e reabilitação, fisioterapia, terapia da fala e ocupacional, atos de enfermagem, gessos, entre outros.
- vi) Matrículas dos alunos da ESSA, inscrições nas licenciaturas, mestrados, pós-graduações, ações de formação contínua, pagamento de candidaturas e propinas de frequência e pagamentos de emolumentos académicos;
- vii) Rendimentos do Património Imobiliário: Rendimentos provenientes da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa, não utilizado nas atividades de ação social e outras enquadradas no objeto social da SCML, como sendo rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamento, cedência de instalações e condomínios.

4.20. Outros rendimentos

i) Prémios caducados

Santa Casa reconhece rendimentos associados à caducidade dos prémios de Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, à data em que se vence o direito à reclamação dos prémios, ou seja, 3 meses após a data do sorteio/extração.

Os prémios caducados reconhecidos pela Santa Casa correspondem aos prémios caducados do Euromilhões (conforme o art.º 10º do Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de Agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de Março), aos prémios caducados da Lotaria Nacional (conforme o art.º 22º da Portaria n.º 1016/2010, de 4 de Outubro), aos prémios caducados das Apostas Desportivas à Cota (conforme o art.º 14º Do Decreto Lei n.º 67/2015, de 29 de Abril), e ainda aos prémios caducados do Totosorteio (conforme o art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de Agosto).

ii) Resultados dos jogos sociais

Como beneficiário direto dos resultados gerados pelos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, a Santa Casa reconhece como “Outros rendimentos” o valor dos resultados comunicados e pagos mensalmente pelo Departamento de Jogos.

iii) Rendimentos Apostas Desportivas à Cota e Eurosorteio

A SCML reconhece rendimentos associados às deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota e Eurosorteio, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 67/2015 e Decreto-Lei Nº 98/2023, respetivamente.

4.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades:

- i. operacionais;
- ii. investimento;
- iii. financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de utentes, inquilinos, jogos sociais e participações, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de impostos indiretos líquidos e subsídios.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos tangíveis, remuneração e liquidação de equivalentes de caixa na sua maturidade ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

4.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a Santa Casa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

i) Provisões

A Santa Casa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Santa Casa suporta os seus julgamentos com base em opiniões jurídicas para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 22).

ii) Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impacto no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso no capital próprio (Nota 23).

iii) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 9).

iv) Propriedades de investimento (justo valor)

A determinação do Justo Valor das Propriedades de investimento é obtida através da avaliação de cada imóvel, por aplicação dos critérios descritos na Nota 8. A Santa Casa recorre anualmente a avaliadores independentes, sem prejuízo da análise posterior que é desenvolvida aos respetivos resultados e, sobretudo, às justificações apresentadas, ou à falta delas, para variações significativas que ocorram face a anteriores avaliações dos mesmos bens.

4.24. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Santa Casa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o período apresentado.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	(euros)	
	2024	2023
Numerário		
- Caixa	77 742	241 958
	77 742	241 958
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	16 144 859	12 819 799
- Depósitos a prazo < 90 dias	36 234 856	40 644 000
- Depósitos a prazo ≥ 90 dias	17 000 000	78 456
	69 379 715	53 542 255
Outros Activos Financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	69 457 457	53 784 212
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	69 457 457	53 784 212

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024 é como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Caixa	77 742	241 958
Depósitos bancários	69 379 715	53 542 255
Caixa e equivalentes de caixa	69 457 457	53 784 212

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações às normas contabilísticas de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

6.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não foi identificado no período findo em 31 dezembro de 2024 qualquer alteração às políticas contabilísticas.

6.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

No período findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4, sem prejuízo da Reexpressão dos comparativos de 2023 referida na Nota 2.3.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

(euros)									
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2023									
Custo de aquisição	36 961 299	243 297 921	27 246 866	5 107 346	24 275 507	11 443 719	9 633 681	21 460 818	379 427 157
Depreciações acumuladas	-	(104 382 095)	(23 743 003)	(4 416 164)	(21 675 997)	-	(9 016 809)	-	(163 234 067)
Valor líquido	36 961 299	138 915 826	3 503 864	691 182	2 599 510	11 443 719	616 873	21 460 818	216 193 090
31 de dezembro de 2023									
Adições	-	-	554 322	-	342 417	653	422 165	4 397 660	5 717 218
Doações	2 259 018	6 777 053	-	-	-	-	-	-	9 036 070
Alienações	-	-	-	-	(6 747)	-	-	-	(6 747)
Transferências p/ firme	-	19 913 399	62 206	-	-	-	-	(19 975 604)	-
Transferências p/ PI	(735 598)	(2 683 931)	-	-	-	-	-	-	(3 419 530)
Regularizações e abates	-	-	(671 394)	(15 800)	(119 150)	-	(15 167)	(33 018)	(854 529)
Depreciação - exercício	-	(6 156 265)	(1 400 731)	(238 119)	(1 048 057)	-	(274 674)	-	(9 117 846)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	5 002	-	-	-	5 002
Depreciação- transf. e abates	-	1 199 632	695 860	15 800	96 904	-	14 978	-	2 023 173
Valor líquido	38 484 718	157 965 713	2 744 126	453 063	1 869 879	11 444 372	764 175	5 849 856	219 575 901
31 de dezembro de 2024									
Custo de aquisição	38 484 718	267 304 441	27 192 000	5 091 546	24 492 028	11 444 372	10 040 680	5 849 856	389 899 639
Depreciações acumuladas	-	(109 338 728)	(24 447 874)	(4 638 483)	(22 622 149)	-	(9 276 505)	-	(170 323 738)
Valor líquido	38 484 718	157 965 713	2 744 126	453 063	1 869 879	11 444 372	764 175	5 849 856	219 575 901

As transferências de Ativos em Curso para Ativos Fixos Tangíveis, ocorridas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, referem-se sobretudo a obras em edifícios afetos à atividade.

Em 2024 procedeu-se à transferência para a rubrica de propriedades de investimento de dois imóveis que deixaram de estar afetos a atividade, ficando por isso devolutos.

As adições efetuadas referem-se, sobretudo a obras de reabilitação e beneficiação de edifícios afetos à atividade e à transmissão de dois equipamentos que estavam integrados do ISS, I.P. para a SCML, conforme DL 240/2015-Art. 2º, nº 1, cuja escritura só se realizou recentemente.

Os valores contabilizados na rubrica de “Obras de arte” correspondem às obras de arte adquiridas após 1992 pela SCML, bem como as obras de arte doadas em 2017 e 2020 pelo colecionador Francisco Capelo.

A SCML procede à depreciação dos ativos fixos tangíveis, conforme as suas vidas úteis estimadas. Sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros o bem é depreciado na totalidade no primeiro período de utilização. Quanto às obras de arte, pela sua natureza, não estão sujeitas a depreciação.

As depreciações dos Ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

8. Propriedades de Investimento

Durante o período findo de 31 de dezembro de 2024 a rubrica de propriedades de investimento registou a seguinte evolução, por natureza de ativo:

(euros)

	2024			2023		
	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total
1 de janeiro						
Valor bruto	409 479 482	12 484 776	421 964 258	402 271 576	8 398 860	410 670 436
Justo Valor	409 479 482	12 484 776	421 964 258	402 271 576	8 398 860	410 670 436
Transferências p/firme	2 064 229	(2 064 229)	-	2 457 379	(2 457 379)	-
Transferências de AFT	2 219 898	-	2 219 898	-	-	-
Transferências p/ADV	(35 112 713)	-	(35 112 713)	-	-	-
Adições	-	7 386 286	7 386 286	29 920	6 691 199	6 721 118
Doações	115 631	-	115 631	27 657	-	27 657
Alienações	(676 438)	-	(676 438)	(487 270)	-	(487 270)
Regularizações e abates	(1 537 469)	(21 511)	(1 558 981)	(2 317 708)	(147 904)	(2 465 612)
Variação de Justo valor						
Ganhos	56 580 209	-	56 580 209	28 476 793	-	28 476 793
Perdas	(43 624 853)	-	(43 624 853)	(20 978 864)	-	(20 978 864)
	389 507 976	17 785 322	407 293 298	409 479 482	12 484 776	421 964 258
31 de dezembro						
Valor bruto	389 507 976	17 785 322	407 293 298	409 479 482	12 484 776	421 964 258
Justo Valor	389 507 976	17 785 322	407 293 298	409 479 482	12 484 776	421 964 258

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é detentora de prédios urbanos e prédios rústicos, sendo que predominam os prédios urbanos.

Em 2024 foram realizadas as avaliações ao justo valor das propriedades de investimento.

O montante registado na rubrica 'Propriedades de Investimento em Curso' refere-se ao investimento em obras de adaptação e requalificação de propriedades de investimento.

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento até 31 de dezembro de 2024, foram como segue:

(euros)

	2024	2023
Rendas de propriedades de investimento	9 622 837	8 583 216

Os encargos incorridos com conservação e manutenção de propriedades de rendimento até 31 de dezembro de 2024, foram os seguintes:

(euros)

	2024	2023
Encargos com conservação	373 274	635 582

9. Ativos Intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se a programas informáticos adquiridos para suporte às atividades operacionais e administrativas da Santa Casa. Durante o período de relato é como segue:

	(euros)	
	2024	2023
1 de janeiro de 2024		
Custo de aquisição	12 191 542	11 883 659
Amortizações acumuladas	(11 867 569)	(11 669 417)
Valor líquido	323 973	214 242
Adições	40 331	307 883
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	(134 489)	(198 151)
Valor líquido	229 815	323 973
31 de dezembro de 2024		
Custo de aquisição	12 231 873	12 191 542
Amortizações acumuladas	(12 002 058)	(11 867 569)
Valor líquido	229 815	323 973

A SCML procede à depreciação dos ativos intangíveis, em função da estimativa da vida útil e do eventual valor residual.

10. Ativos biológicos

A 31 de dezembro de 2023 e de 2024, os ativos biológicos registados referem-se às seguintes naturezas:

	(euros)					
	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ao justo valor						
Montado de Sobre (produção de cortiça)		3 496 369	3 496 369	-	3 380 479	3 380 479
Montado de Azinho e Sobre (produção de fruto)		-	0	-	-	0
Olival Velho Tradicional		59 080	59 080	-	59 080	59 080
Montado de Sobre Jovem		-	0	-	-	0
Pinheiro Bravo		82 335	82 335	-	78 318	78 318
Carvalho		150 670	150 670	-	144 000	144 000
Eucalipto		152 000	152 000	-	150 670	150 670
	-	3 940 453	3 940 453	-	3 812 548	3 812 548

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os ativos biológicos da Santa Casa compreendem várias unidades de produção de cortiça, de olival, de pinheiro-bravo, de carvalho e eucalipto detidas pela SCML e exploradas como tal.

As medidas de quantificação física dos ativos biológicos, utilizadas a 31 de dezembro de 2024, divididos por tipologia, assim como as estimativas não financeiras efetuadas encontram-se descritas na tabela seguinte:

Ativo biológico/ produto agrícola	Medidas de quantificação	Fatores de cálculo
Montado de Sobro (produção de cortiça)		
Olival		
Pinheiro Bravo	Método de capitalização do rendimento	Rendimentos possíveis ou efetivos, fluxos contabilísticos dos custos de manutenção inerentes ao ciclo produtivo, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção.
Carvalho		
Eucalipto		

A variação ocorrida no valor dos ativos biológicos, para o período apresentado, é como segue:

	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Pinheiro Bravo	Eucalipto	Olival Velho Tradicional	Carvalhos	Total
31 de dezembro de 2023	3 380 479	78 318	150 670	59 080	144 000	3 812 548
Adições						
- Regularizações	18 750					18 750
Reduções						
- Extrações	(4 150)			(106)		(4 256)
Variações do justo valor	101 289	4 016		106	8 000	113 412
31 de Dezembro de 2024	3 496 369	82 335	150 670	59 080	152 000	3 940 453

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores							
Entidades relacionadas	i)	2 617 161		2 617 161	3 415 512		3 415 512
Financiamentos externos	ii)	2 456 855		2 456 855	-		-
Distribuição de Resultados do DJ	iii)	37 339 419		37 339 419	32 095 171		32 095 171
Adiantamentos CTT - Subsídios	iv)	39 886		39 886	66 746		66 746
Outros	v)	5 607 572	179 600	5 787 172	3 532 493	241 400	3 773 893
Pessoal	vi)	446 377		446 377	557 695		557 695
Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	2 958 103		2 958 103	1 699 896		1 699 896
Cobrança Duvidosa		3 297 502		3 297 502	3 294 624		3 294 624
Imparidade de Pessoal		(183 812)		(183 812)	(180 935)		(180 935)
Imparidade de outros devedores		(3 222 171)		(3 222 171)	(3 222 171)		(3 222 171)
Outros créditos a receber		51 356 893	179 600	51 536 493	41 259 031	241 400	41 500 431

- Entidades relacionadas: saldos resultantes das transações operacionais entre a Santa Casa, o Departamento de Jogos, a SAS, LHEA, SC Global e HCVP (Nota 39);
- Financiamentos Externos: Valores a receber no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas nacionais e da Comissão Europeia, e ao acordo de cooperação celebrado entre o IEFP (entidade que atribui subsídios à formação) e a Santa Casa;
- Distribuição de Resultados do DJ: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados do Departamento de Jogos, a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições

do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

- iv. Adiantamentos CTT: Corresponde a adiantamentos efetuados sobre a emissão de vales para pagamento de subsídios;
- v. Outros: corresponde a dívidas de outros devedores. O valor inscrito em não corrente é relativo à dívida da Fundação Ricardo Espírito Santos Silva;
- vi. Pessoal: O valor global das dívidas ativas, respeitantes à Santa Casa, composto por pagamentos a pessoal, empréstimos e adiantamentos;
- vii. Devedores por acréscimos de rendimentos:

		(euros)	
		2024	2023
Juros a receber	i)	467 238	640 693
Outros rendimentos	ii)	2 490 865	1 059 203
		2 958 103	1 699 896

- i. Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos de aplicações de tesouraria de curto-prazo;
- ii. Outros rendimentos: contempla diversas especializações de cuidados de saúde prestados, o protocolo com o ISS, assim como a faturação de dezembro que apenas é integrada no mês seguinte.

12. Outros ativos financeiros - empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024, os movimentos relacionados com os empréstimos a participadas são os constantes do quadro seguinte:

							(euros)
	SAS	SOJOGO	Clínica Oriental de Chelas	SC GLOBAL	CVPSGH	LHEA	Total
1 de janeiro de 2023 (reexpresso)	0	0	0	0	0	125 000	125 000
Empréstimos Concedidos - Transferências			182 375	-		350 000	532 375
Reversão de imparidade							-
Constituição de imparidade			(66 379)			-	(66 379)
31 de dezembro de 2023 (reexpresso)	0	0	115 995	0	0	475 000	590 995
Empréstimos Concedidos - Transferências				-	4 714 276		4 714 276
Transferências p/ ADV						(475 000)	(475 000)
Reversão de imparidade			66 379				66 379
Constituição de imparidade						-	-
31 de dezembro de 2024	0	0	182 375	0	4 714 276	0	4 896 651

13. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024, os movimentos relacionados com as Participações Financeiras, mensuradas através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), são os constantes do quadro seguinte:

(euros)

	SAS	SOJOGO	Clínica Oriental de Chelas	SC GLOBAL	CVPSGH	LHEA	Total
1 de janeiro de 2023 (reexpresso)	1 357 896	-	69 576	-	1 061 647	1 194 726	3 683 845
Ganhos / (Perdas)	325 472	-	(69 576)	(5 990 213)	(2 543 345)	(155 638)	(8 433 299)
Liquidação parcial	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	-	-	790 879	790 879
Prestação de Capital	-	-	-	5 990 213	6 140 133	-	12 130 346
Reembolso de Prestações Suplementares	(572 635)	-	-	-	-	-	(572 635)
31 de dezembro de 2023 (reexpresso)	1 110 733	0	0	0	4 658 435	1 829 968	7 599 136
Ganhos / (Perdas)	274 340	-	46 319	(4 837 410)	(1 964 558)	-	(6 481 309)
Ajustamento em ativos financeiros	(190 778)	-	-	-	431	(1 329 968)	(1 520 314)
Prestação de Capital	-	-	-	4 837 410	-	-	4 837 410
Transferências p/ ADV	-	-	-	-	-	(500 000)	(500 000)
31 de dezembro de 2024	1 194 296	-	46 319	-	2 694 309	0	3 934 923

SOJOGO - Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique

A SOJOGO, entidade gestora dos jogos sociais em Moçambique, foi constituída em novembro de 2004, tendo a SCML participado com bens no valor de 295.116 euros o que correspondia a 40% do Capital Social. Em 2021 a Santa Casa detinha 87,06% da entidade e atualmente detém 68,6% da SOJOGO.

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos gerados, conforme expresso nas demonstrações financeiras de 2023 e de 2024 da SOJOGO, são como segue:

(euros)

	SOJOGO	
	2024	2023
Ativos		
Não correntes	59 380	58 921
Correntes	1 368 102	362 424
	1 427 482	421 346
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	4 247 088	3 170 844
	4 247 088	3 170 844
Capital Próprio	(2 819 605)	(2 749 498)
	1 427 482	421 346
Atividade no ano		
Rendimentos	199 573 423	19 977 627
Gastos	(199 470 606)	(20 783 621)
Resultado líquido	102 817	(805 994)
% participação detida	68,6%	68,6%
	70 491	(552 589)

Porque o Capital Próprio da SOJOGO é negativo, foi constituída uma provisão na proporção da percentagem de participação detida pela SCML (nota 23).

SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA

Esta Sociedade de Apostas Sociais foi constituída em janeiro de 2017 e a Santa Casa participou com o montante de 270 mil euros. A Santa Casa detém 54% da “SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA” (2.700 ações), reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, nas suas contas individuais.

Em 2020 a SAS promoveu um aumento de capital social no valor global de 250.000 euros, que foi realizado por todos os acionistas proporcionalmente à sua participação, tendo a SCML ficado a deter 4.050 ações num valor global de 405.000 euros (750.000*54%).

As prestações acessórias de capital concedidas pela SCML à SAS ascendem a 12.660.000 euros tendo sido reconhecidas perdas no valor de 11.708.624 euros.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023 e de 2024 e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade de Apostas Sociais, são como segue:

	(euros)	
	SAS	
	2024	2023
Ativos		
Não correntes	234 951	162 876
Correntes	4 859 081	4 770 419
	5 094 032	4 933 294
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	2 876 381	2 876 381
	2 876 381	2 876 381
Capital Próprio	2 211 659	2 056 914
Atividade no ano		
Rendimentos	10 351 156,7	1 362 302,4
Gastos	(9 843 119)	(782 983)
Resultado líquido	508 038	579 319
% participação detida	54%	54%
	274 340	312 832

COC – Clínica Oriental de Chelas

A Clínica Oriental de Chelas, Lda. foi fundada em 1978, com a designação de Polínica Central de Chelas, tendo iniciado a atividade assistencial nas áreas da enfermagem, radioscopia e clínica geral. Posteriormente com as alterações societárias a designação foi alterada para Clínica Oriental de Chelas, Lda. A forma jurídica da COC é uma sociedade por quotas com um capital social de 30.000 euros.

Em 2020, foi autorizada a aceitação da proposta de doação modal, de duas quotas, uma no valor de 2.000 euros e outra no valor de 26.500 euros, perfazendo um total de 28.500 euros do capital social da COC. A SCML passou a deter 95% do capital social da COC e restante capital próprio (resultados transitados e reservas legais).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023 e 2024, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da COC, são como segue:

	(euros)	
	Clínica Oriental de Chelas	
	2024	2023
Ativos		
Não correntes	139 426	179 878
Correntes	447 532	288 715
	586 958	468 594
Passivos		
Não correntes	-	200 000
Correntes	538 201	338 467
	538 201	538 467
Capital Próprio	48 756	(69 873)
	586 958	468 594
Atividade no ano		
Rendimentos	1 497 611	985 556
Gastos	(1 378 227)	(1 126 450)
Resultado líquido	119 383	(140 895)
% participação detida	95,0%	95,0%
	113 414	(133 850)

SC Global– Santa Casa Global Unipessoal, Lda.

A Santa Casa Global Unipessoal, Lda, é detida a 100% pela SCML e foi constituída em 2020 com o capital social de cinco milhões de euros, integralmente realizado.

Não obstante as contas de 2024 da Santa Casa Global ainda não se encontrarem formalmente encerrada, as mesmas irão apresentar capitais próprios negativos que correspondem à melhor estimativa disponível do que serão responsabilidades que possam vir a ser assumidas pela SCML relacionadas com o processo de internacionalização que foi desenvolvido através de entidades participadas pela Santa Casa Global, incluindo o financiamento contraído por esta junto de uma instituição financeira e avalizado pela SCML.

Nestes termos, o valor da participação da SCML na Santa Casa Global foi reduzido a zero, tendo sido constituída uma provisão no montante de 31.313.143 euros (ver Nota 24), que corresponde à melhor estimativa disponível do que venham a ser os encargos decorrentes do desfecho dos diversos litígios associados ao processo de internacionalização, incluindo os encargos estimados com a liquidação da Santa Casa Global, e que deverão coincidir com o total de capitais próprios negativos desta entidade em 31.12.2024.

Apesar de a estimativa destas responsabilidades ter sido efetuada com elevado grau de detalhe e níveis de prudência considerados adequados, suportada no entendimento expresso pelos advogados e outros especialistas contratados pela SCML para a assessorar em todo este processo, poderão existir responsabilidades que não se encontram previstas no valor que se encontra reconhecido, pelo que existe algum grau de incerteza associado a estas estimativas.

	(euros)	
	SC Global	
	2024	2023
Ativos		
Não correntes	586 177	354 655
Correntes	223 643	129 640
	809 821	484 294
Passivos		
Não correntes	31 926 131	24 079 275
Correntes	196 832	205 367
	32 122 963	24 284 641
Capital Próprio	(31 313 142)	(23 800 347)
	809 821	484 294
Atividade no ano		
Rendimentos	11 126 344	2 550
Gastos	(23 476 550)	(42 698 816)
Resultado líquido	(12 350 206)	(42 696 266)
% participação detida	100,0%	100,0%
	(12 350 206)	(42 696 266)

CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)

A CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH) é a sociedade que explora o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, mediante contrato de cessão de exploração celebrado desde 3 de agosto de 1998. Esta sociedade tem o capital social de 2.500.000€.

Em 2020 a SCML adquiriu à Cruz Vermelha Portuguesa a participação de 54,98% que aquela Entidade detinha na CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH), sendo esta participação valorizada de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023 e de 2024, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da CVP, são como segue:

	(euros)	
	SGHCVP	
	2024	2023
Ativos		
Não correntes	32 001 744	28 968 102
Correntes	18 649 124	18 864 208
	50 650 868	47 832 310
Passivos		
Não correntes	22 808 456	17 333 555
Correntes	22 941 530	22 025 176
	45 749 986	39 358 731
Capital Próprio	4 900 882	8 473 579
	50 650 868	47 832 310
Atividade no ano		
Rendimentos	40 137 333	34 211 253
Gastos	(43 262 904)	(39 570 803)
Imposto sobre o rendimento	(447 910)	1 170 855
Resultado líquido	(3 573 481)	(4 188 695)
% participação detida	54,98%	54,98%
	(1 964 557)	(2 302 777)

LHEA - Association For Lifelong Health Education

A LHEA - Association for Lifelong Health Education (LHEA) é uma associação privada sem fins lucrativos que foi criada no dia 3 de maio de 2019, com o objetivo de criar, construir e explorar uma escola de Estudos Pós-graduados em Saúde, no Concelho de Cascais. A Associação foi constituída pelos seguintes associados:

- Faculdade de ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (UNL);
- Grupo CUF (CUF);
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML);
- Associação Nacional das Farmácias (ANF);
- Câmara Municipal de Cascais (CMC).

A SCML tem uma participação minoritária de 24,39% do fundo constitutivo da Associação.

O Município de Cascais cedeu à sociedade Hospital CUF, S.A., em regime de direito de superfície, um terreno com a área de 18.226,98 m² pelo prazo de 40 anos, com início em agosto de 2017. A LHEA adquiriu uma quota de 4/18 (cerca de 4.000 m²) desse direito de superfície, pelo valor de 230.000 euros.

O investimento na construção da escola, no valor aproximado de 18,3 milhões de euros, foi financiado em 3,95 milhões de euros por capitais próprios, por empréstimos bancários em 7,7 milhões de euros e por financiamento público (CCDR-LVT) em 7,31 milhões de euros.

A SCML financiou este projeto com 975.000 euros, sendo 500.000 euros sob a forma de fundo constitutivo e o restante, por empréstimo. Adicionalmente, prestou garantia, ao financiamento bancário, no valor de 1,81 milhões de euros.

No dia 28/06/2024 a Universidade Nova de Lisboa (UNL) apresentou, na Assembleia-Geral extraordinária da LHEA, uma proposta de aquisição do direito de superfície e edifício da LHEA pelo valor de 10,99 milhões de euros. A proposta deduz ao total do investimento (18,3 milhões de euros) o valor do financiamento público, no montante de 7,31 milhões de euros e inclui a celebração de um contrato de arrendamento para acomodar os serviços da LHEA com o valor de 14€/m2, acrescido das despesas de manutenção das áreas comuns assim como as obras e reparações necessárias à utilização do locado.

Analizados os riscos e benefícios da proposta apresentada pela UNL a SCML solicitou a autorização Ministerial para proceder à alienação da participação social, pelo valor dos capitais investidos, acrescidos de uma remuneração desses capitais, garantindo a execução e salvaguarda de todas as ações necessárias à mitigação dos riscos associados, nomeadamente término das garantias concedidas, penalizações associadas aos empréstimos bancários contraídos, financiamentos externos obtidos, em particular as autorizações perante entidades terceiras (CCDR entre outras) e quaisquer outros encargos atuais e futuros. A autorização Ministerial foi concedida nos termos em que foi apresentada.

Neste contexto, a participação foi transferida para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda, pelo valor nominal de 500.000 euros, a que acresceu o valor dos empréstimos, no montante de 475.000 euros, provenientes da rubrica de Outros Ativos Financeiros – Empréstimos, sendo este o valor acordado da transação, ao qual acrescem juros que se encontram em negociação, a ocorrer em 2025. Consequentemente, procedeu-se também em 2024 ao ajustamento do valor da participação para que esta seja coincidente com o valor mínimo acordado da transação, com o consequente reconhecimento de uma imparidade no montante de 1.329.968 euros (ver Nota 19).

14. Participações financeiras – Títulos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital de natureza diversa, como segue:

		(euros)	
Método de mensuração		2024	2023
Ao justo valor			
Ações nacionais cotadas	i)	256 613	349 138
Ações internacionais cotadas	ii)	7 795	7 852
Unidades de Participação Nacionais	iii)	7 282 110	10 114 302
Títulos de dívida pública perpétua		42 531	42 533
Ao custo			
Ações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	614 257	691 057
Obrigações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	1 000 000	1 000 000
Outros	iv)	154 675	154 675
Total		9 357 981	12 359 557

- i. Ações cotadas no índice bolsista PSI 20, as quais se encontram valorizadas ao valor de mercado;
- ii. Ações estrangeiras cotadas nos respetivos países, valorizadas ao valor de mercado;
- iii. Subscrição de obrigações emitidas por entidades nacionais e internacionais, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- iv. Participações de capital em empresas nacionais e internacionais que não se encontram cotadas, encontrando-se valorizadas ao custo histórico.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	(euros)		
	Mensuração justo valor	Mensuração custos	Total
1 de Janeiro de 2024	10 513 825	1 845 732	12 359 557
Adições	-	-	-
Ajustamento de justo valor	(430 959)	-	(430 959)
Alienações/Liquidações	(2 493 816)	(76 800)	(2 570 616)
31 de Dezembro de 2024	7 589 049	1 768 932	9 357 981

15. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Mercadorias	114 962	115 773
Outros artigos	76 763	76 702
Artigos papel	20 452	20 949
Artigos casa	9 459	9 834
Artigos moda	2 574	2 574
Livros e publicações	5 714	5 714
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	668 730	818 889
Produtos farmacêuticos	184 706	194 492
Material consumo clínico	348 517	502 157
Aparelhos ortopédicos e outros	118 484	99 317
Limpeza, higiene e conforto	16 381	21 824
Produtos dietéticos	641	1 099
Imparidade de inventários	(80 107)	(6 500)
Total inventários	703 586	928 162

O custo dos inventários reconhecidos até 31 de dezembro de 2024 como gasto e incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 3.358.615 euros.

16. Clientes/Utentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a decomposição da rubrica de clientes/utentes é como segue:

(euros)

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes de Ação Social	i)	(703 539)	-	(703 539)	253 980	-	253 980
Inquilinos		1 111 278	-	1 111 278	502 307	-	502 307
Clientes saúde	ii)	2 048 664	-	2 048 664	5 120 766	-	5 120 766
Clientes de estabelecimento de ensino		94 999	-	94 999	40 520	-	40 520
Outros clientes		4 366	-	4 366	824	-	824
Clientes cobrança duvidosa	iii)	50 080 688	-	50 080 688	49 374 853	-	49 374 853
		52 636 455	-	52 636 455	55 293 251	-	55 293 251
Imparidade de clientes da Ação Social		(77 777)	-	(77 777)	(88 050)	-	(88 050)
Imparidade de inquilinos		(1 661 963)	-	(1 661 963)	(1 730 373)	-	(1 730 373)
Imparidade de clientes saúde		(48 263 744)	-	(48 263 744)	(47 454 453)	-	(47 454 453)
Imparidade de clientes de estab. de ensino		(77 001)	-	(77 001)	(101 774)	-	(101 774)
Imparidade de outros clientes		(203)	-	(203)	(203)	-	(203)
		(50 080 688)	-	(50 080 688)	(49 374 853)	-	(49 374 853)
Total		2 555 768	-	2 555 768	5 918 398	-	5 918 398

- i. Clientes ação social – relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde;
- ii. Clientes saúde – relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde, Hospital Ortopédico de Sant’Ana e Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;
- iii. Clientes de cobrança duvidosa – relativo aos serviços prestados/faturados cujas faturas se encontram vencidas com significativa antiguidade.

Imparidade de clientes

(euros)

	2024	2023
1 de janeiro	49 374 853	47 443 940
Aumentos	1 210 007	2 174 083
Utilizações	(219 208)	(66 812)
Reduções	(284 964)	(176 358)
31 de dezembro	50 080 688	49 374 853

17. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, os saldos de Estado e outros entes públicos são os seguintes:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS		856 674		936 947
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	2 105 395	1 587 667	697 241	1 665 606
Contribuições p/ segurança social e CGA	262	3 498 627		3 280 508
Outros impostos	1 094	166	1 094	166
	2 106 751	5 943 134	698 336	5 883 227

Os saldos devedores de IVA referem-se a pedidos de reembolso efetuados.

O saldo devedor de outros impostos, corresponde sobretudo ao valor entregue a mais ao Estado, relativo a um processo de penhora de crédito, que se encontra a aguardar regularização.

Os saldos credores de Imposto s/rendimento - IRS, contribuições para Segurança Social e para Caixa Geral de Aposentações são referentes ao mês de dezembro, não existindo qualquer valor em mora.

18. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, a Santa Casa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2024		2023	
Rendas e outros serviços	1 534 577		1 538 741	
Gastos a reconhecer	1 534 577		1 538 741	
Rendas de Propriedades de Investimento	679 071		579 059	
Outros rendimentos	263 253		209 455	
Rendimentos a reconhecer	942 324		788 515	

Em gastos a reconhecer encontram-se registados valores relativos a rendas de espaços arrendados pela SCML referentes a períodos subsequentes.

Em rendimentos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de propriedades de investimento, processadas em dezembro de 2024, referentes a janeiro de 2025.

Em outros rendimentos a reconhecer, estão relevadas as matrículas e inscrições recebidas pela ESSA relativas ao ano letivo 2024/2025, bem como outros rendimentos referentes a períodos subsequentes.

19. Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

No âmbito do Programa de Investimento e Desinvestimento a SCML selecionou um conjunto de imóveis com base no Regulamento do respetivo programa que pretende alienar a curto prazo. Para o efeito, solicitou autorização Ministerial e transferiu esses imóveis para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda. Transferiu também para esta rubrica o valor da participação na LHEA que se encontrava valorizada pelo Método da Equivalência Patrimonial bem como o empréstimo efetuado à Associação, no valor de 475.000 euros. Adicionalmente, reconheceu a perda por imparidade, no valor de 1.329.968 euros, mensurando este ativo pelo valor de 975.000 euros que corresponde ao valor acordado da alienação da participação à Universidade Nova de Lisboa (ver Nota 13).

	(euros)		
	Investimentos Financeiros	Propriedades de Investimento	Total
1 de Janeiro de 2024	-	-	-
Adições	2 304 968	35 112 713	37 417 681
Constituição de imparidade	(1 329 968)	-	(1 329 968)
31 de dezembro de 2024	975 000	35 112 713	36 087 713

20. Fundo Social

A Santa Casa não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo Social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

21. Resultados transitados

O movimento registado em resultados transitados, no valor de 2.451.106 euros, refere-se à aplicação do resultado líquido do exercício de 2023.

22. Ajustamentos em ativos financeiros

O movimento registado em ajustamentos em ativos financeiros até 31 de dezembro de 2024 refere-se a:

	(euros)			
	SAS	HCVP	LHEA	Total
1 de Janeiro de 2024	-	-	1 536 785	1 536 785
Aumento		431		431
Redução	(190 778)	-	-	(190 778)
31 de Dezembro de 2024	(190 778)	431	1 536 785	1 346 439

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no Capital Próprio”, refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos até 31 de dezembro de 2023 e de 2024:

	(euros)			
	Doações	Subsídios	Fundo de Pensões	Total
1 de Janeiro de 2023	40 516 047	4 069 289	(30 156 262)	14 429 073
Adições/ Reforços	52 657		-	52 657
Perdas e ganhos atuariais	-	-	(1 812 618)	(1 812 618)
Regularização por resultados	-	(271 256)	-	(271 256)
1 de Janeiro de 2024	40 568 703	3 798 033	(31 968 880)	12 397 856
Adições/ Reforços	9 151 701	-	-	9 151 701
Perdas e ganhos atuariais	-	-	(6 902 963)	(6 902 963)
Regularização por resultados	-	(319 184)	-	(319 184)
31 de Dezembro de 2024	40 568 703	3 478 849	(38 871 843)	14 327 410

Doações

O saldo de “Doações” respeita à integração em património da Santa Casa, respeitante a bens doados por beneméritos, refletindo o valor de avaliação que lhes é atribuído.

O movimento de “Adições/Reforços” está, em larga medida, associado à transmissão de dois dos equipamentos integrados do ISS, I.P. para a SCML, conforme DL 240/2015-Art. 2º, nº 1.

Subsídios

Os saldos de subsídios ao investimento respeitam aos seguintes programas:

	(euros)	
	2024	2023
POC - Obras de Remodelação / Ampliação do Museu de S. Roque	311 533	328 664
PORLISBOA - UCCI Rainha Dona Leonor	3 014 744	3 369 119
PRR RILVAS	53 250	53 250
PRR IRHU	52 322	
OEIRAS	47 000	47 000
	3 478 849	3 798 033

Os movimentos do período refletem a realização dos subsídios ao investimento em resultado da depreciação verificada nos ativos subsidiados, por contrapartida dos resultados do exercício, na rubrica de “Outros rendimentos”.

24. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	(euros)			
	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
1 de janeiro de 2024	12 811 744	4 360 505	25 685 403	42 857 652
Dotação	377 521		7 562 056	7 939 576
Utilização	(5 000)	(35 726)	-	(40 726)
Atualização efeito desconto			-	-
Redução	(393 678)	(185 458)		(579 136)
31 de Dezembro de 2024	12 790 587	4 139 322	33 247 459	50 177 367
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	12 790 587	4 139 322	33 247 459	50 177 367
	12 790 587	4 139 322	33 247 459	50 177 367

Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que a Santa Casa efetua da sua exposição a contingências legais, nomeadamente processos de natureza laboral e civil nos quais a SCML é ré. Os incrementos registados em 31 de dezembro de 2024 resultam dos processos instaurados no decorrer deste período, correspondendo aos montantes que eventualmente venham a ser encargo da Santa Casa, quando expectáveis ou apurados com base em estimativas por parte da Direção Jurídica da SCML. As reduções decorrem de processos judiciais em curso com conclusão favorável em 31 de dezembro de 2024.

Conservação de jazigos

À data da transição para o SNC a Santa Casa reconheceu uma provisão quanto a encargos perpétuos com a conservação e manutenção de jazigos, responsabilidade assumida no âmbito de processos de herança em que a SCML figura como beneficiária.

Em 2024 foi efetuada a redução da provisão em 185 457,89 euros.

Outras provisões

Até 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos na rubrica de outras provisões os seguintes valores:

(euros)

	SAS	HCV	SCG	SOJOGO	Total
1 de Janeiro de 2024	-	-	23 800 347	1 885 056	25 685 403
Aumento	-	-	7 512 796	49 260	7 562 056
Redução	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	-	-	31 313 143	1 934 316	33 247 459

Conforme referido na Nota 13, a provisão relativa à Santa Casa Global Unipessoal Lda., corresponde à melhor estimativa disponível do que serão responsabilidades que possam vir a ser assumidas pela SCML relacionadas com o processo de internacionalização que foi desenvolvido através de entidades participadas pela Santa Casa Global, incluindo o financiamento contraído por esta junto de uma instituição financeira e que foi avalizado pela SCML.

Apesar de a estimativa destas responsabilidades ter sido efetuada com elevado grau de detalhe e níveis de prudência considerados adequados, suportada no entendimento expresso pelos advogados e outros especialistas contratados pela SCML para a assessorar em todo este processo, poderão existir responsabilidades que não se encontram previstas no valor da provisão que se encontra reconhecido, pelo que existe algum grau de incerteza associado a estas estimativas.

25. Responsabilidade por benefícios pós-emprego

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (“CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, a Santa Casa contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

Encontram-se, ainda, registadas responsabilidades com complemento de pensões atribuídos de acordo com o regulamento de pessoal, a todos os colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida. Estes colaboradores aposentados ou reformados beneficiam também do reembolso de encargos com saúde, bem como aqueles que, encontrando-se no ativo, sofram de doença crónica grave e/ou incapacitante.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas demonstrações financeiras da SCML é como segue:

(euros)		
	2024	2023
Obrigações no balanço		
Complemento de pensões	(9 019 235)	(5 291 365)
	(9 019 235)	(5 291 365)
	2024	2022
Gastos na demonstração dos resultados		
Complemento de pensões	224 907	169 705
	224 907	169 705

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2024, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2024	2023
Taxa anual de desconto	3,00%	4,25%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,62%	3,62%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	0,75% EVK 80	0,75% EVK 80

A taxa de desconto de 3,00%, aplicada em 31 de dezembro de 2024, tem em conta o comportamento do mercado e os “cash flows” que integram as responsabilidades do fundo de pensões.

Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura das responsabilidades da Santa Casa pelos ativos do Fundo era a seguinte:

(euros)		
	2024	2023
Valor presente da obrigação	(47 483 948)	(44 536 547)
Justo valor dos ativos do plano	38 464 713	39 245 182
Obrigação no balanço	(9 019 235)	(5 291 365)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões, a 31 de dezembro de 2023 e de 2024 detalha-se como segue:

(euros)		
	2024	2023
1 de janeiro	44 536 547	44 625 833
Custo serviços correntes	25	283
Custo dos juros	1 770 410	1 284 992
Pagamento de benefícios	(6 062 887)	(5 777 988)
(Ganhos)/perdas atuariais	7 239 853	3 489 591
31 de dezembro	47 483 948	44 536 547

A 31 de dezembro de 2024, o património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução:

	(euros)	
	2024	2023
1 de janeiro	39 245 182	40 466 791
Contribuições entregues	3 400 000	850 000
Ganhos/ (perdas) atuariais	336 890	1 676 973
Benefícios pagos	(6 062 887)	(5 777 988)
Retorno esperado dos ativos do	1 545 528	1 158 913
31 de dezembro	38 464 713	39 245 182

O Fundo de Pensões, na sua totalidade, ou seja, componente Santa Casa e Departamento de Jogos, era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2024:

	(euros)	
	2024	2023
Obrigações	21 405 134	20 457 200
Acções	1 748 300	1 692 481
Depósitos a curto prazo	1 112 666	1 256 014
Fundos de Investimento	20 806 720	22 749 337
Outros	163 053	9 254
	45 235 872	46 164 286

A 31 de dezembro de 2023 e de 2024 o impacto dos gastos suportados com os serviços correntes e juros não foi compensado pelo retorno esperado dos ativos do plano acrescentando aos gastos com o pessoal, os seguintes valores:

	(euros)	
	2024	2023
Custos serviços correntes	(25)	(283)
Custos dos juros	(1 770 410)	(1 284 992)
Retorno estimado dos ativos do plano	1 545 528	1 158 913
Total incluído em gastos com pessoal	(224 907)	(169 705)

26. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como segue:

		(euros)			
		2024		2023	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores gerais	i)	6 883 465	-	7 607 403	-
Fornecedores faturas em receção		2 415 651	-	1 840 511	-
Total saldo fornecedores		9 299 116	-	9 447 914	-

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, os saldos de fornecedores em conta corrente mais significativos, referem-se às seguintes entidades:

	(euros)	
	2024	2023
Entidade		
ITAU - INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENT	2 710 756	838 578
SERVILIMPE-LIMPEZAS TÉCNICAS MECANI	665 537	1 011 997
STRONG CHARON - SOLUÇÕES DE SEGURAN	514 265	278 555
SERVIÇO UTILIZAÇÃO COMUM HOSPITAIS	363 314	224 262
CLECE, S.A.	305 249	-
CLARANET II SOLUTIONS, S.A.	192 023	-
EUREST (PORTUGAL) SOC. EUROPEIA DE	163 648	992 561
ERS - SOLUTIONS, LDA	144 384	-
PROCHILD COLAB AGAINST POVERTY AND	141 000	163 648
NORDIGAL INDUST. DE TRANSF.ALIM. SA	135 732	182 031
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	124 815	124 619
MUNICÍPIO DE LISBOA	122 568	111 578
GOLD ENERGY - COMERCIALIZADORA DE E	119 940	-
CUNHA & BARROSO LDA	110 398	200 170
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS	106 031	-
Outros	3 379 455	5 319 915
Total	9 299 116	9 447 914

27. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

	(euros)		
	2024		
	Corrente	Não corrente	Total
Entidade			
Banco Santander	689 996	5 177 784	5 867 780
Total	689 996	5 177 784	5 867 780

Nos exercícios de 2023 e de 2024 não ocorreram situações de incumprimento relativas aos financiamentos obtidos.

Na componente do financiamento não corrente incluem-se 4.202.599 euros, cujo vencimento ocorrerá após 2029.

Estes financiamentos estão garantidos através de hipotecas constituídas sobre património imobiliário da SCML.

28. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

(euros)

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	i)	2 147 046	-	2 147 046	3 441 982	-	3 441 982
Outros credores							
Credores por subsídios a pagar	ii)	103 429	-	103 429	51 242	-	51 242
ISS - Estabelecimentos Integrados	iii)	794 860	-	794 860	794 860	-	794 860
Ent. beneficiárias do Fundo Invest. e Desenv.	iv)	1 867 441	-	1 867 441	2 706 552	-	2 706 552
Pecúlio de Utentes	v)	2 407 258	-	2 407 258	2 015 805	-	2 015 805
Parpública - acordo	vi)	2 241 773	-	2 241 773			
Outros		5 042 953	-	5 042 953	3 354 011	-	3 354 011
Pessoal		22 123	-	22 123	56 245	-	56 245
Credores por acréscimos de gastos	vii)	23 614 006	-	23 614 006	23 015 725	-	23 015 725
Outras dívidas a pagar		38 240 890	-	38 240 890	35 436 423	-	35 436 423

- i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedores de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de ativos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos quando se enquadram dentro da política contabilística estabelecida para a Santa Casa (Nota 4.2);
- ii) Credores por subsídios a pagar: saldos relativos a prestações concedidas, pela Santa Casa, a pessoas desfavorecidas;
- iii) ISS – Estabelecimentos Integrados: no âmbito da cedência da gestão dos estabelecimentos integrados do ISS, IP., por força do Orçamento do Estado para 2011, cabe à SCML o reembolso referente aos encargos incorridos pelo ISS, IP no período de transição. O montante em dívida aguarda eventual encontro de contas face à dívida do ISS à SCML;
- iv) Entidades beneficiárias do fundo de investigação e desenvolvimento (FID): este saldo respeita a compromissos assumidos com entidades no âmbito do FID e cujos pagamentos só estão previstos ocorrer em anos futuros;
- v) Pecúlio de Utentes: Valores que estão à guarda da SCML, porque os utentes não têm capacidade de movimentação dos seus fundos ou porque demonstraram vontade de que os seus valores monetários fossem geridos pela SCML;
- vi) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

Credores por acréscimos de gastos

(euros)

		2024	2023
Remunerações a liquidar	a)	21 122 222	20 598 373
Outros gastos	b)	2 491 784	2 417 352
		23 614 006	23 015 725

- a) Remunerações a liquidar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;
- b) Outros gastos: especializações de gastos operacionais diversos.

29. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados a 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

		(euros)	
		2024	2023
Vendas de Produtos	i)		
Livros e publicações		22 139	17 337
Artigos museu S. Roque		2 769	2 954
Alimentação		35 053	68 507
Trab. Prod. Utentes		14 064	5 667
Artigos médicos		263 289	181 668
Outros bens		12 848	7 232
Subtotal		350 163	283 365
Prestação de serviços - Ação Social	ii)		
Estrutura Residencial		3 580 687	3 025 894
Serviço de Apoio Domiciliário		1 036 648	958 548
Creche		60 963	177 940
Centro de dia		598 407	442 045
Jardim de infância		76 661	102 397
Creche familiar		2 182	7 712
Outras prestações de serviços		11 407 500	128 712
Subtotal		16 763 047	4 843 248
Prestação de serviços - Ensino	iii)		
Inscrições		104 703	102 372
Matrículas		59 150	48 500
Propinas		1 757 843	1 533 024
Candidaturas		27 350	24 365
Outras		59 144	42 940
Subtotal		2 008 191	1 751 201
Prestação de serviços - Património	iv)		
Rendas de Terrenos		62 422	67 836
Rendas de Edifícios		9 539 268	8 495 438
Outras		308 970	260 011
Subtotal		9 910 660	8 823 285
Outras Prestações de Serviços	ii)		
Saúde		27 536 358	23 622 455
Outras		479 426	341 175
Subtotal		28 015 783	23 963 630
Vendas e serviços prestados		57 047 844	39 664 729

- i. Rédito de vendas de produtos: rédito das vendas de artigos de *merchandising* comercializados no Museu de S. Roque e venda de bens doados;
- ii. Rédito da prestação de serviços de ação social e saúde: rédito associado aos serviços de ação social e saúde prestados pela Santa Casa.
- iii. Rédito da prestação de serviços de Ensino: compreende inscrições, matrículas, propinas e candidaturas, decorrente da atividade da ESSA;
- iv. Rédito da prestação de serviços inerente ao Património Imobiliário: compreende rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamento, cedência de instalações e condomínios.

30. Subsídios de Fundos Europeus e Programas cofinanciados

O detalhe dos rendimentos referentes a fundos europeus e programas cofinanciados, no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas Nacionais e da Comissão Europeia, até 31 de dezembro de 2023 e de 2024, é o seguinte:

	(euros)	
	2024	2023
Acordo de Cooperação com IEFP	1 000 000	745 000
PorLisboa - Qualifica	96 162	93 023
Fundação Ciência e Tecnologia	21 829	20 813
Apoio ao Emprego	207 384	275 046
Herdade Évora Monte	87 512	38 139
Programa Apoio Complementar	38 158	53 833
PRR Impulso Adultos	11 804	298 609
Outros	788 370	610 256
	2 251 220	2 134 718

31. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, incorrido em 2023 e em 2024, é o seguinte:

	(euros)			
	Mercadorias		Matérias diversas	
	2024	2023	2024	2023
Existências iniciais	115 773	125 596	812 389	843 469
Compras	1 345	2 018	3 277 962	3 802 165
Regularizações	-	-	(71 662)	(118 718)
Existências finais	114 962	115 773	588 623	812 389
	2 156	11 842	3 430 066	3 714 527
	2024		2023	
Mercadorias	2 156		11 842	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 356 459		3 714 527	
Total do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	3 358 615		3 726 369	

32. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos incorridos em 2023 e em 2024 é como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Refeições confeccionadas	15 127 653	13 586 965
Limpeza das instalações	7 628 301	7 231 984
Vigilância e segurança	5 856 142	6 025 270
Trabalhos especializados	5 106 545	5 509 523
Licenças software	3 723 789	5 431 844
Honorários e Trabalho Temporário	3 056 871	3 187 413
Conservação e reparação	3 016 065	2 663 924
Rendas e alugueres	2 959 930	3 250 558
Deslocações, estadas e transportes	2 222 090	2 604 006
Electricidade	1 808 167	1 998 399
Outros encargos com atividade	1 572 050	1 590 291
Encargos com saúde de utentes	1 086 474	1 197 217
Combustíveis e outros fluidos	1 039 607	936 235
Lavandaria	903 573	901 954
Água	893 518	800 548
Outros	743 565	769 812
Comunicações	618 086	606 797
Seguros	553 689	573 497
Consumíveis	534 583	821 824
Publicidade, patrocínios e com. Institucional	409 905	558 153
Outros artigos e bens de baixo valor	138 974	340 637
Total dos fornecimentos e serviços externos	58 999 578	60 586 849

- Refeições confeccionadas: custos suportados com a aquisição de refeições confeccionadas, as quais são fornecidas aos Equipamentos Sociais e de Saúde da Santa Casa; Limpeza das instalações; vigilância; comunicações; eletricidade, outros encargos com atividade; combustíveis e outros fluidos; água e lavandaria: rubricas que comportam os encargos de funcionamento;
- Trabalhos especializados: valores pagos por conta de serviços de consultadoria, trabalhos especializados de informática e restauro de obras de arte, entre outros;
- Conservação e reparação: trata-se de obras de conservação preventivas de edifícios e equipamentos da Santa Casa que não configuram ativos fixos tangíveis;
- Honorários e trabalho temporário: valores suportados com pessoal externo à Santa Casa, no âmbito dos serviços prestados pela Ação Social e docentes da ESSA;
- Encargos com saúde de utentes: diversos encargos com saúde;
- Publicidade, patrocínios e comunicação institucional: encargos no âmbito da comunicação institucional (destacando iniciativas em festivais e em outros eventos de carácter cultural e desportivo) e patrocínios atribuídos, bem como publicação de anúncios de carácter legal e obrigatório, como por exemplo, publicitação de concursos públicos;
- Rendas e alugueres: valores suportados com o arrendamento de propriedades imobiliárias e aluguer

operacional de viaturas;

- Licenças de software: encargo anual com licenciamento dos programas de computador reconhecidos em ativos intangíveis;
- Deslocações, estadas e transportes: encargos referentes a pessoal e utentes, incluindo deslocações em atividades de férias de utentes;
- Consumíveis: valores suportados com aquisição de consumíveis para equipamento informático, tipográfico e reprográfico, produtos de higiene e conforto, impressos e outro material de consumo corrente;
- Seguros: encargos com seguros de utentes, de responsabilidade civil inerente à atividade e seguros sobre equipamento e imóveis;
- Outros artigos de baixo valor: eletrodomésticos, equipamentos eletrónicos, artigos de decoração, equipamento informático e mobiliário diverso de valor até 200 euros são reconhecidos como gastos do período (Nota 4.2).

É, ainda, de referir que a Santa Casa goza de isenção incompleta de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente em Fornecimentos e Serviços Externos.

33. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos em 2023 e em 2024, foram como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Remunerações		
Órgãos sociais	642 096	568 314
Pessoal	125 382 359	120 456 001
Subtotal	126 024 455	121 024 315
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	224 907	169 705
Encargos sobre remunerações	26 611 281	25 577 302
Gastos de ação social	604 532	676 482
Outros	4 305 836	3 709 580
Subtotal	31 746 555	30 133 069
Gastos com o pessoal	157 771 010	151 157 384

O número de empregados da Santa Casa a 31 de dezembro de 2024 é 5.652.

34. Rendimentos dos Jogos Sociais

Os rendimentos dos Jogos Sociais em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 é como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Jogos sociais	178 744 222	174 608 360
Prémios caducados	9 278 143	6 508 398
Rendimentos Apostas Desportivas à cota	8 497 796	9 440 238
Rendimentos Eurosorteio	2 118 842	532 130
	198 639 003	191 089 124

- Jogos sociais: consiste no rendimento da Santa Casa enquanto beneficiária dos Jogos Sociais, conforme percentagem de afetação dos resultados do Departamento de Jogos contemplada no Decreto-Lei n.º 56/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011 de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;
- Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade dos prémios dos Jogos Sociais de Lotaria Nacional, Euromilhões, Apostas Desportivas à Cota e Totosorteio explorados pelo Departamento de Jogos (Nota 4.20);
- Rendimentos Apostas Desportivas à Cota: trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 67/2015.
- Rendimentos Eurosorteio: trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas do Eurosorteio, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2023.

35. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos obtidos em 2023 e em 2024 foram como segue:

	(euros)	
	2024	2023
Correções relativas a períodos anteriores	689 923	412 792
Protocolo com Centro Distrital de Lisboa	22 860 201	37 978 963
Heranças, legados e doações	156 935	264 380
Outros	2 156 970	1 901 959
	25 864 029	40 558 094

- Protocolo com Centro Distrital de Lisboa: reembolso de subsídios atribuídos pela Santa Casa a utentes em situação de toxicodependência, refugiados, requerentes de asilo e para tratamento de alcoólicos, bem como ajudas técnicas, de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Centro Distrital.

36. Subsídios atribuídos e outros gastos

Os subsídios atribuídos e outros gastos obtidos até 31 de dezembro de 2023 e de 2024 foram como segue:

		(euros)	
		2024	2023
Subsídios e ajudas técnicas	i)	27 373 136	31 633 385
Encargos com formandos / alunos	ii)	430 821	499 341
Correções relativas a períodos anteriores		11 112	813 631
Outros	iii)	911 449	1 088 003
		28 726 517	34 034 359

- i. Subsídios a utentes e a entidades para diversas finalidades e ajudas técnicas atribuídas a utentes;
- ii. Encargos de formação (ex.: bolsas de estudo) suportados pela Santa Casa no âmbito da Ação Social;
- iii. Outros: outros gastos que não se incluem nas rubricas anteriores.

37. Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares em 2023 e 2024 foram como se segue:

		(euros)	
		2024	2023
Gastos e perdas financeiras			
Juros pagos		(327 578)	(17 002)
		(327 578)	(17 002)
Rendimentos e ganhos financeiros			
Juros obtidos	i)	1 842 875	917 016
Juros de aplicações financeiras do DJ	ii)	6 361 998	5 636 197
Juros de obrigações		100 004	100 004
Dividendos investimentos financeiros		47 907	25 651
Outros		108 787	131 441
		8 461 571	6 810 309

- i. Juros obtidos: juros de aplicações de curto prazo;
- ii. Juros de aplicações financeiras do DJ: reconhecimento pela Santa Casa, dos juros das aplicações financeiras do Departamento de Jogos, conforme previsto no artigo 5º do Decreto-Lei 44/2011 de 24 de março.

38. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Santa Casa, à data do balanço a 31 de dezembro de 2024, correspondem a locações operacionais de viaturas, cujo resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2024, é a seguinte:

(euros)			
Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	Total
Aluguer Operacional de Viaturas	416 013	141 978	557 991
	416 013	141 978	557 991

39. Contingências

Passivos contingentes

A 31 de dezembro de 2024 não se verificam outros passivos contingentes para além das garantias prestadas (Nota 42).

40. Matérias ambientais

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2024, a Santa Casa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

A 31 de dezembro de 2024 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Mesa da Santa Casa em como não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a SCML.

41. Partes relacionadas

41.1. Remuneração dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa e Conselho de Auditoria) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCML ascenderam, conforme mapa seguinte:

	(euros)	
	2024	2023
Mesa da SCML	642 096	522 364
Conselho de Auditoria	56 092	45 950
	698 188	568 314

41.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Departamento de Jogos (DJ)

Entidades contabilísticas (com personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

SAS Apostas Sociais
SOJOGO
SC Global
Clínica Oriental de Chelas
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)
LHEA - Association For Lifelong Health Education

(b) transações e saldos pendentes

Transações

	(euros)	
	2024	2023
SC Global	123 525	46 596
LHEA	2 267	2 267
HCVF	182 832	142 784
SAS	86 598	
TOTAL	395 222	124 713

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2023 e de 2024, os saldos resultantes de transações efetuadas e saldos pendentes com partes relacionadas são como segue:

	(euros)			
	2024		2023	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Outras Contas a Pagar / Receber				
Departamento de Jogos (DJ)				
Lucros dos Jogos Sociais	37 339 419	-	32 095 171	-
Referentes a remunerações	788 974		782 931	-
Referentes à aquisição de bens e serviços		(1 805 083)	653 080	-
Referentes a Impostos	1 432 701	-	1 709 737	-
Referentes a juros	264	-	-	-
	39 561 358	(1 805 083)	35 240 919	-
SC Global				
Referentes à aquisição de bens e serviços	123 525	-	46 596	-
	123 525	-	46 596	-
LHEA				
Referentes a juros	2 267	-	2 267	-
	2 267	-	2 267	-
HCVF				
Referentes a juros	182 832	-	142 784	-
	182 832	-	142 784	-
SAS Apostas Sociais				
Royalties	86 598	-	78 117	-
	86 598	-	78 117	-
TOTAL	39 956 580	(1 805 083)	35 510 683	-

Os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, impostos e juros.

42. Garantias prestadas

Cartas Conforto

	2024	2023
SC Global	11 422 000	14 100 000
CVPSGH	13 800 000	13 800 000
LHEA	1 806 420	1 806 420
	27 028 420	30 706 420

Em 2024 foram executadas pelo valor de 9.421.769,49 euros as garantias prestadas pela SCML à Santa Casa Global Brasil no valor de 12.100.000 euros. Adicionalmente, a Santa Casa Global procedeu à amortização da Conta Corrente Caucionada que se encontrava totalmente utilizada no valor de 2.000.000 euros. Refira-se que este crédito tinha garantia da SCML perfazendo os 14.100.000 euros que se encontram descritos.

A execução das garantias é uma responsabilidade da Santa Casa Global Brasil e foi debitada à Santa Casa Global que por sua vez a repercutiu na sua participada, a Santa Casa Global Brasil.

Para pagar esta dívida e amortizar a conta corrente caucionada a Santa Casa Global contraiu um empréstimo a cinco anos, no valor de 11.422.000 euros, com garantia da SCML.

Considerando que existe uma probabilidade elevada da Santa Casa Global não dispor dos meios financeiros para conseguir pagar o serviço da dívida do empréstimo foi constituída uma provisão no passivo do Balanço da SCML que inclui o montante da garantia prestada.

As garantias prestadas ao CVP- Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., sob a forma de cartas conforto, garantem os empréstimos bancários efetuados por aquela participada. Por limitação da Parpública que detém cerca de 45% da SGH-CVP a Santa Casa garante, sem prejuízo exercer o direito de regresso, a totalidade das responsabilidades assumidas nesse âmbito.

As garantias prestadas à LHEA, sob a forma de cartas conforto, serão garantidas pela UNL no âmbito da alienação da participação social.

43. Eventos subsequentes

A SCML realizou a 21 de janeiro de 2025 e a 11 de março de 2025 a segunda e a terceira hasta pública de imóveis. As sessões tiveram lugar na Sala de Extrações, tendo sido adjudicada a alienação de imóveis que permitiram até ao momento de elaboração dos presentes documentos de prestação de contas receber o valor de 11.265.410 euros. O valor de venda foi considerado no apuramento do justo valor feito no final de 2024.

44. Outras informações

44.1. Demonstrações de Resultados por Departamento/Serviço

Departamento de Ação Social e Saúde

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	25 179 320	11 837 541
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	1 524 520	1 356 928
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(341 585)	(241 024)
Fornecimentos e serviços externos	(41 577 048)	(39 927 745)
Gastos com o pessoal	(100 153 246)	(95 191 272)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(6 087)	(3 132 187)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	23 912 027	39 531 631
Subsídios atribuídos e outros gastos	(26 005 717)	(30 167 382)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(117 467 816)	(115 933 510)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(1 990 529)	(1 986 524)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(119 458 346)	(117 920 035)
Juros e rendimentos similares obtidos	521	501
Juros e gastos similares suportados	(72 279)	-
Resultado líquido do período	(119 530 105)	(117 919 533)

Departamento de Qualidade e Inovação

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	-	846
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	-	6 994
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-	(131 283)
Gastos com o pessoal	-	(1 005 617)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	-	2 409
Subsídios atribuídos e outros gastos	-	(20 721)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	(1 147 371)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-	(69 380)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	(1 216 751)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	-	(1 216 751)

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	53 478	27 540
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	-	133 855
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(218 658)	(328 105)
Gastos com o pessoal	(1 017 726)	(838 295)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	162
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	341 820	170 681
Subsídios atribuídos e outros gastos	(350 020)	(503 631)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1 191 105)	(1 337 793)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(13 360)	(15 821)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 204 466)	(1 353 614)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(1 204 466)	(1 353 614)

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	9 759 969	8 715 246
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	108 165	41 756
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(2 861 158)	(4 421 295)
Gastos com o pessoal	(5 026 333)	(4 800 422)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(143 937)	(171 692)
Provisões (aumentos/ reduções)	185 458	(69 675)
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	13 068 768	7 745 220
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	643 879	242 383
Subsídios atribuídos e outros gastos	(295 122)	(319 091)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15 439 689	6 962 430
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(4 246 354)	(4 042 735)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11 193 336	2 919 695
Juros e rendimentos similares obtidos	6 306	-
Juros e gastos similares suportados	(252 276)	(14 915)
Resultado líquido do período	10 947 366	2 904 780

Direção da Cultura

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	69 342	35 949
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	10 408	11 690
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 214)	(11 932)
Fornecimentos e serviços externos	(1 129 044)	(1 418 173)
Gastos com o pessoal	(2 401 501)	(1 966 954)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	18 555	26 484
Subsídios atribuídos e outros gastos	(11 904)	(38 164)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(3 446 356)	(3 361 099)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(91 494)	(90 348)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(3 537 851)	(3 451 447)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(3 537 851)	(3 451 447)

Centro Hospitalar Santa Casa - Hospital Ortopédico de Sant'Ana

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	6 938 730	7 912 801
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	-	14 263
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 084 547)	(2 559 874)
Fornecimentos e serviços externos	(3 259 297)	(3 356 876)
Gastos com o pessoal	(9 813 915)	(9 466 096)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	(71 979)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	4 198	(236 128)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	51 228	57 383
Subsídios atribuídos e outros gastos	(97 018)	(213 898)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(8 332 600)	(7 848 425)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(643 497)	(711 061)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(8 976 097)	(8 559 486)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	199
Juros e gastos similares suportados	(35)	-
Resultado líquido do período	(8 976 133)	(8 559 287)

Centro Hospitalar Santa Casa - Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	13 907 036	10 225 456
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	14 291	6 901
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(928 238)	(911 648)
Fornecimentos e serviços externos	(3 586 975)	(3 834 698)
Gastos com o pessoal	(15 504 931)	(14 749 486)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	(1 628)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(797 489)	(1 553 324)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	2 805 210	2 855 565
Outros rendimentos	84 987	120 930
Subsídios atribuídos e outros gastos	(44 771)	(41 838)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(4 052 508)	(7 882 142)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(699 521)	(678 617)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(4 752 030)	(8 560 759)
Juros e rendimentos similares obtidos	18 691	27 706
Juros e gastos similares suportados	(57)	-
Resultado líquido do período	(4 733 396)	(8 533 053)

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	2 664 516	2 540 836
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	565 037	509 910
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(260)	-
Fornecimentos e serviços externos	(1 182 946)	(1 346 446)
Gastos com o pessoal	(2 669 033)	(2 592 759)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	2 588	(18 083)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	26 500	51 289
Subsídios atribuídos e outros gastos	(375 403)	(510 446)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(969 001)	(1 365 701)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(266 038)	(270 108)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 235 040)	(1 635 809)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(42)	-
Resultado líquido do período	(1 235 081)	(1 635 809)

Unidades de Missão

	(euros)	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	-	-
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	10 424	30 075
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(36)	(9)
Fornecimentos e serviços externos	(1 016 259)	(819 506)
Gastos com o pessoal	(2 442 147)	(1 849 400)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	823	1 002
Subsídios atribuídos e outros gastos	(82 271)	(3 568)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(3 529 466)	(2 641 407)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(73 603)	(52 034)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(3 603 069)	(2 693 442)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(3 603 069)	(2 693 442)

Serviços Instrumentais

	(euros)	
	2024	2023 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	29 655	-
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	18 375	22 346
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 736)	(1 882)
Fornecimentos e serviços externos	(4 215 518)	(5 130 570)
Gastos com o pessoal	(18 750 513)	(18 697 753)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(2 877)	-
Provisões (aumentos/ reduções)	(7 545 898)	(17 549 601)
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	(1 263 588)	(66 379)
Aumentos/ reduções de justo valor	(430 959)	4 400 054
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	(6 481 309)	(8 433 299)
Rendimentos dos Jogos Sociais	195 833 794	188 233 559
Outros rendimentos	784 267	353 901
Subsídios atribuídos e outros gastos	(2 962 834)	(3 718 586)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	155 010 857	139 411 791
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(1 227 937)	(1 282 345)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	153 782 920	138 129 446
Juros e rendimentos similares obtidos	8 436 053	6 781 902
Juros e gastos similares suportados	(2 889)	(2 087)
Resultado líquido do período	162 216 085	144 909 262

45. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que:

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2024 com Resultados Líquidos positivos no montante de 30 343 351 euros;

Nos termos da alínea c) do nº 11 das Resolução nº 1/93 do Tribunal de Contas deverá constar do relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado.

Deverá o referido Resultado Líquido das contas do exercício de 2024 ser integrado na conta “Resultados Transitados”.

Lisboa, 20 de março de 2025,

Contabilista Certificado 35356

A Mesa da SCML

(Fernando Antunes)

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa, Provedor)

Assinado por: **Fernando Jorge Rodrigues Antunes**
Num. de Identificação: 06221662
Data: 2025.03.31 17:04:38+01'00'

(Rita Calado Araújo Prates da Silveira, Vice - Provedora)

(David José Ferreira Azevedo Lopes, Vogal)

(Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Vogal)

(Abílio André Brandão de Almeida Teixeira, Vogal)

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, Vogal)

Assinado por: **Paulo Alexandre Duarte de Sousa**
Num. de Identificação: 07730545
Data: 2025.03.31 15:08:09+01'00'

**RITA CALADO
ARAUJO PRATES
DA SILVEIRA**

Assinado de forma digital por
RITA CALADO ARAUJO
PRATES DA SILVEIRA
Dados: 2025.03.31 15:16:52
+01'00'

**DAVID JOSE
FERREIRA
AZEVEDO LOPES**

Assinado de forma
digital por DAVID JOSE
FERREIRA AZEVEDO
LOPES
Dados: 2025.03.31
15:27:33 +01'00'



**ANGELA MARIA
PINHEIRO
BRANQUINHO
GUERRA**

Assinado de forma digital por ANGELA
MARIA PINHEIRO BRANQUINHO GUERRA
Dados: 2025.03.31 16:13:48 +01'00'

Assinado por: **ABILIO ANDRÉ BRANDÃO DE
ALMEIDA TEIXEIRA**
Num. de Identificação: 11382341
Data: 2025.03.31 16:22:09+01'00'

**LUIS ALEXANDRE
GORJAO HENRIQUES
DE CARVALHO E
REGO**

Assinado de forma digital por
LUIS ALEXANDRE GORJAO
HENRIQUES DE CARVALHO E
REGO
Dados: 2025.03.31 16:36:24
+01'00'

Anexo 1 - Associações nas quais a SCML participa

A Santa Casa participa em múltiplas organizações e associações, de âmbito local, nacional e internacional, ou desenvolve com estas entidades projetos e iniciativas, numa perspetiva estratégica de consolidar e reforçar a sua missão e vocação, assim como divulgar os seus domínios de atuação.

Ação Social

- Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa
- Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social - LCTEPS (CoLabor)
- Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI)
- Associação ProChild
- Casa Pia de Lisboa, I.P.
- Comissão Tripartida da Rede Social
- Conselho Consultivo e Conselho Geral da Fundação INATEL
- Conselho Nacional de Adoção
- Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva
- Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
- Grupo de Intervenção e Monitorização da Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem Abrigo
- Instituto para as Políticas Públicas e Sociais

Qualidade, Inovação e Sustentabilidade

- Associação Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa

Jogos Sociais do Estado

- CIBELAE – Corporação Ibero Americana de Lotarias de Estado
- SLE - Services Aux Loteries en Europe, SC

Património

- Conselho Municipal de Habitação

Participações Financeiras

- Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
- Caixa Económica Montepio Geral
- Clínica CUF Belém
- Clínica Oriental de Chela
- Conselho de Fundadores da Fundação da Juventude
- CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., entidade gestora do Hospital da Cruz Vermelha
- Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- LHEA – Lifelong Health Education Association
- MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa
- Santa Casa Global, Unipessoal, Lda.
- SAS – Sociedade de Apostas Sociais
- SOJOGO – Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique.

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução do Saldo Global (Corrente e Capital)	13
Quadro 2 - Evolução das Despesas Correntes	14
Quadro 3 - Evolução das Receitas Correntes	14
Quadro 4 - Evolução da Despesa de Capital	15
Quadro 5 - Tipologia da Despesa (Investimento)	15
Quadro 6 - Evolução da Composição dos Resultados	16
Quadro 7 - Produto Interno Bruto (PIB) - Portugal	17
Quadro 8 - Evolução anual dos preços (taxa de variação, %) – Portugal	18
Quadro 9 – Dívida Pública, em % do PIB	18
Quadro 10 - Índice de Gini ⁽¹⁾	19
Quadro 11 - Indicadores Socioeconómicos, Portugal, 2019, 2023, 2024	20
Quadro 12 - Indicadores de Saúde – Portugal	21
Quadro 13 – Valor económico direto e distribuído	32
Quadro 14 – Indicadores Ambientais	33
Quadro 15 – Total de colaboradores por género	34
Quadro 16 – Absentismo	35
Quadro 17 – Greve	36
Quadro 18 – Acidentes de Trabalho	36
Quadro 19 – Vínculo Contratual (*)	36
Quadro 20 - Distribuição e Evolução por Serviços (*)	37
Quadro 21 – Macro Carreiras	38
Quadro 22 – Principais Remunerações Complementares	38
Quadro 23 – Teletrabalho	39
Quadro 24 – Consultas de Medicina do Trabalho	39
Quadro 25 – Limitações ao Trabalho	40
Quadro 26 – Atendimentos de Enfermagem	40
Quadro 27 – Programa (Re)Integrar	41
Quadro 28 – Número de Atendimentos	42
Quadro 29 – Benefícios	42
Quadro 30 – Benefícios Sociais	42
Quadro 31 – Tipologia de Formação	43
Quadro 32 - Estágios Profissionais	43
Quadro 33 – Diversidade na remuneração por género e Grupo Profissional	44
Quadro 34 – Infância e Juventude	45
Quadro 35 – Crianças e Jovens em Situação de Perigo	48
Quadro 36 – Pessoas +65	52
Quadro 37 – Residência Temporária de Sant’Ana	54
Quadro 38 – Públicos Vulneráveis	55
Quadro 39 – Acompanhamento Terapêutico	58
Quadro 40 – Pessoas com Deficiência	59
Quadro 41 – Família e Comunidade	61
Quadro 42 – Cuidados de Saúde Primários	69
Quadro 43 - Cuidados de Saúde Hospitalares HOSA	71
Quadro 44 - Cuidados de Saúde Hospitalares CMRA	72
Quadro 45- Cuidados Continuados Integrados	74

Quadro 46 - Residência Raquel Ribeiro	75
Quadro 47 - Ensino Superior.....	78
Quadro 48 - Empreendedorismo e Economia Social	79
Quadro 49 – Património	80
Quadro 50 – Departamento de Jogos	81
Quadro 51 – Cultura	83

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por Escalão Etário.....	34
Gráfico 2 - Distribuição por Antiguidade na SCML.....	35
Gráfico 3 - Motivo	35
Gráfico 4 - Consultas de Medicina do Trabalho	40

Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel. 213 235 000
Fax. 213 235 060

www.scml.pt

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.